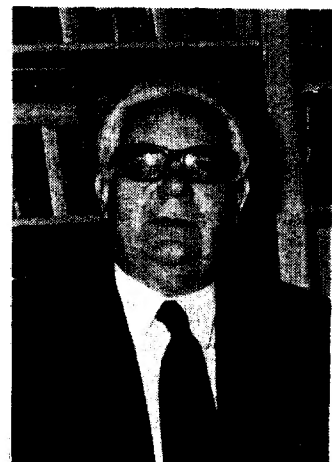


Manuel João Palma Carlos vai fazer história dos tribunais fascistas



Dr. Manuel João Palma Carlos: «O que me levou a solicitar o despacho foi a vaga de livros exaltando a história do fascismo»

**Comemorações
do 25 de Abril
sob o signo
da unidade
democrática**

Uma grande parada militar em Lisboa englobando tropas dos três ramos das Forças Armadas em representação de todo o País e cerimónias em todas as unidades do País, com salvas à mesma hora, hastear da bandeira nacional e leitura de uma mensagem, destacam-se do programa das comemorações do Dia de Portugal — o 25 de Abril — cujas linhas gerais foram esta manhã divulgadas à imprensa pela Comissão Executiva das Comemorações, a que preside o capitão Marques Junior.

Outros pontos do programa, que se orienta no sentido da unidade das forças democráticas em torno da democracia e da liberdade, são: uma cerimónia solene a realizar na Assembleia da República; uma exposição fotográfica sobre o 25 de Abril, a coordenar pela Secretaria de Estado da Comunicação Social; um programa cultural a elaborar pela Secretaria de Estado da Cultura; um programa de participação da criança e da juventude a elaborar pelo M.E.I.C.; programas de Rádio e Televisão, projecção de filmes sobre o 25 de Abril, actuação de bandas civis e militares, ranchos folclóricos e outros «de modo a tornar o dia 25 de Abril um dia de festa nacional e eminentemente popular».

Referindo que o 25 de Abril só foi possível devido à acção das Forças Armadas apoiada pelo Povo Português, o capitão Marques Junior, que se encontrava acompanhado pelo ministro Costa Brás, pelo secretário de Estado da Comunicação Social, dr.

Continua na pág. 20

O dr. Manuel João da Palma Carlos acaba de ser nomeado pelo ministro da Justiça para proceder ao estudo da actividade dos tribunais políticos fascistas — designados legalmente como «tribunais plenários» — e para elaborar um relatório circunstanciado para ulterior divulgação.

«O que me determinou a solicitar esse despacho foi a vaga de publicações de livros e jornais exaltando a história do fascismo», disse-nos esta manhã o respeitado advogado, conhecido por anos e anos de intervenções em defesa dos presos políticos da ditadura, quando lhe pedimos um comentário a esta nomeação.

Acrescentaria ainda ser necessário repor a verdade sobre esse período negro da nossa História recente, impõe-se traçar a história correcta do fascismo e isso pode ser feito de uma forma privilegiada pela análise do que foi uma das suas mais odiosas instituições, os tribunais plenários. Para isso conto com a minha experiência pessoal e com os depoimentos e informações dos participantes, como réus, testemunhas e advogados de defesa, para que se torne possível analisar com verdade e rigor a actividade dos plenários onde

foram julgadas centenas e centenas de antifascistas», disse-nos Palma Carlos.

O despacho assinado pelo dr. Almeida Santos, ministro da Justiça, acentua a urgência em se fazerem com rigor histórico «a recolha, o estudo e a divulgação da acção nefasta desses tribunais de má memória, antes que se percam os traços deixados por eles no registo dos arquivos».

«Ninguém mais habilitado para proceder a esse trabalho do que o dr. Manuel João da Palma Carlos, réu e defensor de réus nos Tribunais Plenários Criminais do consulado fascista», lê-se no despacho que considera, ainda, que aquele causídico, «à sua preparação de jurista, e à sua verticalidade política, alia a vivência do fenómeno a estudar e registar».

O dr. Manuel João da Palma Carlos exercerá o cargo em «regime de tarefa, a remunerar de acordo com o trabalho produzido, e por um período de 90 dias, prorrogável por sucessivos períodos de 30 dias».

O dr. Manuel João da Palma Carlos foi procurador-geral da República, interino, enquanto o dr. Pinheiro Farinha foi chamado à pasta da Justiça no VI Governo Provisório. Antes as

suas participações como advogado de defesa em processos de natureza política tornaram-no famoso pois participou em muitas dezenas de julgamentos (ele próprio nos confessou que lhe tinha perdido o conto) entre os quais assumiram particular importância as suas intervenções no caso dos massacres de S. Tomé, na defesa do capitão cubano Pedro Peralta, de patriotas de Angola e da Guiné-Bissau, na defesa de inúmeros portugueses antifascistas que ao longo da ditadura foram caindo nas malhas da P. I. D. E. e nas garras de

«juizes» e delegados do Ministério Público nos plenários da Boa Hora.

«De todos esses casos impressionou-me mais o chamado «julgamento dos 108, em 1947», disse-nos o dr. Manuel João da Palma Carlos. «Foi um dos primeiros nos tribunais plenários e impressionava pelo número de réus dos quais só um não estava presente, tendo sido julgado à revelia. Entre os réus contava-se Francisco Miguel, membro do Comité Central do Partido Comunista Português. Só advogados éramos 30 e o julgamento marcou

vivamente a opinião pública antifascista».

Segundo nos disse este advogado incumbido de elaborar um relatório da actividade dos tribunais plenários, vai preparar a relação completa dos julgamentos para depois solicitar os dados necessários e os testemunhos de advogados e réus daqueles julgamentos em que o dr. Palma Carlos não esteve presente. «Eu presenciei muitos mas são necessários mais depoimentos de todos os advogados e réus para se fazer a história de todos quantos «pi-

Continua na pág. 20

FUNDOS DESVIADOS POR JORGE DE BRITO

Vinte e três empresas vão à falência

O Conselho de Ministros, através da resolução n.º 66/77, determinou que o Ministério Público requiera a falência das 23 sociedades ligadas ao Banco Intercontinental Português (BIP), que pertencia a Jorge de Brito.

As empresas são: a Arrabalde (Empreendimentos Turísticos); Sociedade Urbanizadora dos Maximinos; Companhia Hoteleira do Monte Estoril; Socco (Sociedade de Empreendimentos Comerciais); Sociedade Imobiliária Solreis; Palmares (Companhia de Empreendimentos Turísticos de Lagos); Consolimar (Urbanizadora Internacional); Goliatira (Sociedade de Investimentos Imobiliários); Neves, Irmão e Companhia; Sociedade Urbanizadora do Pote d'Água; Sintamar (Sociedade de Investimentos da Tapada do Marchante); Socinfra (Sociedade de Investimentos da Quinta da Francelha); Socorapa (Sociedade de Construções Rápidas); Delur (Desenvolvimentos Urbanísticos); Companhia de Albandeira (Empreendimentos Turísticos); Barranquinho (Empreendimentos Turísticos); Caramujeira (Empreendimentos Turísticos); Crastos (Empreendimentos Turísticos); Sociedade Jardim Zoológico Parque Africano; Vale de Engenho (Empreendimentos Turísticos); Palmares (investimentos e Urbanizações); Soapa (Apartamentos); e J.A.R. Brito.

Sobre esta resolução do Conselho de Ministros, esclarece o respectivo preâmbulo: «As dificuldades com que se

tem debatido o Banco Intercontinental Português (BIP), e que têm sido supridas pelo Estado, resultam fundamentalmente da sua deficiente gestão até à intervenção do Estado, nomeadamente pelo uso que foi feito daquela instituição bancária pelo seu ex-presidente do conselho de administração, fazendo imobilizações maciças em imóveis e títulos, em proveito próprio, mas no fundo suportadas pelo Banco através de créditos abertos por instruções do referido ex-presidente.

Uma das formas utilizadas, foi a da criação (por vezes aquisição) de empresas cujo património na maior parte dos casos se resume a um imóvel e uma carteira de títulos, ou só um deles».

E prossegue o preâmbulo da

resolução ministerial que acusa Jorge Brito de desvio de fundos do Banco em proveito próprio: «Dada a circunstância apontada de as aquisições, quer de imóveis, quer de títulos, terem normalmente sido feitas pelas empresas com recurso ao crédito, não surpreende que na sua maior parte (23 em 28) estejam em situação de falência. As próprias despesas de manutenção têm sido suportadas pela continuação de concessão de créditos pelo BIP».

Assim, considera a resolução que «esta situação, apresentando além do mais um agravamento progressivo das empresas, não podia manter-se, tendo sido suspenso o crédito por aquele Banco, dada a sua cada vez mais duvidosa recuperação».



**Indira
Gandhi:
razões
de um
malogro**

(Pág. 3)



Vieira da Silva no Estoril

(Pág. 20)

NUVENS NO HORIZONTE

Aproximam-se os dias que deveriam ser dedicados a comemorações cívicas, marcadas pelo júbilo e com larga participação popular, das datas de 2 de Abril de 1976, a da entrada em vigor da Constituição da República e de 25 de Abril de 1974, a do acto militar de libertação nacional a que o Povo, com entusiasmo e em massa, aderiu, deu incentivo e apoio. Mas pessoas existem nesta nossa terra que não compartilham os sentimentos que levariam à organização, com ampla participação popular e com inequívoco significado político, destas datas e que parecem apostadas, com os melhores ou com os piores argumentos, em decepcionar o povo, em desmobilizar o povo, em espalhar o descontentamento e em semear a desesperança.

Dessa sementeira negativa que é a alta do custo de vida; a diminuição do poder de compra dos salários; o abuso da propaganda ideológica do fascismo; as desintervenções que remetem à iniciativa privada meios que deveriam ser integrados no sector público ou organizados no quadro de uma autogestão apoiada e fiscalizada pelo Estado; as medidas que, porque unilaterais, criam uma situação de crise na área da Reforma Agrária; a indiferença perante o não acatamento das regras do arrendamento rural; o regresso dos sabotadores económicos; as reintegrações de activistas do regime deposto e de seus dedicados servidores; — podemos encontrar, num balanço sumário, as razões de evidentes indícios de hesitação, de descontentamento, de desmobilização popular.

Mais do que os boatos constantes — e intencionalmente difundidos — de desestabilização social e político-militar, pesam as medidas que não são coerentes com um programa político de institucionalização da vida democrática, com o respeito da liberdade dos cidadãos trabalhadores, com a construção de um «País novo». Ao «Governo que governa» é indispensável apoio popular e ordem democrática. Os portugueses aprenderam durante os quarenta e oito anos de opressão social e de repressão policial que a «ordem», na sociedade não-concentracional, deverá ser livremente consentida. A missão histórica que creditará louvores aos Capitães de Abril, foi a de terem restituído a Liberdade (e as liberdades) aos cidadãos trabalhadores deste País. Este «Portugal em mudança», mais do que de organizações partidárias concorrentes, competitivas, dependerá, nesta caminhada difícil entre o Passado e o Futuro, da aliança do «povo civil» e do «povo militar», da fraternidade real e límpida, dos que querem, verdadeiramente, sinceramente, construir um «País novo».

MODELOS CONSTITUCIONAIS

Não deverá um partido, seja em nome de uma ortodoxia esquemática, seja por interesse de favorecer uma clientela eleitoral, tentar impor as suas soluções contra os «modelos constitucionais», contra as soluções contidas e suficientemente descritas no articulado da Constituição da República.

A Constituição, na sua letra e no seu espírito, é um padrão pelo qual poderemos aferir, em cada situação concreta, a fidelidade dos homens políticos e das forças políticas ao projecto nacional de institucionalização da vida democrática e de avanço para o socialismo.

Portanto, invocando a Constituição, não deverá ser possível contrariar aquilo que é a base social do «Portugal em mudança» e a própria essência político-jurídica do texto da lei fundamental: a decisão de construirmos, em liberdade e para a liberdade, uma sociedade sem classes.

E se não nos declararmos contrários à Constituição, nas fábricas e nos campos, nas escolas e nos quartéis, e, muito principalmente, nos postos ministeriais e no próprio Governo da nação, temos que subordinar a actividade a esse objectivo. A Constituição é clara. As pausas tácticas, os tácticos recuos, só se justificam quando claramente enquadrados numa estratégia de avanço para o socialismo e de consolidação da democracia.

Os trabalhadores deverão ser chamados a uma participação efectiva na apreciação e construção dos «modelos constitucionais». Deverão ser chamados directamente, sem mediações desnecessárias, sem a natural deformação de sectorização ideológica. O Governo deverá entender-se com os cidadãos-trabalhadores. Esse é o seu dever como Governo democrático; esse é o seu dever como Governo socialista; esse é o seu dever como Governo constitucional.

OS NOSTÁLGICOS

Os nostálgicos do Passado, os saudosistas do «antigamente», os adeptos da «maneira dura», parecem incapazes de compreender na generalidade o «modelo constitucional», e, também, em cada caso particular, as balizas constitucionais que cumpre respeitar. O «sector público» e a «Reforma Agrária», a liberdade sindical e os direitos dos trabalhadores, a decisão de construir, em liberdade e para a liberdade, uma nova sociedade de Fraternidade e de Justiça, são objectivos contemplados pela Constituição da República. O voto popular, livremente expresso, consagrou-os.

Erro terrível será confundir um povo que reconquistou a Liberdade com alguns, ou muitos, dos seus opressores e dos serventuários dos senhores do «antigo regime». Erro trágico será confundir a amargura popular com indiferença.

As datas de 2 de Abril e de 25 de Abril deverão dar resposta aos nostálgicos do Passado e Lição aos que não acreditam na capacidade dos Portugueses para construir, em Portugal, autonomamente, independentemente, o Portugal do Povo Português.

MÁRIO SOARES NA NORUEGA

Oslo integra-se no projecto de auxílio a Portugal

A Noruega vai apoiar o projecto norte-americano (veiculado por um consórcio internacional) de conceder a Portugal um empréstimo de 1500 milhões de dólares — foi ontem anunciado em Oslo durante uma conferência de imprensa dada por Mário Soares juntamente com Odvar Nordli, no termo de uma visita de três dias do Primeiro-Ministro português à Noruega. As notícias que nos chegam não falam do quantitativo com que a Noruega vai participar. A decisão de participar ficou assente anteriormente durante um encontro entre o Primeiro-Ministro português e o seu homólogo norueguês.

Falando aos jornalistas ontem de manhã em Oslo, Mário Soares falou da situação política e económica em Portugal e das relações internacionais, sobretudo europeias, em que Portugal está envolvido. Para o chefe do Executivo de Lisboa, Portugal é o mais da Europa do Sul com maior estabilidade política, actualmente. «Se conseguirmos pôr novamente de pé a economia do País, não deverá haver risco de golpe de Estado, venha ele da direita, venha ele da esquerda», disse Soares. Falando da adesão de Portugal à C.E.E., e ao contexto internacional em que ela se situa, o Primeiro-Ministro português declarou-se «não favorável ao tratamento desta questão ao mesmo tempo que as candidaturas da Espanha e da Grécia». «As condições são diferentes em cada um deles, pelo que devem conduzir separadamente as negociações bilaterais com a Comunidade Europeia», acrescentou. E fez votos para que os dois países se tornem membros da Comunidade o mais depressa possível.

Ainda sobre a integração europeia, o chefe do Governo Português que ela enfrenta dois tipos de dificuldades: uma de ordem institucional — porque haver uma comunidade a nove é diferente de haver uma comunidade a doze por exemplo; outras de ordem económica — porque a situação económica de Portugal é inferior à média da dos países da C.E.E. Mas — acrescentou — «existe de parte a parte uma vontade política de vencer essas dificuldades».

Odvar Nordli, presente, e solicitado a pronunciar-se acerca do pedido de adesão que Portugal fez na C.E.E. na passada segunda-feira, disse, a propósito: «Considero positivas todas as diligências do vosso país, depois de tantos anos de isolamento, para se aproximar dos seus vizinhos europeus e é evidente que qualquer país pobre pode sempre pretender ligar-se aos mais ricos, para que estes contribuam para o seu desenvolvimento. Todavia — juntou — é assunto melindroso: há uma grande variedade de opiniões e algumas delas, na C.E.E. não coincidem exactamente com a minha. Não se deve, aliás, esquecer a participação de Portugal na E.F.T.A. e o auxílio, se bem que limitado, que esta associação lhe tem prestado».

TURISMO EVOLTA

A visita-oficial terminou ontem de manhã com o último acto que a conferência de imprensa foi. De tarde, Soares fez apenas algumas deslocações de curiosidade turística, na companhia da comitiva portuguesa que o acompanhou des-

de Lisboa mais o embaixador da Noruega em Portugal Bredo Stabell. Houve visitas à Galeria Nacional, ao Museu dos Drakars e ao parque de esqui. À noite, um jantar privado.

Soares regressa hoje, chega cerca das 18 horas, e sem dois elementos da comitiva com que foi: Sousa Gomes e José Vilas-Boas. O ministro do Plano ficou em Londres para contactos com representantes do Partido Trabalhista. E o embaixador e adjunto-geral dos Negócios Políticos do M.N.E. ficou também na capital britânica até apanhar avião amanhã para Bruxelas, aonde vai para um encontro no âmbito da NATO (tratar-se-á da estratégia comum a adoptar pelos países mediterrânicos em relação à próxima conferência de Belgrado). Ainda Sousa Gomes: depois dos contactos em Londres, ele volta a Oslo, para uma reunião: a Conferência Europeia de Partidos e Centrais Sindicais Sociais-Democratas.

SOCIAIS-DEMOCRATAS TRABALHA EM OSLO

Esta reunião vai realizar-se no próximo fim-de-semana e durante os trabalhos, serão tratados os problemas mais pertinentes da situação económica internacional, particularmente os mais incidentes no mercado de emprego e no planeamento.

Da delegação portuguesa que aqui participa fará parte não apenas Sousa Gomes mas ainda Salgado Zenha, líder parlamentar do P.S. Português, e Maria Manuela Silva, secretário de Estado do Planeamento. Sousa Gomes deverá falar.

ENGENHEIROS DEBATEM PLANEAMENTO

Adesão à C.E.E. pode ser catastrófica para agricultura

«A adesão de Portugal ao Mercado Comum Europeu poderá ter consequências catastróficas para a agricultura, o sector tradicionalmente mais atrasado entre nós», afirmou ontem o eng.º Torres Campos durante a sua intervenção num debate sobre «Planeamento Industrial» promovido pela Ordem dos Engenheiros.

France-Inter emite para Portugal

Hoje, com início às 21 e 15, a «Radio France International» (France-Inter) transmite um programa especial dedicado à exposição «Artistas Portugueses», recentemente inaugurada em Paris no Centro Cultural Português da Fundação Gulbenkian. No decorrer da emissão será retransmitida na íntegra uma mesa-redonda sobre «Criatividade da Mulher Portuguesa».

Lembra-se que as emissões desta estação francesa destinadas a Portugal se iniciaram no passado dia 7 e têm lugar todos os dias, das 21 e 15 às 22 e 15, nos comprimentos de ondas dos 41 metros e 49 metros. De salientar que nos dias 1 e 8 de Abril será homenageado André Malraux através do programa «O homem precário e a literatura».

Outro dos intervenientes o eng. João Cravinho, historiando o desenvolvimento industrial verificado nos últimos anos entre nós, classificou-o de «japonização» ou seja a existência de um número limitado de grandes empresas prósperas e dinâmicas emergindo de um mar de médias e pequenas empresas geralmente apáticas e desprovidas de criatividade, embora com algumas excepções assinaláveis. João Cravinho salientou que é precisamente o sector agrícola aquele que tem maiores possibilidades, e a curto prazo, de acorrer à melhoria da balança de pagamentos, através de substituição de importações de produtos alimentares que rondam os 20 e 30 milhões de contos e ainda reforçar o globo das exportações. Segundo o orador, é errado pensar que a indústria deva assumir o papel de «motor de arranque» da economia nacional, sendo fundamental que haja um esforço

de modernização do sector agrícola ou agro-pecuário.

De acordo com a intervenção do eng. Torres Campos, se queremos vencer a grave situação em que a economia portuguesa se encontra, e as consequências que advirão da nossa adesão ao Mercado Comum, teremos de fazer, no máximo em cinco anos, o trabalho que deveria ter sido nos vinte ou trinta anos anteriores.

Por sua vez, Aurora Murteira acentuou que a produção industrial portuguesa em níveis de produtividade, é de entre 3 a 8 vezes menor que a do resto da Europa em que pretendemos integrar-nos pelo que «temos de tomar desde já opções claras quanto ao modelo que vamos adoptar até 1980, e muito especialmente quanto ao que teremos de adoptar depois de 1985, pois «a estratégia de desenvolvimento que for decidida para 1985 irá influenciar o futuro de toda a sociedade portuguesa».

PRETENDE DECORAR A SUA CASA?

Visite a GALERIA ACTUAL, onde encontrará mobiliário de vários estilos, jogos de mapas, candeeiros, bibelotes, quadros a óleo e enorme variedade de peças para decoração. AV. DA REPÚBLICA, 12 (Perto do Saldanha)

Noticiário breve

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

■ A Assembleia da República encontra-se reunida em S. Bento. Na ordem do dia, duas propostas de lei governamentais: a 54/1, que autoriza o Ministério das Finanças a conceder a isenção ou redução do imposto de mais-valia nos casos de aumento de capital das sociedades anónimas em comandita por acções ou por quota; e a 48/1, que fixa o limite máximo para a prestação de avales pelo Estado nas ordens externa e interna.

COMISSÃO DE DEFESA

■ A convite do Ministério da Defesa Nacional, a comissão de defesa da Assembleia da República avisou-se esta manhã no Estado-Maior do Exército com militares ligados à organização e actividades do Exército. Para amanhã está prevista uma visita da mesma comissão parlamentar à Escola de Infantaria de Mafra.

CAYOLLA DA MOTA

■ O prof. Cayolla da Mota é o novo director do gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria de Estado da Saúde. A posse foi-lhe conferida ontem pelo titular da pasta, dr. Armando Bacelar.

JUVENTUDE SOCIALISTA

■ Foram eleitos os órgãos representativos da Assembleia de Delegados da Federação de Lisboa da J.S. Presentes 55 delegados de núcleos da Juventude Socialista os quais votaram em duas listas concorrentes: a «A», afecta à maioria do Congresso do P.S. e a «B», correspondente à lista opositora do Congresso. Triunfou a primeira por 36 votos contra 13; com seis em branco. Luís Filipe Ascenção, que faz parte do novo secretariado executivo, foi eleito também para a Comissão Nacional da Juventude Socialista.

CONGRESSO DA F. A. U. L.

■ A Federação da Área Urbana de Lisboa do Partido Socialista realiza nos dias 21 e 22 de Maio o seu I Congresso. Encontra-se já constituída uma comissão organizadora que preparará o encontro.

PRÍNCIPE CARLOS

■ O Príncipe Carlos, da Grã-Bretanha, fez ontem escala em Lisboa, de regresso a Londres, após visita ao Continente Africano.

ARMÁRIOS ROUPEIROS ESTANTES

e quaisquer outros MÓVEIS executamos por desenhos e medidas.

FABRICA DE MÓVEIS SUPERCONFORTO

Rua Maria Andrade, 64 (Junto igreja dos Anjos) Tel. 848719

post-scriptum

Incompetência e burocracia

Sou beneficiária do ADSE e fui submetida a uma operação num hospital. Enviei, portanto, a documentação necessária para ser abonada daquilo a que tenho direito.

A documentação foi-me devolvida com uma nota na qual era informada que tinha passado o prazo do envio que era de 6 (seis) meses. Só que apenas se tinha passado 1 (um) mês.

Tornei a enviar os documentos chamando a atenção para as datas.

Agora devolveram-me novamente os documentos porque a factura do hospital não indica o número e o volume da transfusão de sangue.

É ridículo, mas é verdade. Da primeira vez, incompetência; da segunda, burocracia.

Manuela Fernandes
— LISBOA

TV, és uma lástima!

O sr. presidente Carter tem-se revelado acérrimo defensor dos direitos humanos, atitude que seria altamente meritória se realmente tivesse um âmbito universalista.

Julgo que o programa apresentado pela TV na noite de 24 do corrente, sobre os emigrantes soviéticos para Israel, se enquadrava bem na orientação do nosso presidente Carter.

Com o retorque de, no nosso país, se passar a falar inglês em vez de português, e com a brigada NATO a resolver as maçadas da Reforma Agrária, do sector do trabalho, etc., etc. O quadro ficaria completo e clarinho ao som do hino americano em disco «His Master Voice».

Ah! TV, TV, és uma lástima!

José J. H. de Sales Grade
— VALE DE LOBOS

A quem serve o desemprego?

Há dias na TV o sr. Gonetla disse que os sindicatos se deviam preocupar mais com o problema do desemprego.

Esta afirmação não se compreende lá muito bem, na medida em que o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais enviou já há algum tempo, às secretarias de Estado do Trabalho e da Marinha Mercante, uma exposição no sentido de acabar com o desemprego naquele sector, denunciando o excesso brutal de horas extraordinárias nele praticadas, e até hoje ainda não obteve resposta.

Estas secretarias de Estado, que consultam sempre em primeiro lugar as associações patronais, esquecendo as aspirações das organizações dos trabalhadores, vêm depois acusar os sindicatos de não quererem resolver os problemas dos sectores que representam.

O excesso de trabalho extraordinário no sector fluvial faz com que os trabalhadores, vivendo numa completa escravidão, não tenham um mínimo de tempo livre, trabalhando dia e noite, sábados e domingos, e chegando a estar afastados do convívio familiar 15 e 20 dias por mês.

A quem serve esta situação de escravidão e alienação? Aos trabalhadores com certeza que não, mas sim às ávidas entidades patronais, a quem não basta a exploração do tempo normal de trabalho.

É inadmissível que num País com uma constituição política que aponta para uma maior justiça social, se consinta que alguns trabalhadores ganhem dezenas de contos em serviço extraordinário, quando muitas famílias não têm que comer por causa dos seus chefes não terem emprego.

E não temos dúvida em apontar o principal responsável por tal situação: é o Governo que, por um lado, se refere nos seus órgãos de Informação privados (jornais, Rádio, TV), aos 500 mil desempregados, dando demagogicamente a impressão ao Povo Português que está muito preocupado com a resolução desse grave problema, e por outro lado não dá seguimento às exposições enviadas pelos sindicatos e que apontam claramente para soluções no sentido de se criarem mais postos de trabalho, acabando-se assim com o desemprego.

Tal política seguida por parte do Governo tem demonstrado a sua nítida falta de interesse em pôr termo a esta flagrante injustiça, tentando virar os trabalhadores desempregados contra as direcções sindicais.

O povo votou socialismo para que o Governo praticasse uma política de esquerda em favor dos mais desfavorecidos.

Mário Rodrigues Pinto
— BARREIRO

INDIRA GANDHI: RAZÕES DE UM MALOGRO

NOVA DELI — O elefante foi atingido. Como perdeu a sua grande influência esse partido muitas vezes comparado a um paquiderme, que esmagava com toda a sua massa a vida política e a história da Índia independente? Representando todas as camadas socioeconómicas, e profundamente enraizado na sociedade rural, mas dirigido por uma elite anglofona pertencente às castas dominantes e aos meios ricos, o Partido do Congresso reflectiu durante trinta anos a Índia em toda a diversidade das suas correntes de pensamento e de interesses. A sua hegemonia era para o país uma certeza de estabilidade. A política deste grande movimento nacional foi, durante muito tempo, consequência de compromissos. A excepção dos comunistas e dos nacionalistas de Van Sangh, a maior parte das formações que se coligaram contra ele, pertenceram neste ou naquele momento, ao movimento.

Assim, os dois grupos que vão dominar o novo Parlamento indiano, não tem ideologias opostas. Eles representam, grosso modo, uma mesma classe dirigente, e só defendem duas concepções diferentes do poder e da democracia parlamentar. Foi por ter rompido com os costumes em vigor no partido dominante indiano — onde prevalece o consenso entre várias tendências — e ter-se comportado como usurpadora da autoridade suprema dos caciques da formação governamental, que a senhora Gandhi foi hostilizada por parte da classe política.

Eu nunca quis fazer política, escrevia recentemente a filha de Nehru, numa carta pessoal aos eleitores. «Teria podido ser arqueóloga, escritora ou estudar as artes ou o folclore. Quantas vezes essa missão «imposta» pelo destino, e a vontade de aplicar uma política «que corresponda às aspirações das massas», não terão servido de pretexto a uma vontade igualmente grande de partilhar o poder? Em 1969, um primeiro grupo de rivais é afastado: Kamaraj, Nalajingappa, e, sobretudo, Morarji Desai, vice-primeiro ministro e ministro das Finanças, conservador, incorruptível, hindu de estrita obediência, «alérgico» ao colectivismo, e que se dizia gandhista. Estes homens formam o congresso da oposição, a que

viria juntar-se Ashoka Mehta, economista de nomeada, amigo de Nehru.

Essa dissidência já dá à senhora Gandhi uma imagem progressista, mas os conflitos não tardam a estalar com os «jovens turcos» do Congresso, que contribuíram largamente para construir essa imagem. Mohan Daria, membro do Gabinete, irá juntar-se, na prisão, aos parlamentares da mesma tendência que ele, Krishna Kant e Chandra Sekhar, expulsos do partido em Junho de 1975. Eles haviam, no entanto, tomado parte activa na elaboração de medidas como a nacionalização das companhias de seguros e a abolição dos privilégios dos príncipes.

Após a proclamação do estado de emergência, será a vez dos «cachemiris» — membros da elite intelectual originária do vale de Srinagar — M.D.P. Dhar e P.N. Haksar, serem afastados sem razão, de lugares de confiança. Outro conselheiro do primeiro-ministro, Ashok Mitra, exila-se na Grã-Bretanha. Simultaneamente, a senhora Gandhi olha para que nenhum dos últimos altos dirigentes do Congresso — os Ram, Chavan, Swaran Singh, cada um dos quais traz o apoio de uma comunidade ou de uma região — adquira demasiada influência. «Nenhum erva cresce à sombra do banian» (forte árvore tropical), diz-se aqui.

TRINTA MIL PRESOS POLÍTICOS

O estado de emergência foi imposto por um regime político em completa ruptura com tradições políticas indianas. A Índia tem uma experiência da democracia liberal demasiado longa para que essas tradições a que estão fortemente ligadas as personalidades idóneas à frente do Partido do Povo, possam ser banidas de um dia para o outro, sem risco ao regresso à força. Alguns indianos chegam a afirmar que o regime de excepção foi mais rigoroso e repressivo do que o dos britânicos no fim do império das Índias. É ainda demasiado cedo para um balanço, visto todos os dias serem feitas revelações. Cento e cinquenta mil pessoas foram detidas num ou noutro momento desde Junho de 1975, e entre elas todos os chefes de fila da oposição. Mais de trinta mil militantes principalmente de movimentos de extrema-esquerda e de ex-

trema-direita, postos fora de lei, ainda estavam presos no princípio da semana.

Personalidades sem bases populares, tais como Borooah, presidente — designado — do Congresso, Mohammed Yunus, embaixador itinerante, e outros servidores, formavam o círculo, limitado, de um primeiro-ministro cada vez mais isolado. Outrora os parlamentares congressistas repercutiam nas cidades os sentimentos das aldeias onde se encontravam as forças vivas do país. Há meses, porém, que o chefe do Governo já só escutava algumas pessoas e, acima de todas elas, o filho. Já não era informada das reacções do seu povo senão através dos relatórios da polícia, que lhe davam uma visão deformada do país. A decisão de fazer eleições gerais foi um cálculo errado. Um antigo membro do Congresso dizia recentemente: «Os discursos da senhora Gandhi já não têm o conteúdo, o domínio, a dignidade que tinham. Estão cheios de dúvida e alarme, de um pouco de histeria e sente-se neles um certo complexo de perseguição». A senhora Gandhi tinha visivelmente dificuldade em ultrapassar o choque provocado pela demissão da segunda personalidade do partido, Ram. As suas réplicas durante a campanha eleitoral não eram muito ricas em argumentação e raramente eram convincentes.

A CONSCIÊNCIA DAS MASSAS

O povo indiano dá naturalmente razão aos «rebeldes». Praticamente todas as personalidades saídas da prisão foram brilhantemente reeleitas. Ora a senhora Gandhi pensava que a consulta seria uma simples formalidade que lhe permitiria obter novo mandato de seis anos. Ram modificou completamente os dados, criou uma profunda perturbação no seio do partido governamental, fez com que a balança tendesse a favor da oposição.

Esta conservou toda a iniciativa e evitou responder às provocações. Não teve dificuldade alguma em denunciar os «malefícios» cometidos durante o estado de emergência. Estes, fenómeno novo na Índia, acordariam a consciência das massas, visto atingirem a dignidade humana. Os acontecimentos das últimas semanas mostraram que as massas indianas

já não se deixam enganar. A lição que acabam de dar terá uma repercussão maior do que muitas tomadas de posição de intelectuais. Não é por acaso que as principais personalidades que simbolizam a «ditadura» — e principalmente os dois ministros responsáveis pela informação — foram respeitadas pelos eleitores.

O poder utilizou unilateralmente as médias populares como a rádio, mas, no seu conjunto, os indianos não se deixavam enganar pela propaganda a que estavam submetidos. Graças ao desenvolvimento das comunicações, as aldeias estão menos isoladas do que dantes, e os indivíduos, já não seguem obrigatoriamente a disciplina da sua comunidade ou da sua casta. O poder teve consequências no comportamento dos grupos socioculturais. Assim, as forças específicas que ainda há alguns anos apoiavam o Congresso — como o partido dos laicos — misturaram as suas vozes às dos integristas hindus. As castas e as comunidades religiosas ainda têm um papel importante mas surgiram novas clivagens. Por exemplo, nenhum membro da casta dos chamars (sapateiros) a que Ram pertence, votou pelo partido governamental. Os muçulmanos que se consideram os primeiros visados pela campanha de esterilização, e isso porque a sua natalidade é mais forte que a dos hindus, abandonaram desta vez o Congresso, esquecendo ao mesmo tempo o seu diferendo com os nacionalistas hindus.

É natural que a senhora Gandhi só durante a campanha eleitoral tenha descoberto a amplitude do desastre. Mas nunca quis situar as responsabilidades no seu verdadeiro nível. Como puderam Sanjay Gandhi e alguns membros da burguesia urbana, apoderar-se do aparelho das juventudes congressistas e impor a sua lei? Esses «play-boys» politicamente inconscientes terão recebido, como se diz em alguns meios, encorajamentos da C.I.A.? Precisaríamos, na verdade, deles?

As juventudes congressistas tentaram recuperar elementos ávidos de mudança mas só conseguiram os «goondas» (malandrins) que seguem sempre a corrente dominante ou o que julgam ser essa corrente.

(Le Monde)

JUMBLATT, UM ENIGMA

BEIRUTE — (IPS) — Kamal Jumblatt, o dirigente de esquerda libanesa recentemente assassinado, era talvez o único político local cuja reputação ultrapassou as fronteiras do país.

Tornara-se conhecido e admirado pelos partidos socialistas e de esquerda de todo o Mundo, particularmente na Europa Ocidental, que visitava com frequência. Isso era suficiente para distingui-lo entre os seus pares políticos e rivais na cena política libanesa. Mas bastava vê-lo para nos apercebermos de que se tratava de um homem muito diferente do comum dos outros dirigentes políticos.

O Líbano é um dos países do Mundo mais exigentes em matéria de vestuário e quase todos os políticos libaneses se ajustam a esta peculiaridade, cultivando uma elegância esmerada. Nesse sentido Jumblatt era puro e simplesmente um desastre. Com os seus fatos permanentemente amarrados, os colarinhos enrugados

e as gravatas fora de moda.

Esta sua transgressão das regras da indumentária libanesa simbolizava de certo modo a posição e a atitude de Jumblatt perante a vida. Era um rebelde num país onde a tradição e mesmo o tribalismo estão tão arraigados que uma rebeldia política nunca pode dar-se aqui sem adesão a tais peculiaridades sociais e comunitárias.

Isto servia de pano de fundo à contraditória e quase esquizoide existência de Jumblatt: ao mesmo tempo que dirigia um movimento socialista moderno, desempenhava o papel de dirigente feudal da comunidade drusa, tentando utilizar essa base de apoio essencialmente conservadora para objectivos progressistas.

Outros símbolos da dicotomia que caracterizava a sua vida eram os dois lugares onde passava a maior parte do seu tempo: Beirute, onde era um activo dirigente político, e Mukhtra, a sua sede feudal no coração das montanhas drusas

do Shuf, donde nasceu e morreu como um digno membro da poderosa casa dos Jumblatt.

O facto de Jumblatt ter conseguido conciliar esses diversos factores demonstra a extraordinária abertura do seu espírito, que reunia uma ampla gama de contradições e interesses variados. Era ao mesmo tempo milionário e socialista, místico e político, chefe de milícias e pacifista, filósofo e homem de negócios possuidor de uma grande fábrica de cimento, humilde mas com frequência arrogante no seu domínio.

Esta extraordinária diversidade reflectiu-se em muitos escritos e publicações de Jumblatt, que incluem livros que se referem não só a temas históricos e políticos mas também à medicina herbanária (foi vegetariano e praticava o «yoga»).

O jovem Jumblatt, que falava fluentemente inglês e francês, além de árabe, doutorou-se em Direito e Psicologia em Paris antes de se dedicar à vida

política no Líbano. Diga-se que 1947 foi um ano-chave, quando Jumblatt, aos 30 anos, foi eleito deputado pela sua zona do Shuf e fundou o seu Partido Socialista Progressista.

A sua posição como dirigente da esquerda consolidou-se quando foi eleito presidente do Conselho Político Central do grupo de partidos de esquerda no princípio do ano passado, e nunca teve de enfrentar qualquer competição séria de outra figura de esquerda. Mas não foi imune à crítica dos radicais, alguns dos quais o consideravam um dirigente político burguês que tentava ascender a altas posições políticas.

Em algumas partes do Líbano os sinos das igrejas repicaram de júbilo quando se espalhou a notícia do assassinato de Jumblatt, mas ele constitui uma ferida, não só para os seus simpatizantes e aliados, mas também para os muitos que, no Líbano ou no exterior, admiraram a sua coragem e brilho, embora não estivessem de acordo com as suas ideias.

PUB

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

Temporada da Primavera de 1977

ÓPERAS E CONCERTOS NO TEATRO DE S. CARLOS E NO COLISEU DOS RECREIOS

Agrupamentos Convidados de Honra:

- TEATRO DE ÓPERA DE LEIPZIG
E ORQUESTRA GEWANDHAUS DE LEIPZIG
(por acordo com a República Democrática Alemã)
- ORQUESTRA PHILARMONIA HUNGARICA
(por acordo com a República Federal Alemã)

ESPECTÁCULOS

— 14 e 15 de Abril, no S. Carlos:
Estreia em Portugal da ópera em 3 Actos de George F. HANDEL.

«XERXES»

pela Companhia de Ópera do Teatro de Leipzig
Maestro: Horst Gurgel Encen.: Joachim Herz

— 16 de Abril, no Coliseu:

CONCERTO SINFÓNICO

Orquestra Gewandhaus de Leipzig e violinista Karl Suske
Maestro: Gert Bahner

— 17 e 18 de Abril, no S. Carlos:
A ópera em 3 Actos de Wolfgang A. MOZART

«O RAPTO NO SERRALHO»

pela Companhia de Ópera do Teatro de Leipzig
Maestro: Gert Bahner Encen.: Joachim Herz

— 29 de Abril e 2 de Maio, no S. Carlos:
A ópera em 1 Acto de Richard STRAUSS

«ELEKTRA»

com Danica Mastilovic, Regina Resnik, Teresa Kubiak e Franz-Ferdinand Nentwig
Orquestra do Teatro de S. Carlos

Maestro: Marek Janowski Encen.: Regina Resnik

— 13, 15 e 17 de Maio, no S. Carlos e no Coliseu:
A ópera em 3 Actos de Gaetano DONIZETTI

«LUCIA DE LAMERMOOR»

com Elizette Bayan, Alfredo Kraus, António Salvadori e Álvaro Malta
Coro e Orquestra do Teatro de S. Carlos

Maestro: Silva Pereira Encen.: Gino Bechi

— 25, 26, 27, 29, 30 e 31 de Maio, 1, 3, 4 e 5 de Junho, no Salão Nobre do S. Carlos:
A ópera em 3 Actos de A. LEAL MOREIRA

«A VINGANÇA DA CIGANA»

com Maria Orán, Elsa Sique, Álvaro Malta, Armando Guerreiro, Carlos Fonseca
Orquestra do Teatro de S. Carlos

Maestros: Manuel Ivo Cruz e Peres Newton Encen.: Jorge Listopad

— 2 de Junho, no Coliseu:

Concerto Coral-Sinfónico, com a 2.ª Sinfonia de Gustav MAHLER

«RESSURREIÇÃO»

Orquestra Philharmonia Hungarica
Coro Gulbenkian, Maria Orán e Gwynn Cornell

Maestro: Reinhard Peters

— 6, 8 e 14 de Junho, no S. Carlos e no Coliseu:
A ópera em 3 Actos de Ludwig van BEETHOVEN

«FIDELIO»

com Roberta Knie, Wilfried Badorek, Harald Stamm e Elsa Sique
Orquestra Philharmonia Hungarica

Coro do Teatro de S. Carlos

Maestro: Reinhard Peters Encen.: Günter Roth

CONCERTOS SINFÓNICOS

Orquestra Philharmonia Hungarica
Barítono: Alcino Soares Maestros: Reinhard Peters e Siegfried Köhler

— 18, 20 e 22 de Junho, no S. Carlos e no Coliseu:
A ópera em 3 Actos de Richard WAGNER

«O NAVIO FANTASMA»

com Leif Roar, Siv Wennberg, Matti Kastu e Victor von Halen
Orquestra Philharmonia Hungarica; Coro do Teatro de S. Carlos

Maestro: Siegfried Köhler Encen.: Walter Eichner

ELENCO (por ordem alfabética)

Cantoras principais: LIA ALTAVILLA, ELVIRA ARCHER, ELIZETT, BAYAN, ELIZABETH BREUL, HELENA CLAUDIO, GWYN CORNELL, COURDES COUINHO, INGRID GORITZ, HEIDRUN HALX, BARBARA HOENE, BEATRIZ HORTA, ROBERTA KNEI, TERESA KUBIAK, DANICA MASTILOVIC, GISELA NEUNER, FERNANDA NUNES, GERTRUD OERTEL, MARIA ORÁN, GISELA POHL, MARIA RAMOS, REGINA RESNIK, SARA ROSA, ELSA SIQUE, ROSWITHA STEUBE, PALMIRA TROFFA, M.ª LUÍSA VIEGAS, PALMIRA VIEGAS, HELENA VIEIRA, SIV WENNBERG.

Cantores principais: RICHARD AMES, WILFRIED BADOREK, CARLOS FONSECA, GEORGE FOURRIÉ, FREITAS SILVA, VASCO GIL, PAUL GLAHN, ARMANDO GUERREIRO, VICTOR HALEM, RUDOLF HOLTENAU, RYSZARD KARCZYKOWSKI, MATTI KASTU, ALFREDO KRAUS, RAINER LÜDEKE, ALVARO MALTA, OLIVEIRA LOPES, FRANZ NENTWIG, RUDOLF RIEMER, LEIF ROAR, MÁRIO RODRIGO, ANTONIO SALVADORI, ANTONIO SARAIVA, FERNANDO SERAFIM, ALBERTO SILVEIRA, ALCINO SOARES, HARAL STAMM, ROLF TOMASZEWSKI, JOÃO VELOSO, WAGNER DINIZ.

- ORQUESTRA PHILARMONIA HUNGARICA
- ORQUESTRA GEWANDHAUS DE LEIPZIG
- ORQUESTRA DO TEATRO DE S. CARLOS
- CORO DO TEATRO DE S. CARLOS
- CORO GULBENKIAN
- CORO DA ÓPERA DE LEIPZIG
- BALLET DA ÓPERA DE LEIPZIG

Maestros Directores

GERT BAHNER, HORST GURGEL, MANUEL IVOCRUZ, MAREK JANOWSKI, SIEGFRIED KÖHLER, PERES NEWTON, REINHARD PETERS, SILVA PEREIRA

ENCENADORES

GINO BECHI, WALTER EICHNER, JOACHIM HERZ, JORGE LISTOPAD, REGINA RESNIK, GÜNTER ROTH.

Cenógrafos e Figurinistas

ARBIT BLATAS, DAGMAR BREZINOVA, DOMINIK HARTMANN, HUGO MANOEL, SAM, BERNARD SCHROETER.

ASSINATURAS

A: S. Carlos, noites de 14 e 18 de Abril, 2 e 13 de Maio, 6, 20 e 21 de Junho e uma das récitas de «A Vingança da Cigana».

B: S. Carlos, tardes de 15, 17 e 29 de Abril, 15 de Maio, 8, 13 e 18 de Junho e uma das récitas de «A Vingança da Cigana».

C: Coliseu, noites de 16 de Abril, 17 de Maio, 2, 14 e 22 de Junho.

ABERTURA DAS BILHETEIRAS

TEATRO DE S. CARLOS

Assinaturas: Sábado 2 Abril, 13 h.

Avulsos: 4.ª feira 6 Abril, às 13 h.

COLISEU DOS RECREIOS

Assinaturas: Sábado 9 Abril, 13 h.

Avulsos: 4.ª feira 13 Abril, 13 h.

AVISO: Domingo, 3 de Abril, a bilheteira do S. Carlos só funciona para o espectáculo dessa tarde («Madame Butterfly»).

EVACUAÇÕES NO ZAIRE

Capital do Shaba pode cair

Praticamente todos os cidadãos norte-americanos residentes na cidade mineira de Kolwezi, na província zaireense de Shaba, foram evacuados da área, na sequência do avanço dos rebeldes catangueses, que pretendem derrubar o regime do presidente Mobutu Sese Seko. Quatro missionários protestantes norte-americanos foram os últimos a abandonar a zona, embora tivessem manifestado o desejo de nela permanecer. Um avião de transporte da Força Aérea zaireense evacuou de Kolwezi vinte jornalistas estrangeiros, depois das autoridades do Zaire terem anunciado que a sua presença naquela área já não era «conveniente». Os jornalistas não foram autorizados a deixar a cidade e a seguir em direcção às forças rebeldes que parecem estar a avançar rapidamente no ocidente da província.

Os rebeldes catangueses capturaram no passado sábado a cidade estratégica de Muthatsha, situada a cerca de 100 quilómetros a ocidente de Kolwezi e prosseguem o seu avanço de cerco à «cintura do cobre».

Círculos não oficiais indicam que as tropas catangueses se encontram apenas a cerca de

50 quilómetros de Kolwezi, junto à estratégica linha férrea de Benguela, que segue para o interior de Angola.

Estas informações não foram oficialmente confirmadas, mas um porta-voz da empresa norte-americana «Morrison Knudsen», encarregada da construção de um Centro de retransmissão eléctrica para a zona mineira de Kolwezi, disse que a decisão de evacuar os funcionários da firma «é realista».

Entretanto, círculos afectos à Embaixada belga em Kinshasa declararam que não foi programada qualquer evacuação maciça dos cerca de 2000 técnicos e funcionários belgas que trabalham no complexo mineiro de Gecomines, situado também em Kolwezi.

A maior parte dos nossos cidadãos vive no Zaire há muitos anos e sente que nada tem a recear, com a excepção de uma escassa dezena de pessoas que manifestaram o desejo de abandonar a área por razões pessoais — disse o informador belga.

O mesmo funcionário calculou em cerca de 4000 o número de cidadãos belgas que vivem na zona de Kolwezi, incluindo engenheiros e respectivas famílias.

«Importante: a área de Kolwezi tem uma população aproximada de cerca de 50 000 pessoas, a maioria das quais membros da tribo Lunda, à qual pertencem muitos dos soldados rebeldes catangueses.

Notícias de última hora emitidas ontem à noite indicam que efectivamente se está a processar a evacuação maciça de Kolwezi, já que a cidade parece constituir o próximo objectivo das forças invasoras catanguesas.

«É apenas uma questão de horas» — indicaram círculos locais.

Os mesmos informadores acrescentaram que o comando avançado das tropas governamentais zaireenses recuou já para uma zona afastada cerca de 100 quilómetros ao leste de Kolwezi, para Tenke e Fungurume, duas cidades situadas na estrada que liga Kolwezi a Lubumbashi.

Um enviado da France-Presse, Pierre Zanin, afirmou nas últimas horas: «tudo pode ruir de um momento para o outro em Kolwezi, capital mineira do Shaba, onde se torna cada vez mais ameaçadora a pressão dos ex-gendarmes catangueses».

Fidel encontra-se em Luanda com "leaders" nacionalistas

Três líderes nacionalistas da África Austral partiram ontem de Lusaka com destino a Luanda, onde se encontrarão hoje e amanhã com o primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, depois de terem recebido o apoio do presidente Podgorny, afirma uma fonte nacionalista na capital zambiana.

Trata-se de Joshua Nkomo, co-líder da Frente Patriótica da Rodésia; Sam Nujoma, presidente da Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano), da Namíbia e Oliver Tambo, líder do Congresso Nacional Africano da África do Sul, que indicaram simplesmente, à partida, que iam a Angola a convite do presidente Agostinho Neto.

Todavia, de fonte nacionalista precisam que eles encontrar-se-ão com o primeiro-ministro cubano para estudar um aumento do auxílio cubano aos movimentos de guerrilha da África Austral. Antes da sua partida, os líderes nacionalis-

tas salientaram que os países socialistas, nomeadamente a U. R. S. S., eram os únicos a ajudar os seus movimentos.

A digressão sem precedentes do chefe do Estado soviético indica que a U. R. S. S. decidiu colocar todo o seu peso a favor dos nacionalistas da África Austral, pensa-se nos meios diplomáticos. Isto, acrescenta-se da mesma fonte, com a aprovação dos presidentes africanos de «primeira linha» (Angola, Moçambique, Botswana, Tanzânia e Zâmbia).

Estes chefes de Estado, depois do malogro da conferência de Genebra e da missão de Ivor Richard (o mediano britânico) estão de facto convencidos de que todas as soluções pacíficas fracassaram.

«KWANZA»
E ESCUDO
PORTUGUÊS

Como consequência da desvalorização da moeda portuguesa, o escudo vale agora em

Angola 0,76 e 0,78 «kwanzas», respectivamente nas operações de compra e venda.

A moeda nacional angolana, o «kwanza», manteve, após a sua entrada em circulação, a cotação a par que existia entre o escudo português e o escudo angolano.

O «kwanza» está dividido em dez «lweis».

ALTERADA TOPONÍMIA DE LUANDA

Uma comissão coordenadora da tarefa, constituída há cerca de quatro meses, divulgou uma lista de dez critérios a que deve obedecer a alteração da toponímia de Luanda.

O banimento de todos os nomes de indivíduos «que atentaram contra os direitos fundamentais do povo angolano», a reposição de nomes substituídos pela administração colonial e a retirada dos nomes e datas portuguesas, são alguns dos critérios referidos.

Jornalistas portugueses contratados para trabalhar na Guiné-Bissau

Três jornalistas portugueses seguiram ontem para a Guiné-Bissau onde vão trabalhar, pelo período de seis meses, como cooperantes na Radiodifusão e no jornal «Nô Pintcha».

São eles Orlando Raimundo (de «O Século»), José António Salvador («A Gazeta») e Adelino Gomes (Radiodifusão Nacional). Os dois primeiros juntar-se-ão a Carlos Morais (do «Diário de Lisboa») e ao repórter fotográfico Alvaro João que já se encontram em Bissau há mais tempo. O terceiro deverá incumbir-se da reorganização da rádio local. Todos estes elementos vão trabalhar na informação guineense no quadro dos acordos de cooperação do nosso país com a Guiné-Bissau e pelo qual muitos professores, médicos e outros técnicos portugueses têm trabalhado e estão a traba-

har na antiga colónia da África Ocidental, o que, aliás, o «DL» tem várias vezes noticiado. Os encargos destes cooperantes correm por conta dos dois governos.

PROVÁVEL PASSAGEM A DIÁRIO DO TRISSEMANÁRIO «NÔ PINTCHA»

O trissemanário «Nô Pintcha», órgão oficial do Comissariado de Estado da Informação da Guiné-Bissau acaba de assinalar o seu primeiro aniversário — no passado dia 27 — com uma edição melhorada. Segundo informação da ANOP, este jornal deverá passar a ser publicado ainda no decorrer deste ano estando tal objectivo apenas dependente do reforço dos seus quadros por jornalistas portugueses, alguns dos quais

seguiram mesmo esta madrugada para a Guiné.

«Nô Pintcha» é uma frase crioula que em português quer dizer «Para a frente!» e saiu pela primeira vez no dia 27 de Março de 1976.

Podgorny em Moçambique

Milhares de moçambicanos acolheram Nikolai Podgorny no Paputo, na última etapa da sua viagem a três países da África Austral.

Para pode participar na recepção ao dirigente soviético, a população teve uma tolerância de cinco horas no seu trabalho quotidiano.

«Um importante estímulo revolucionário» — afirma o «Notícias» (oficial) referindo-se à visita.

Afirmado ontem num plenário em Évora

"Nós queremos produzir, mas..."

Fizemos a transacção da cortiça no C.R.R.A. de Évora. O montante em dinheiro foi de 1680 contos. Acontece que o Centro ainda não nos entregou um tostão dessa importância. Agora temos mais cortiça para tirar mas os trabalhadores da cooperativa não estão dispostos a meterem-se ao trabalho sem saberem como é... Não estão dispostos a permitir que os agrários vão gozar daquilo que eles conseguiram com o seu suor — estas e muitas outras questões foram postas no plenário que teve lugar, ontem, no palácio D. Manuel, em Évora, pelos representantes das U.C.P.s do distrito que, juntamente com alguns técnicos progressistas, discutiram problemas da Reforma Agrária, sobretudo de produção e comercialização.

Dizem os tipos do C.R.R.A. que a cortiça pertence ao Estado e que os trabalhadores recebem apenas o salário de 180 escudos por dia para a tirar dos sobreiros. Isto não está bem: somos nós que trabalhamos e o Estado é que fica com os rendimentos...

Os porta-vozes dos trabalhadores das U.C.P.s do distrito de Évora transmitiram na reunião as dúvidas, as desilusões e as esperanças dos seus camaradas. Problemas de esco-

amento dominam, na generalidade, a vida interna das U.C.P.s. O problema do azeite, do vinho, do queijo, da carne.

Houve um trabalhador que alvitrou a hipótese das cooperativas e U.C.P.s, em conjunto, montarem uma fábrica para escoamento da carne de porco. Muitas vezes durante o plenário veio à baila a inquietação que envolve neste momento os trabalhadores do Alentejo «Que futuro para a Reforma Agrária? Será que andamos a trabalhar para depois o Governo entregar as terras aos agrários?» — perguntam.

Ainda ontem na minha cooperativa andávamos a semente carvão e recebemos uma carta para entregarmos essa terra ao agrário, diz um trabalhador da Cooperativa do Cadaval, no Redondo. Matamo-nos a trabalhar e depois se tudo vai para a poeira? interroga um representante da cooperativa dos Gregos.

As intervenções dos trabalhadores centraram-se, no entanto, nas questões de produção e comercialização. Querem produzir carne, cereais — produtos que o Governo importa ao estrangeiro. Porque eles, apesar da política repressiva do M.A.P., aprovaram por unanimidade, no plenário de 29 de Março, uma «proposta construtiva».

apresentada pelos Secretariados Distritais de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal. Uma proposta dirigida ao Governo.

Nesse documento propõem que sejam devolvidas às U.C.P.s e cooperativas agrícolas as tarefas que lhes foram ilegalmente tiradas quer a pretexto de «reservas» quer de desanexações; que seja impedida na Assembleia da República qualquer tentativa de reacção (C.D.S. e P.P.D.) para alterar a Lei da Reforma Agrária; que as terras abandonadas sejam entregues a quem as trabalha; que os grandes agrários saboteadores sejam punidos; que a G.N.R. recolha aos quartéis; que seja assegurada a comercialização dos produtos agrícolas e pecuários; que acabe a intromissão do Governo na vida interna das cooperativas e U.C.P.s; que lhes facultada a possibilidade de acesso aos órgãos de Informação estatizados, Rádio e Televisão; que seja assegurado crédito e assistência técnica às U.C.P.s e cooperativas.

Um trabalhador da Cooperativa «Primeiro de Setembro» contou que os veterinários da Intendência tinham mandado abater cerca de 20 vacas leiteiras da cooperativa a pretexto de que os animais estavam contaminados por uma doença. E declararam que mais 33 vacas se encontravam afectadas pelo mal. Depois das vacas abatidas as análises à carne acusaram que esta estava em condições para o consumo. Que se passa com os veterinários? Incompetência ou sabotagem nítida?

A propósito das questões postas pelos trabalhadores Júlio Martins, da C.R.A.R.A., no uso da palavra afirmou: O sr. Portas diz que a cortiça é do Estado. Mas quem trata da terra e das árvores são os trabalhadores ou é por acaso o sr. Portas? O Governo fala em entregar indemnizações mas a Constituição diz que os agrários saboteadores não têm direito a elas. Fala-se também que os trabalhadores devem dinheiro ao Estado. Em certos casos o Estado deve muito mais dinheiro aos trabalhadores que estes devem ao Estado.

Rogério Arraiolos, membro do Secretariado distrital das U.C.P.s, depois de ter apresentado aos trabalhadores os dois técnicos progressistas que vão colaborar com eles, (o técnico Lourinho e o eng.º Alves da Silva, ex-presidente do I.R.A. recentemente saneado das funções que desempenhava), salientou que o Governo não tem que se meter na vida das cooperativas e U.C.P.s. Se nós fizermos dividas somos homens para as pagar, ao contrário de muitos indivíduos dos

Adiado julgamento de José Gonçalves

«Gravemente doente», segundo o atestado médico que apresentou José Gonçalves, um dos muitos subinspectores aposentados da P. I. D. E. /D. G. S., não foi ontem a julgamento no Tribunal Militar Territorial, ficando a audiência adiada para 7 de Junho.

O patrono do «pide» José Gonçalves é o advogado Manuel Anselmo, que ontem curiosa e coincidentemente requereu o adiamento da sessão por se encontrar à mesma hora, «em serviço profissional» já iniciado em duas sessões anteriores, no 3.º Juízo Correccional.

C.R.R.R.s e do Ministério que contrairam muitas dividas no tempo em que eram agrários e não as pagaram, acrescentou. Com base num texto intitulado «Produção Animal», da responsabilidade dos Secretariados Distritais das U.C.P.s e cooperativas, frisou que convinha fomentar no Alentejo a produção de bovinos e ovinos. E de certa maneira gado caprino e suíno. Este último criado em estabulos para evitar a peste suína que dizima grande parte dos porcos de montado. Sublinhou ainda a necessidade de se fazer puramente das raças. De se evitar a todo o custo os cruzamentos. Explicou aos trabalhadores a razão porque a criação dos bovinos e ovinos dá rentabilidade: adaptam-se às características da região e a sua criação sai relativamente barata na medida em que os ovinos comem o resto das pastagens deixados pelos bovinos. Por outro lado acentuaria que quando o Governo anda a comprar (ao desbarato) carne congelada ao estrangeiro tem como objectivo boicotar a produção das cooperativas e dos pequenos e médios agricultores.

A finalizar, António Bica fez uma introdução sobre aspectos da comercialização. Disse que a política que se impunha neste momento era a constituição das produções tradicionais do Alentejo tentando, no entanto, melhorá-las. Aliás tudo o que se produz na zona da Reforma Agrária (cortiça, gados, grão, feijão, cereais de inverno, algumas culturas de regadio) corresponde às necessidades de consumo do País. No respeitante às Carnes há bastante facilidade no seu escoamento com excepção de alguns problemas pontuais que são devidos mais a erros políticos do Governo que à abundância do produto. António Bica, em seguida, debruçou-se sobre um ponto importante: a quem vender? Segundo o antigo secretário de Estado da Estruturação Agrária as cooperativas e U.C.P.s de preferência devem vender ao Estado. Como segundo recurso há as estruturas dos trabalhadores e por fim os intermediários que ainda detêm o domínio do mercado. No entanto os trabalhadores têm de estar conscientes de que os intermediários são seus inimigos. Para uma venda mais fácil, António Bica aconselhou os trabalhadores a começarem a preocupar-se com a embalagem dos produtos para que estes resistam mais tempo em armazém e portanto não cedem aos preços exigidos pelos intermediários quando o mercado está saturado. Por outro lado, António Bica acha fundamental a montagem de uma fábrica de industrialização de carnes no Alentejo. Avançar com uma estrutura que já vem do tempo do fascismo que é o matadouro de Beja servido por uma boa rede de frio. Segundo António Bica, o matadouro, que se encontra parado, para funcionar precisa de comprar carne às cooperativas e U.C.P.s. Acabado o plenário, os trabalhadores dirigiram-se ao C.R.R.A., ao Quartel-General e ao Governo Civil de Évora a fim de entregarem as moções que aprovaram por unanimidade, e que traduzem as suas preocupações dominantes. Se o dr. Mário Soares quer dar cabo da Reforma Agrária, cedendo aos reaccionários Freitas do Amaral e Sá Cameiro e os Governos dos países capitalistas, então desde já o dr. Mário Soares assume a responsabilidade de tudo o que possa acontecer. Eis uma passagem da moção...

Ameaça de António Barreto

"Governo será impiedoso"

Após audiência em Belém, na presença do Chefe do Estado, dos Comandantes da PSP e da GNR, e do secretário de Estado da Reestruturação Agrária, o ministro António Barreto dirigiu, através da RTP, uma comunicação ao País, acerca de questões relacionadas com a Reforma Agrária.

A pretexto do que considerou «ocupações ilegais e ameaças sobre pequenos agricultores», o ministro atacou violentamente, de forma insinuatória, o PCP, referindo-se a «uma operação concertada» contra o diploma sobre a Reforma Agrária que o MAP tentava levar a Conselho de Ministros.

O ministro afirmaria ainda que havia propósitos de «impedir no Alentejo as pequenas e

médias explorações agrícolas» para considerar que se trataria de «um ataque violento e frontal aos pequenos agricultores». A concluir a sua inesperada intervenção na RTP, o ministro da Agricultura insinuaria ainda a inexistência de liberdades no Alentejo e a ameaça que «o Governo será impiedoso».

Registe-se que todo este empolamento, com reunião em Belém e discurso na RTP, se prende com a reocupação por trabalhadores de alguns hectares pertencentes a Unidades Colectivas e que o MAP entregara a «seareiros e rendeiros», que no entender das UCP's foram indivíduos aliciados a aceitar tais terras e que alguns deles são tudo menos agricultores.

NOTA OFICIOSA

M.A.P. contra "ocupações ilegais de terras"

O Ministério da Agricultura e Pescas divulgou a seguinte nota oficial, sobre «ocupação ilegal de terras»:

«O Ministério da Agricultura e Pescas vem tomando conhecimento de que, desde o passado domingo (dia 27), se registam, em diversas zonas do distrito de Évora, ocupações ilegais de terrenos, atribuídos a pequenos seareiros. O volume dessas acções e as características de que se revestem, fazem presumir que há neste momento, forças políticas organizadas para alterar ou impedir o curso legal e pacífico da Reforma Agrária. A localização (nos limites do distrito) e as reduzidas parcelas de terras subitamente ocupadas, nos dois últimos dias — permitem ainda deduzir que, através desse plano global de acção, se procura dispersar forças da G. N. R. e técnicos do Centro Regional da Reforma Agrária de Évora.

Com efeito, registaram-se as seguintes ocupações de terrenos, recentemente atribuídos a seareiros: Oito hectares dos 7 200 da UCP «Brotense», na localidade de Brotas, Concelho de Mora, dezolito hectares dos 10 125 da UCP «A Luta de Todos», também no Concelho de Mora, treze hectares dos 1 275 da UCP «Progresso», na localidade de Landeira, Concelho de Vendas Novas. Há também conhecimento de que se encontrariam projectadas as ocupações de duas courelas no Concelho de Redondo, restituídas ao seu legítimo proprietário no dia 24 de Março. Trata-se da courela do «Monte Branco» com 24 hectares dos

1 458 da UCP «Cabeça Gorda», e da courela «Madeira Nova de Cima» com 149 hectares dos 5 775 da UCP «23 de Setembro». Estas ocupações terão sido decididas em plenário dos trabalhadores daquelas UCP's, constando, porém que a deliberação foi tomada sob coacção e ameaças de saneamento dos discordantes.

Também tractoristas contratados por um seareiro a quem foram atribuídos na herança de «Jejuns», 20 hectares dos 4 250 da UCP «Santana», Concelho de Portel, foi impedido de trabalhar, tendo sido obrigado pelas circunstâncias a recorrer a protecção da GNR. Sabe-se também que na refenda UCP decorreu um plenário, com características do atrás citado, em que terão sido decididas: «Novas formas de luta contra as determinações do M.A.P.». Para além dos casos pontuais referidos, denuncia-se ainda serem constantes as ameaças e provocações a 30 seareiros, instalados na zona de S. Cristóvão, aos quais foram atribuídos no seu conjunto, 760 hectares de terra dos 13 200 da UCP «Salvador Joaquim do Pomar», no Concelho de Montemor-o-Novo.

Ao revelar publicamente destes factos, o MAP chama a atenção do país, em especial dos trabalhadores alentejanos, para o facto de a campanha concertada, agora denunciada, pôr em causa os legítimos direitos dos pequenos agricultores e o pacífico prosseguimento da Reforma Agrária, de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição da República.

C.I.P. apresenta "queixas"

A CIP tornou público o resultado dum inquérito feito junto das empresas industriais, em Novembro e Dezembro do ano passado, sobre a conjuntura económica.

Das conclusões publicadas pela Associação do patronato, resulta que este já não se contenta com a política do Governo no sector económico, exigindo deste ainda mais repressão sobre os trabalhadores. Assim se têm de interpretar as queixas da CIP, sobre a «baixa produtividade» e a «instabilidade nas relações de trabalho», que seriam das principais dificuldades apontadas pelo inquérito.

Ainda segundo a CIP «o não estabelecimento claro e inequívoco das regras de jogo da economia, a ausência de uma política industrial, a falta de dinamismo do sector produtivo do Estado, e a sua desarticu-

lação com o privado, a dinâmica inflacionista a quebra de poder de compra da população, o desemprego e a falta de confiança do meio empresarial, criam uma atmosfera pouco favorável à iniciativa privada».

Na sua luta pela reconstituição do aparelho económico de antes do 25 de Abril, a CIP condena também as medidas de austeridade anunciadas pelo Governo, porque «não parecem compatíveis com o desenvolver de programas de desenvolvimento ou de investimentos, a menos que se limitem ao período de lançamento desses programas».

Referindo-se aos problemas de cada sector, a CIP salienta um panorama de recuperação nas indústrias alimentares de cortiça, química, metalúrgica e de confecção de vestuário e regressão no sector da construção civil.

PRECISA-SE

Apartamento mobilado em zona central de Lisboa.

Resposta ao n.º 555 deste Jornal

PERGUNTAM LIGAS DE GAIA E GONDOMAR

"O Governo pensa que é com este apoio que podemos cultivar a terra?"

PORTO, 30 — «Será que o novo mercado abastecedor de fruta e produtos hortícolas do Porto, construído pela J. N. F. e que já reúne as condições mínimas para o comércio daqueles produtos, vai também ser tomado de assalto pelos intermediários? — perguntam as Ligas de Agricultores e Rendeiros de Vila Nova de Gaia e Gondomar, que ontem deram uma conferência de imprensa, na sede do M. A. R. N., para «manifestar o seu descontentamento pelos recentes aumentos verificados nos factores de produção» e denunciar o facto de serem «sistematicamente ignorados pelo M. A. P. quanto a problemas que directamente os afectam».

Os pequenos agricultores e rendeiros daquelas ligas (mais de 700 sócios na primeira e 200 na segunda), depois de referirem os grandes aumentos verificados no preço das rações (mais 35 escudos por saco), nos adubos (25,0944 por cento), na palha (de 22 para 90 escudos), nas vacinas (aumento de 500 por cento), na electricidade e nos contadores, nos juros do crédito, na balata de semente (100 por cento) e nos pesticidas (25 por cento), perguntaram: «O Governo pensa que é com este apoio que podemos cultivar a terra? Uma camponesa acrescentaria: «Isto não é uma política agrária, é uma política contra os que vivem apenas da terra, com horários de 10 e 12 horas diárias».

Ao discordarem dos «encargos insuportáveis» agora criados para a lavoura e do facto de o M. A. P. tomar medidas «que nos dizem respeito sem nos ouvir» ao mesmo tempo «que faz cedências aos senhores ricos da C. A. P.» os representantes das Ligas de Gaia e Gondomar pretenderam salientar dois pontos que consi-

deram fundamentais: a gravidade daqueles aumentos e por outro lado a ausência de estruturas de apoio aos pequenos agricultores e rendeiros do centro e norte do País para escoamento dos produtos. (Foi dentro desta perspectiva que acentuaram a sua «dependência crescente dos intermediários parasitas»: «Nós até ao merceeiro compramos a crédito e muitas vezes lhes entregamos por baixo preço o que produzimos». Derao como exemplo o que poderá vir a suceder no novo mercado de frutas: «É preciso evitar que os produtos sejam ali vendidos a preços especulativos recebendo nós uns tostões, e pagando caro os consumidores». Para evitar isso, acrescentaram, «há que cumprir a Constituição, há que nós ouvir, pois as ligas, as cooperativas, unidades colectivas e organizações de rendeiros querem participar na elaboração dos regulamentos do Novo Mercado das Frutas» (situado junto à Ponte de Rio Tinto).

«Para que servem as conversas sobre a alta de preços quando se não tomam medidas que protejam os agricultores e os consumidores, todos entregues nas mãos dos intermediários?», perguntaram ainda. «É para fugir a esses parasitas que o Governo escuta através da C. A. P., que alguns camponeses vão vender para as estradas, ao fim-de-semana. Mas isso não é solução para os nossos problemas e os do público consumidor», concluíram os representantes das ligas.

Foi ainda revelado que a «Cooperativa Agrícola 31 de Janeiro de Vila Nova de Gaia, vai abrir em 1 de Maio próximo o seu primeiro posto de venda directa ao público (em Miramar, estrada 109) já que «sem apoio e ignorados pelo M. A. P.» só lhes resta organizarem-se para se defenderem da «voragem dos intermediários».

PUB

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa

Avenida Visconde Valmor, 34, 1.º — LISBOA-1
Telefones 770066 - 770274

MOÇÃO

Os Motoristas de Táxis reunidos em Assembleia Geral do Sector, na sede do seu Sindicato, no dia 28/3/77, pelas 21.30 horas

DECIDEM:

- Considerando as inúmeras queixas apresentadas pelos associados deste Sindicato em relação à actuação da advogada Elsa de Abreu.
- Considerando que os trabalhadores necessitam de advogados que os defendam de uma forma isenta e diligente.
- Considerando que uma advogada que defende Pides de uma forma tão abnegada como a Imprensa notificou, não pode defender de igual modo os trabalhadores explorados e torturados alguns deles por essa casta de torcinários do nosso povo.
- Considerando a recusa, que esta senhora fez em relação à rescisão do contrato apresentada pela Direcção deste Organismo.

DECIDEM:

Deliberar nesta Assembleia a saída imediata desta senhora como advogada do Sindicato, como garantia da defesa dos interesses dos trabalhadores.

PELA DEFESA DOS TRABALHADORES

O PLENÁRIO

APROVADA COM 1 VOTO CONTRA

Lisboa, 28 de Março de 1977



sindicato dos trabalhadores da função pública da zona sul

PUB.

PLENÁRIO DOS TRABALHADORES DA DGCI POR UM SINDICATO ÚNICO E FORTE

Convocados pela direcção deste sindicato, trabalhadores da DGCI reuniram-se em plenário no dia 25 de Março, no INEC, para debater a questão da constituição do sindicato "privativo" das Contribuições e Impostos.

Unanimemente, os trabalhadores presentes da DGCI manifestaram-se com firmeza contra a ideia de que a defesa dos seus interesses específicos exige a formação de um sindicato "privativo".

Nesta ordem de ideias, aprovaram a formação de uma COMISSÃO SINDICAL DINAMIZADORA que, em colaboração e com o apoio da Direcção do nosso Sindicato, elaborará um caderno contendo as principais reivindicações dos trabalhadores das Contribuições e Impostos.

Decidem ainda, vincular a Direcção do Sindicato a estudar os seguintes problemas e a desenvolver desde já esforços no sentido da sua resolução:

- revogação ou não aplicação da disposição legal que proíbe o recebimento de remunerações acessórias aos trabalhadores nomeados após a vigência do Dec.º 1.º/76;
- publicação do Dec.º 1.º/76 que contempla a promoção dos aspirantes à categoria de secretário de finanças de 3.ª classe;
- distribuição da parte emolumentar da alínea a) pelos trabalhadores dos concelhos de Lisboa e Porto, tal como se processam nos restantes concelhos do país;
- exigir junto dos responsáveis da DGCI que o projecto de reclassificação de carreiras e funções seja posto à discussão dos trabalhadores.

O plenário, que contou com a presença de órgãos de Informação, terminou com um veemente apelo, por parte dos presentes, à unidade de todos os trabalhadores da DGCI e de todos os trabalhadores da Função Pública, UNIDADE que a Direcção não deixará de fomentar por todos os meios ao seu alcance.

- TRABALHADOR DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS MOBILIZA-TE NA DEFESA DOS TEUS INTERESSES!
- SO COM UM SINDICATO ÚNICO, FORTE E UNIDO OS TEUS PROBLEMAS SERÃO RESOLVIDOS!
- PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES DA DGCI!

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul
António Lamas de Oliveira

PUB.

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO NORTE MOÇÃO

Electricistas do Norte, reunidos em Assembleia Geral, no dia 26 de Março de 1977 e certos de interpretar a vontade de todos os electricistas, saudam a data de 2 de Abril próximo, primeiro aniversário da proclamação da Constituição da República Portuguesa.

Queremos igualmente afirmar que faremos tudo que esteja ao nosso alcance para que a mesma seja cumprida, única forma em nosso entender de consolidar a Democracia rumo ao SOCIALISMO

Aprovada por unanimidade

UMA EFEMÉRIDE DA AVIAÇÃO PORTUGUESA

"Raid" Lisboa-Rio foi há 55 anos

«Faz hoje três anos que eu fiz alguma coisa. Não foi só um de nós, fomos ambos. Ambos confiámos um no outro, ambos queríamos. Se qualquer de nós não quisesse, aquilo não se tinha feito...» — escreveu Gago Coutinho em Abril de 1925.

Este espírito de equipa foi salientado ontem pelo dr. Norberto Lopes, numa conferência proferida no Centro de Estudos da Marinha, e que assinala a passagem do 55.º aniversário da travessia do Atlântico Sul.

O dr. Norberto Lopes acompanhou a «aventura» dos dois pilotos portugueses, como enviado do «Diário de Lisboa» a bordo do cruzador «República». Ontem, reforçando as palavras escritas por Gago Coutinho, disse: «Chegou a cometer-se uma grave injustiça com Sacadura Cabral. Alguns foram até ao ponto de atribuir a Gago Coutinho todo o mérito da vitória alcançada, dado que sem os métodos de navegação que aperfeiçoou e os cálculos que fez, a viagem não teria sido possível. Ora, a verdade, é que, se a participação do sábio almirante teve influência deci-



Uma velha foto autografada pelos dois participantes no «raid»

siva para os resultados obtidos, a ideia e a responsabilidade do empreendimento couberam totalmente a Sacadura Cabral. A concepção e a organização da viagem, o estudo dos meios para a realizar e as diligências efectuadas para obter a «luz verde», tudo se deve a ele, à sua inteligência esclarecida, à sua reconhecida competência,

à sua incontestável visão política, ao seu indefectível patriotismo, à sua extraordinária força de vontade».

É desnecessário sublinhar o valor científico do feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Mas a admiração do Mundo, as glórias, as homenagens foram para outros. Para Lindbergh, por exemplo, que só

cinco anos mais tarde, tentava com êxito a travessia do Atlântico Norte, servindo-se apenas de uma bússula.

«Proeza puramente desportiva» — acrescentou ontem o dr. Norberto Lopes — «embora prodigiosa, que pôs à prova a coragem, a obstinação e a resistência do piloto, mas não acrescentou nada de novo ao progresso da aviação. E teve, contudo, retumbância mundial, que o feito dos aviadores portugueses não logrou alcançar. É que Paris e Nova Iorque são dois grandes palcos do mundo, onde as vedetas que neles se exibam ganham fama universal. O «Larousse du Século XX», na sua edição de 1931, incluía já o nome do aviator americano. Se lá procurarmos os nomes de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, não os encontramos».

Mesmo no nosso País a proeza dos dois aviadores nunca teve o reconhecimento merecido. Só há poucos anos foi construído um monumento perto da Torre de Belém a assinalar o local onde partiu o voo, o primeiro Lisboa-Rio de Janeiro. Há 55 anos.

Mário Murteira lança estudo sobre Economia e Socialismo

Edição da Moraes integrada na colecção «Temas e Problemas» desta casa editora, foi recentemente posto à venda um livro de Mário Murteira: «Política Económica numa Sociedade em Transição».

Reúnem-se neste volume textos datados, os mais deles, depois de 25 de Abril de 1974 (alguns destes publicados no nosso jornal, onde Mário Murteira colabora com alguma frequência), e outros de entre 1966 e 1970 (Juntados sob o título «Retrospectiva»). Há ainda um outro que fora escrito em 1960.

«Temáticas variadas, datas que cobrem um período de 16 anos, que fio condutor poderá justificar a sua publicação conjunta? — inflete o autor, numa breve nota de introdução aos textos, e sobre eles; e o

próprio autor avança: «Cremos que nestas páginas o leitor poderá encontrar uma sucessão de depoimentos sobre questões directas ou indirectamente ligadas à problemática da política económica numa sociedade de transição, a sociedade portuguesa dos anos 60 até ao presente».

Muito embora os escritos de Mário Murteira se dediquem aos temas compreendidos no âmbito que o próprio título do livro logo indica, o conjunto abre com um texto muito interessante dedicado a outras questões mais largas e envolventes: «A Missão do Intelectual», onde se quer dizer que os temas económicos não apenas não são exclusivos dos economistas mas passíveis de interessada discussão por parte de um vasto público que

nem tem forçosamente de ser, nessas específicas matérias, iniciado.

«RAIZ E UTOPIA»

Anunciada para alguns dias atrás, apareceu ontem nas livrarias o n.º 1 desta nova revista, «Raiz e Utopia». Dirigida por António José Saraiva, C.L. Medeiros e José Baptista, a revista, que vai sair trimestralmente, apresenta-se com um projecto: «crítica e alternativa para uma sociedade diferente», e um manifesto, assinado pelos três responsáveis. Mais de meia centena de páginas — são preenchidas com material abundante e apontando, quase todo, para uma exigência crítica incessante. «Raiz e Utopia» vem para a polémica viva do nosso tempo.



Conferência do Algarve lança alarme sobre produção cerealífera

O trabalho apresentado pelo nosso país na sessão de ontem, na Aldeia das Açoteias, Algarve, da reunião preparatória da área mediterrânica para a Conferência Mundial sobre Desertificação que em Agosto próximo decorrerá em Nairobi, no Quênia, chama a atenção para o facto de existirem em Portugal algumas regiões do Sul do Algarve, na bacia do Guadiana e no Alto Douro, que apresentam semiridez devido à irregularidade das chuvas durante o ano, ao fraco índice pluviométrico e também devido à acção do homem.

Segundo o autor do trabalho, prof. Rastilho Raposo, duas das medidas consideradas fundamentais para combater a desertificação em Portugal são o ordenamento agrícola do território por reforestação e o revestimento do solo por pastagens melhoradas. A comunicação salienta ainda que se chegou ao ponto dos cereais e outras culturas ocuparem actualmente 55 e 60 por cento do território, quando apenas cerca de 28 por cento têm condições propícias para essas culturas. O homem não deve, de acordo com o que o trabalho do nosso delegado à reunião recomenda, romper o equilíbrio dos sistemas naturais na sua ansia de aumentar as produções.

A SITUAÇÃO NO BRASIL

Pró-Amnistia divulga semana de solidariedade

Na madrugada do dia 31 de Março de 1964 as tropas brasileiras da 4.ª Região Militar, com sede em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, arrancavam em direcção ao Rio de Janeiro, dando início ao golpe militar que derrubaria o Governo Constitucional de João Goulart e colocaria no poder os generais que até hoje mandam no Brasil. Mas também aos 13 anos de resistência dos antifascistas brasileiros, que hoje de manhã foram evocados numa conferência de Imprensa do Comité Pró-Amnistia no Brasil. A história desta resistência à ditadura militar pode ser dividida em três períodos: o de reorganização, que durou de 1964 até fins de 1968; o de consolidação da ditadura, de 1968 a 1973; e finalmente, o de reanimação do movimento operário e popular, daquele ano até agora.

Actualmente os militares brasileiros estão submetidos a cada vez maiores pressões internas e externas. Dentro do

país a alta do custo de vida, a falta de soluções para as crises que atacam todos os sectores, as relações com a Igreja, que a cada dia que passa mais deterioradas ficam, o descontentamento que começa a alastrar mesmo entre os capitalistas, pelo domínio exercido pelas multinacionais, a repressão desenfreada que mata, tortura, prende e faz «desaparecer» pessoas em meio à total impunidade, as suspensões de mandatos conseguidos em eleições acabaram por extinguir praticamente todas as bases de apoio que o regime ainda podia ter. A nível externo as recentes atitudes de Carter, ao divulgar um relatório onde são denunciados os desrespeitos aos Direitos Humanos no Brasil, deixaram o país numa situação difícil diante dos seus «aliados».

Esta medida fez com que o Brasil rompesse acordos militares que mantinha com os E.U.A. e reduziu as relações en-

tre «patrão» e «empregado» aos níveis mais baixos desde sempre.

Na conferência de Imprensa foi anunciado que o Comité Pró-Amnistia do Brasil realizará, entre os dias 13 e 19 de Abril próximos, a «Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro», a qual constará de vários colóquios a serem realizados na Aula Magna da Reitoria, acompanhados de exhibições cinematográficas sobre a realidade daquele país. Todos os colóquios contarão com a participação de convidados brasileiros que são integrantes da oposição à ditadura e representam movimentos operários, camponeses, estudantes, intelectuais e religiosos. Está programada a apresentação da peça «Tiradentes», de Augusto Boal e Guarnieri, e a presença de conjuntos musicais portugueses e brasileiros. A Semana de Solidariedade termina com um acto de encerramento no Pavilhão dos Desportos.

SEGUNDO "THE TIMES" Ingleses e alemães levaram Soares ao poder

Foram os trabalhadores ingleses e os social-democratas alemães quem, de algum modo, levou os social-democratas portugueses, liderados por Mário Soares, ao Governo.

Esta a opinião do insuspeito jornal conservador britânico «The Times» em artigo publicado ontem, no qual analisa as relações de Mário Soares com os líderes trabalhistas ingleses, nomeadamente com James Callaghan.

Aquele diário londrino alude ainda ao papel que a Internacional Socialista terá tido no desenrolar dos acontecimentos no nosso país, destacando que o facto daquela organização sediar em Londres não obsta a que seja, na realidade, financeira pelo Partido Social-Democrata Alemão. Daqui se infere, aliás, a justiça das preocupações de alguns Partidos So-

cialistas, como o francês, relativamente ao modo com a social-democracia alemã — com frequência acusada de ser uma «ponta de lança» dos E.U.A. na Europa — domina a Internacional Socialista.

«The Times», preocupado com a degradação da economia e das finanças portuguesas, apela ainda para que «continue a generosidade da Comunidade Europeia e dos vizinhos mais afortunados de Portugal» relativamente ao Partido Socialista português que, como é vulgar em diversos países da C.E.E., considera «social-democrata».

Também ontem, o ultraconservador «Daily Telegraph» defendia a necessidade de uma rápida adesão de Portugal à C.E.E. e preconiza o apoio das chamadas «democracias ocidentais» nesse sentido.

PONTO DE VISTA AMERICANO

"Prioridade absoluta" para base das Lajes

Uma «prioridade absoluta», do ponto de vista norte-americano — assim classifica a Base das Lajes (e naturalmente a questão que à Base respeita) um militar norte-americano, o general C.A. Gabriel, da Base Aérea de Langley, segundo correspondência daqui remetida pelo enviado especial do «Diário de Notícias» e hoje publicada neste matutino de Lisboa.

De acordo com a mesma fonte, o governo americano aguarda uma resposta do Governo

de Lisboa para terem início as conversações sobre a base militar norte-americana nas Lajes, Açores. O enviado especial do «Diário de Notícias» diz que nos meios diplomáticos de Washington pensa-se que a resposta do Governo português à proposta norte-americana para negociações — poderá levá-la Mário Soares quando se deslocar aos Estados Unidos. Soares, lembra-se, partirá dia 19 de Abril e terá um encontro com o presidente Carter na Casa Branca no dia 21.

Larga adesão no Porto às Jornadas Antifascistas

PORTO, 30 — Diversos organismos e colectividades culturais e populares manifestaram já a sua adesão às «Jornadas Antifascistas», a efectuar a partir da próxima semana na região do Porto, com colóquios, exposições, espectáculos de teatro e um ciclo de cinema antifascista.

Na próxima quarta-feira terá lugar um debate, orientado por jornalistas e escritores, subordinado ao tema «A censura e a luta pela liberdade de expressão» a efectuar na Cooperativa do Povo Português. Estará patente uma exposição alusiva.

Entretanto, aderiram às jornadas e à efectivação do seu programa mais os seguintes organismos:

Cooperativa Árvore, «Grupo de Teatro 5» (V. N. de Gaia), Associação Regional de Teatro de Amadores, Assembleia Popular de Gondomar, Comissão Revolucionária de Moradores do Porto, algumas Associações de Estudantes, Associações Recreativas (S. Caetano e Centro Cultural e Social de Fanzeres) e comissões de moradores de Soutelo, Baguim, Cabina, Passal, Mó, Belavista e Vilaverde, todas do concelho de Gondomar.

Circula também um abaixo-assinado de apoio às jornadas «com objectivo de recordar o que foi o fascismo e de ajudar a unir quantos não querem regressar a esse passado tenebroso», afirma o texto.

F.E.P.U., P.S. e Fraternidade Operária celebram aniversário da Constituição

Sessões comemorativas do aniversário da promulgação da Constituição, vão ser levadas a cabo por todo o País, nomeadamente pela Frente Povo Unido, pelo Partido Socialista e pela associação «Fraternidade Operária».

A F. E. P. U. promove já dia 1, pelas 21 horas, no Ajuda Clube, e em S. Sebastião da Pedreira (na Academia 1.º de Setembro) através das suas comissões locais, sessões de esclarecimento e convívio, com a presença de membros da Comissão distrital e exibição de filmes.

O P.S. levará a efeito sessões em Lisboa, Porto e Coimbra. Na capital a sessão terá lugar na sexta-feira no Teatro Villaret, às 21 e 30 e será presidida, entre outros, por Mário Soares e Henrique de Barros. Em Coimbra, no sábado, dia 2, Manuel Alegre e António Campos presidirão a uma sessão pelas 21 e 30 na Faculdade de Letras. No Porto estará presente também no sábado Vasco da Gama Fernandes que presidirá a uma sessão na Cooperativa dos Pedreiros, acompanhado por Jorge Campinos, António Macedo e outros antigos constituintes.

Também a «Fraternidade Operária» comemorará o aniversário da Constituição, com uma sessão no Teatro Vasco Santana, no sábado dia 2 de Abril, pelas 21 e 30. Presidirá Lopes Cardoso e serão orado-

res César de Oliveira, Piteira Santos e José Luís Gaspar.

Por outro lado, e tal como será feito por outros concelhos, a Câmara de Cascais decidiu, igualmente, comemorar o aniversário da nossa Lei Fundamental. De manhã, no sábado, haverá provas desportivas

e inauguração de uma cooperativa de consumo em S. Domingos de Rana. À tarde bandas do concelho percorrerão as ruas da vila de Cascais, seguindo-se a prova de atletismo Estafeta da Constituição e provas de ciclismo. Às 16 horas terá lugar a sessão pública nos

Paços do Concelho.

Também na Hoechst Portuguesa (Algueirão-Mem Martins) o 2 de Abril será comemorado com a presença de Lopes Cardoso (PS), Alda Nogueira (PCP), Levy Baptista (MDP), Filipe Faria (UDP), Carlos Robalo (CDS) e Rui Machete (PSD).

A ATENÇÃO DO M.A.I.

Mais um cidadão espancado por polícias das Mercês

José Manuel Florêncio é mais um homem que afirma ter sido barbaramente espancado por três agentes da P. S. P. da esquadra das Mercês, ao Bairro Alto. De acordo com o que nos contou, ao fim da tarde do passado domingo, ao regressar a casa, na Rua da Condessa, sentiu-se cansado e parou. Diante de si, no n.º 11 da Travessa da Cara, tinha o bar «A Lanterna». Aprestavase para aí entrar. Um agente da P. S. P. ter-lhe-á dito: «Não pode estar aí».

«Ora essa! Não posso estar aqui? Já nem se pode descansar. Mas então se venho do trabalho e vou para casa, só por ter parado aqui vocês já se metem comigo?» — estas terão sido as palavras do José Manuel, de 27 anos, homem bem entroncado. Os agentes (três) parece não terem gostado (na versão do José Manuel e das pessoas que presenciaram, instantes depois, o espectáculo do zurzir dos «cas-têtes») da resposta e vão de atacar o homem. Resultado (após cinco minutos de «acção»): as costas de José Manuel Florêncio ficaram numa lástima, como se pode ver

na foto. Ontem, o agredido esteve na esquadra das Mercês antes de vir ao nosso Jornal, para apresentar a respectiva queixa e tentar identificar um dos agressores, cujos rostos bem conhece. Segundo ele, e os clientes do bar «A Lanterna», um dos agentes que «molhou a sopa» e deixou as costas do José Manuel numa lástima é conhecido no local pelo «Vinte e Nove».

Quem no-lo confiou foi o dono de «A Lanterna», que acompanhou a «cena» sem poder intervir, e que também se queixou de um outro agente da mesma esquadra, que um dia entrou por ali dentro, pôs todas as pessoas de mãos no ar, e ao empregado, que não pôde obedecer porque estava com a bandeja na mão, ter-lhe-á dado duas bastonadas sem qualquer explicação, nem justificação.



A foto, obtida pelo nosso reporter fotográfico 48 horas após a agressão, documenta a violência com que agentes da P.S.P. «trataram» um cidadão em plena rua de Lisboa

Norte prepara celebrações do 25 de Abril

A data gloriosa do 25 de Abril vai ser dignamente comemorada em Guimarães. A ideia das comemorações resultou da aprovação unânime da Assembleia Municipal de uma proposta nesse sentido da FEPU. Para o efeito foi já nomeada uma comissão executiva constituída por representantes da Câmara, da Assembleia Municipal, dos sindicatos, comissões de moradores e colectividades.

Entretanto as direcções das Associações de Estudantes das Faculdades de Ciências, Engenharia, Economia, Instituto Superior de Contabilidade e Escola do Magistério Primário, preparam iniciativas para integrar numa «semana comemorativa do 25 de Abril», na Academia do Porto, ao nível do Movimento Associativo.

DESVINCULAÇÃO DA FAPIR

A Associação Revolucionária de Moradores do Carvalhido, anunciou em comunicado agora tornado público que se desvinculava da posição assumida por um dos seus membros, de apoiar as comemorações do 25 de Abril organizadas pela FAPIR. A Associação mostra-se, no entanto, resoluta a aderir a uma iniciativa nesse sentido, desde que parta do Conselho da Revolução ou dos Sindicatos.



MAQUILHAGE FANTASIA — Primavera-Verão 1977 — «Fond Teint», «MANGUE», «Fard», «FRI-POM», «baton», «HETCHI» e «HYDRA» transparente (vernizes para as unhas nas cores dos «batons»). Antes da maquilhagem os inigualáveis cremes e bases hidratantes de «GUERLAIN», e, também de «GUERLAIN» os demaquilhantes e as loções «AROMATIQUE» ou «CALMANTE»

Quase todos os acidentes mortais com veículos de duas rodas, são devidos a ferimentos na cabeça. Proteja-se usando sempre o capacete!

circular e viver.

PUB

**"Temos que viver com aquilo que temos.
Havemos de viver como queremos"**

AUTO RECONSTRUTORA DO BARREIRO: Margem Sul solidária contra regresso de patrão

Os 165 trabalhadores da recém-desintervencionada Auto-Reconstrutora do Barreiro, Ld.ª aguardam com expectativa o próximo dia 1, data marcada pelo despacho governamental para o regresso do ex-sócio maioritário da firma, António Abreu, que os trabalhadores, por voto secreto, decidiram impedir.

«Afronta do Governo» é como os trabalhadores classificam a decisão, pois a má gerência de António Abreu e as várias irregularidades por si cometidas foram provadas por auditoria à firma, cujos resultados justificaram a intervenção do Estado na A. R. B. situação de falência que a entidade patronal deixou, os trabalhadores recuperaram graças a muitos sacrifícios e boa gestão.

«Para agora o sr. António Abreu», dizem os trabalhadores, receber de bandeja a firma, com parte das dívidas pagas e uma carteira de encomendas cinco vezes maior».

«Estamos determinados a não o deixar entrar», prosseguem os trabalhadores. «Se vier com a polícia, como fez o homem da Guérin, os trabalhadores desarmados, nada podem contra a força das armas. Mas temos outras formas de luta. Está marcado para o dia 1, um plenário de várias orga-

nizações de trabalhadores do distrito de Setúbal que decidirá como vamos prosseguir a luta, não só em relação a A. R. B. mas também a outras empresas desintervencionadas do distrito de Setúbal.»

As organizações convocadas para o plenário, subscritoras de um comunicado de repúdio pela medida governamental na A. R. B., representam um total de cerca de 40 mil trabalhadores. A C. T. da A. R. B. não exclui a hipótese de o plenário aprovar como forma de luta a paralisação.

FORÇA DE FUZILEIROS PARA AFASTAR O PATRÃO

A Auto-Reconstrutora do Barreiro Ld.ª era uma sociedade por quotas, gerida por um grupo de seis sócios, dos quais três eram minoritários e António Abreu o maioritário. Em 75, aconteceu como em tantas outras empresas, que o patrão começou a queixar-se da má situação financeira da empresa, afirmando que a recuperação só seria possível, mediante o despedimento de meia centena de trabalhadores. A situação era tal que já não havia dinheiro para aquisição de matéria-prima.

*A média de salários era de

cinco mil e quinhentos escudos por mês, enquanto os dois vendedores da firma auferiam uma média de 60 contos mensais. Temendo o futuro dos seus postos de trabalho, os trabalhadores apresentaram um caderno reivindicativo em que exigiam a revisão da situação dos dois vendedores em causa e a verificação da situação financeira e económica da empresa por um técnico de contas, nomeado pelo Sindicato dos Operários e Técnicos Metalúrgicos do distrito de Setúbal, com o qual trabalhariam um delegado sindical da empresa e um elemento da Comissão Unitária dos Trabalhadores. Esta fora já de resto convidada por António Abreu a fazer a consulta aos livros e documentos da firma. A gerência não deu resposta a este caderno reivindicativo. Em Junho, saiu um artigo no boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal em que os trabalhadores da A. R. B. atacavam frontalmente o patrão e o contabilista. Quando teve conhecimento do artigo o gerente tentou agredir trabalhadores, após o que mandou reunir todo o pessoal, dirigindo-se-lhe em termos caluniosos. Os trabalhadores por seu turno reagiram decidindo a C. T. pedir a intervenção de uma força de fu-



Trabalho extraordinário sem retribuição, ocupação de feriados, sábados e domingos, salários inferiores ao CCT, tudo se pediu aos trabalhadores da ARB para recuperar a firma

leiros Navais que compareceu e afastou o patrão das instalações. Um plenário de trabalhadores efectuado a seguir decidiu, por voto secreto suspender a gerência e pedir um inquérito ao Ministério das Finanças. Automaticamente, a A. R. B. entrou em autogestão.

DÍVIDAS E FALÊNCIA

As irregularidades cometidas pela gerência eram já notórias. De tal modo que os sócios minoritários pediram em Abril de 75 uma auditoria à firma. Na reunião de trabalhadores em que A. Abreu foi escutado para fora das instalações da fábrica, aquele sócio maioritário agrediu um sócio minoritário.

Em Junho de 75, a A. R. B. entrou em autogestão, gerida por uma comissão de dois trabalhadores e um economista da Setenave que nunca chegou a tomar posse do cargo por não poder ser dispensado nessa altura.

Ao entrar em autogestão a A. R. B. estava falida tecnicamente, com um passivo de 46 mil contos. Entre as várias irregularidades contavam-se, além da situação escandalosa dos dois vendedores, vales em caixa no valor de 1500 contos, em nome do sócio António Abreu; despesas fictícias debitadas à empresa; desvio de capitais e facturação de despesas pessoais do sócio maioritário e de familiares, como sejam deslocações a Paris com a família e correspondente instalação num bom hotel parisiense. Só em 73, a conta de deslocações da gerência atingiu os 600 contos. No que toca a despesas fictícias debitadas à empresa, os trabalhadores citam o caso de uma terraplanagem feita por um cliente, gratuitamente, da qual A. Abreu mandou passar uma factura no valor de 544 contos, utilizando para isso os favores dum seu amigo, construtor civil, também seu sócio noutros negócios. Outro caso: A. Abreu mandou construir um prédio de rendimento (distante alguns metros da A. R. B.) o que implicou a construção de um paredão. O valor deste paredão, de mais de dois mil contos, foi também debitado à A. R. B., com a justificação de que era necessário para a terra não cair sobre as instalações da empresa...

Quanto a desvio de capitais, grande parte eram desviados por intermédio de uma outra firma que o patrão possui no Porto, a «Auto-Reboques Bás-culantes», que produz material de auto-reboque pesado. A A. R. B. construiu os reboques e semi-reboques que depois a firma do Porto vendia, não estando esse dinheiro na empre-

sa do Barreiro.

Casos de dupla facturação não registada e pela qual o patrão não pagava portanto, impostos, foram também descobertos, o que implicou o levantamento de um processo no Tribunal de Contribuição e Impostos no valor — segundo os trabalhadores — de milhares de contos.

UM CONTABILISTA POR CONTA

Para encobrir estas irregularidades, havia um contabilista que recebia 5 por cento dos lucros brutos da empresa ou 50 contos no caso de não haver lucros, além do vencimento de 18 contos mensais, mais 25 de subsídio de Natal, 30 de férias e imposto profissional totalmente pago. É claro que até por conveniência deste contabilista a empresa dava sempre lucros: no inquérito verificou-se que nos balanços nunca eram considerados devidores duvidosos, letras descontadas, etc.

Além deste panorama, os trabalhadores herdaram dívidas à Previdência no valor de 2400 contos, 600 a 700 contos ao Fundo da Desemprego e uma carteira de encomendas de 5000 contos (embora o patrão tivesse apresentado uma carteira de 45 mil contos de encomendas ao IAPMEI, para concessão de um empréstimo, valor que se provou ser falso).

Findo o inquérito do Ministério das Finanças, a empresa passou a intervenção, em Novembro de 75. Uma comissão administrativa composta por dois trabalhadores e um gestor por parte do Estado — engenheiro Taborda, vindo de Moçambique, a quem os trabalhadores passam o certificado de bom profissional e bom gestor — passou a gerir a Auto-Reconstrutora do Barreiro.

RECUPERAÇÃO E PLANOS PARA 77

Além do começo da amortização da dívida à Banca e à Previdência (a C. T. da A. R. B. acordou com esta instituição um plano de pagamento da dívida a partir de Junho de 76), foram criados mais 12 postos de trabalho e a carteira de encomendas quintuplicou (actualmente é de 25 mil contos).

Tudo isto não se conseguiu sem sacrifícios dos trabalhadores: só em Dezembro de 76 a portaria dos metalúrgicos passou a vigorar na A. R. B., o que implicou uma diferença de ordenados, por exemplo, no caso de um oficial de terceira, de 5300\$00 para 7250\$00; os trabalhadores fizeram horas extraordinárias sem retribuição; o mesmo acontecendo ao trabalho desenvolvido em sábados, domingos e feriados

facultativos. Em 75 e 76, devido à recessão do mercado, tiveram que procurar trabalhos de caldeiraria.

Mas, apesar disso, a empresa foi recuperada e os planos para 77 inscrevem-se numa linha de franco progresso.

Sendo a empresa mais importante do País no seu ramo (fabrica reboques, semi-reboques, báculos, portamáquinas, portacarros, savoyards para transportes internacionais, dispondo ainda de uma secção de caldeiraria, e outra de mecânica), a Comissão de Gestão preparava-se para explorar toda a capacidade imediata da A. R. B. Assim, no orçamento entregue no Ministério da Indústria, estava prevista uma verba de 2500 contos para aquisição de maquinaria que permitia a criação de uma secção de reparações com mais 30 postos de trabalho. Outra verba de 2500 contos era destinada à aquisição de mactos hidráulicos para venda no mercado nacional, Angola e Moçambique e talvez União Soviética, lançando-se assim na exportação. Para 77 estava previsto o fabrico de 140 semi-reboques, 40 báculos, 1500 contos de acessórios, 4900 contos em caldeiraria e máquinas de ferramentas, 4500 contos de reparações. Prevvia-se também, em 77, a aplicação, em Abril, de aumentos salariais de 15 por cento, a aquisição de um técnico para planeamento do sector produtivo com vista à exploração do mercado internacional; a partir de Junho esperava-se poder canalizar uma verba de 200 contos para melhoramentos no refeitório da empresa.

Esperava-se ainda amortizar 9000 contos na dívida à Previdência e atingir um volume de facturação total de 45 mil contos.

No sentido de um melhor aproveitamento não só da A. R. B., mas de outras empresas intervencionadas ou nacionalizadas do distrito de Setúbal, representantes da Auto-Reconstrutora tiveram reuniões com técnicos da Equipmetal e da Metalúrgica Duarte Ferreira e Metalofabril (privada) no sentido de se conseguir produção conjunta. Alguns planos foram entregues ao M. I. T., mas ou não tiveram resposta ou esta foi negativa.

«Para que precisamos do patronato?», perguntam os trabalhadores da A. R. B. «Consideramos esta medida governamental uma afronta. É uma cédência ao imperialismo estrangeiro e insere-se nos ataques às nacionalizações, Reforma Agrária, etc.»

Os trabalhadores da A. R. B. responsabilizaram já o Governo pelas consequências do regresso de António Abreu contra a vontade dos trabalhadores. Além das provas que deu como mau gerente, o ex-patrão demonstrou já as suas más disposições quanto a relações de trabalho. Numa primeira tentativa de regresso às instalações, após o despacho ter saído, despediu imediatamente o membro da C. T. que o abordou e lhe comunicou as disposições dos trabalhadores.

Intervencionadas: prazo prorrogado

Foi prorrogado até 15 de Abril o prazo concedido às comissões interministeriais para apresentação dos relatórios sobre as empresas em regime de intervenção estatal. A decisão consta de um decreto-lei conjunto dos Ministérios do Plano e Coordenação Económica e das Finanças hoje publicado no «Diário da República».

PUB.

AOS TRABALHADORES ABRANGIDOS PELO CCTV ARMAZENISTAS DE MERCEARIA, IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE FRUTOS E PRODUTOS HORTÍCOLAS, ARMAZENAGEM E EXPORTAÇÃO DE AZEITES

PARALISAÇÃO - AVISO

na manhã de 1 de Abril — 6.ª feira

CAMARADAS

Desde Junho de 1976 que andamos a tentar negociar o nosso CCTV. Só devido às nossas insistentes pressões e à disposição dos trabalhadores encetarem formas de luta, foi possível obrigar os patrões a sentarem-se à mesa das negociações.

Utilizam demagógica e falsamente o argumento de que o sector está em grandes dificuldades, para protelarem as negociações.

MAS CAMARADAS, PODEMOS ACEITAR ESTE ARGUMENTO?

Enquanto os patrões pressionam o Governo, para lhes aumentar as margens de comercialização, até os produtos do cabaz de compras foram aumentados (pela segunda vez) antes de serem congelados.

Todos os produtos com as chamadas "margens fixas" tiveram dois aumentos no último ano.

Enquanto os patrões querem vender mais caro, todos sabemos que 90% dos produtos que eles comercializam estão sujeitos a especulação sem limites (é de ver o que acontece com o bacalhau, o azeite, as batatas, os detergentes, etc.).

No entanto, camaradas, essa atitude do patronato não visou outra coisa que não fosse o ganhar tempo, tentando desmobilizar-nos.

Com efeito, a disposição do patronato não era negociar o CCTV. Isso viu-se claramente. Em todas as matérias importantes, o patronato recusou-se a chegar a acordo: desde o período de tempo em que o contrato vigorará, à retroactividade, ao pagamento do trabalho extraordinário, às diuturnidades, às promoções, ao capítulo dos despedimentos, até aos salários em que o patronato pretende apenas aumentar 10% as tabelas salariais em vigor desde 1 de Abril de 1975.

ISTO QUANDO O CUSTO DE VIDA SUBIU NO MÍNIMO 40% DURANTE ESTE TEMPO

CAMARADAS

A esta provocação teremos de responder com a nossa unidade, firmeza e determinação na luta. O patronato quer utilizar o nosso CCTV para fazer chantagem junto do Governo a fim de obter maiores margens de comercialização o que significa maiores lucros para eles e preços mais caros para nós e para todo o público consumidor.

A isto diremos NÃO

A nossa resposta deverá constar na grêve aviso na manhã do dia 1 de Abril, 6.ª feira, fazendo no entanto um sério aviso ao patronato de que se não ceder até ao dia

12 de Abril, encetaremos novas formas de luta.

Lisboa, 25 de Março, de 1977

**EM FRENTE PELA CONQUISTA DO CCTV!
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
POR SALÁRIOS DIGNOS E JUSTOS!
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!**

A COMISSÃO SINDICAL NEGOCIADORA

GUÉRIN

Início do diálogo normaliza a laboração

O início de negociações no Ministério da Indústria e Tecnologia, hoje, sobre o caso da Guérin, empresa intervencionada devolvida à administração privada com oposição dos trabalhadores, pode abrir perspectivas de solução do conflito que paralisou durante vários dias a maior parte da empresa, no caso de serem tidas em conta as pretensões expressas em plenário realizado ontem à tarde.

A empresa entrou já em laboração normal, atendendo a que um dos objectivos da paralisação — levar o MIT ao diálogo — foi atingido.

No documento aprovado em plenário propõe-se a formação de uma comissão técnica, da qual farão parte representantes dos trabalhadores, encarregada de proceder à reestruturação da empresa e à sua integração na economia nacional. Adianta-se, ainda, que deverá ser mantida a unidade da estrutura da empresa, evitando desse modo a pulverização pretendida pelo patronato com

a autonomização de vários sectores (John Deere, Vespa, Dodge, Ford) que iria tornar difícilmente viável o sector Volkswagen.

Nos termos da proposta, os trabalhadores não aceitarão despedimentos, individuais ou colectivos, nem quaisquer alterações dos quadros do pessoal existentes à data da desintervenção, sem seu prévio acordo. Por outro lado, propugna-se a reintegração dos dois técnicos afastados por altura do regresso da entidade patronal, bem como dos trabalhadores transferidos no interior da empresa. Inversamente, os trabalhadores opõem-se à reintegração «de qualquer indivíduo sobre o qual possam recair acusações dolosas» (caso, por exemplo, de «bufos» da PIDE saneados após o 25 de Abril).

O documento elaborado pelos trabalhadores exige, ainda, o rápido andamento dos processos instaurados ou em instrução relativos a actividades fraudulentas da administração privada, detectadas em in-

quérito elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças.

Pretende-se, também, o pagamento dos dias de paralisação e dos salários em atraso (retroactivos e subsídios de Natal), que atingem cerca de onze mil contos.

Estas condições servem de base ao diálogo agora encetado no Ministério da Indústria. Os trabalhadores concederam um prazo de 15 dias para solução do problema, propondo-se encerrar novas formas de luta no caso das suas pretensões não serem satisfeitas, com vista a assegurar «o direito ao trabalho, ao salário e à viabilidade da empresa Guérin, inserida na economia nacional».

A comissão coordenadora das CTs e delegados sindicais da Guérin, por outro lado, foi agora reforçada com a destituição de três dos seus elementos, que se colocaram ao lado do patronato durante o processo de luta, e a eleição de novos membros.

SINDICATOS DECIDEM

• Aumento do gasóleo não será pretexto para os armadores

Os Sindicatos dos Pescadores de todo o País «reservam-se o direito de tomar medidas» para que se não concretize a paralisação da frota pesqueira, aventada pelos armadores como forma de levar o Governo a fixar um preço especial para o gasóleo.

As organizações sindicais do sector mostram-se na disposição de «garantir o abastecimento de peixe ao País» solicitando ao Governo que tome posição quanto a este assunto «para que não sejam afectados os su-

periores interesses da economia nacional e o direito ao trabalho». Lembra ainda, que tal paralisação seria uma forma de «lock out», que é expressamente proibido pela Constituição da República.

Os armadores haviam anunciado a sua posição, recentemente, sobre o aumento do preço do gasóleo, declarando «solenemente» que tal facto torna «a actividade do sector da pesca completamente inviável pelo que a paralisação a curto prazo poderá ser um facto, cuja responsabilidade

não deverá ser imputada ao armamento». Invocando razões, o patronato argumentava com «a dramática situação» do sector, que seria «caótica».

Estes intuitos suscitaram a oposição das organizações de classe dos pescadores, manifestada em comunicado publicamente divulgado e subscrito pelos Sindicatos dos Pescadores dos distritos de Faro, Leiria, Coimbra, Aveiro, Matosinhos, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Viana do Castelo, Porto e Áncora, Setúbal e Lisboa.

• Dirigentes do comércio sem crédito nem orçamento

Os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa defrontaram ontem, no decurso de uma assembleia geral ordinária realizada no Pavilhão dos Desportos, a desconfiança da classe em relação à sua actuação, quando esta rejeitou o orçamento para o corrente ano e o relatório e contas do exercício de 76.

As razões do facto ficaram

expressas em intervenções realizadas durante a reunião, que contou com uma afluência de associados acima do normal em assembleias deste tipo. Mais do que o relatório e contas estava em causa o comportamento da direcção a ele subjacente, ao longo do seu mandato, que foi considerado antidemocrático, divisionista e lesivo dos interesses da classe.

Sem orçamento para gerir

o Sindicato, poucas alternativas restam aos seus dirigentes, que terão de convocar até 18 de Abril uma assembleia geral extraordinária requerida por 689 sócios onde será debatida a eventual destituição da direcção. O requerimento contou com o apoio de um abaixo-assinado subscrito por cerca de cinco mil sócios durante a jornada de luta do comércio, realizada em Fevereiro.

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Impasses diversos levam greves à Madeira

Enquanto prosseguia, ontem, a greve no sector do barro vermelho tendo-se registado um reforço dado que mais fábricas aderiram à greve idêntico processo de luta era anunciado em publicidade paga, para o sector dos armazéns e mercearia, que deverá paralisar na próxima sexta-feira.

Por seu turno, a Comissão Negociadora do Acordo Colectivo de Trabalho dos C. T. T. tomou posição sobre as dificuldades que tem defrontado para a conclusão daquele processo. Como solução, afirma-se num comunicado do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, que «a única forma de luta que envolve simultaneamente todos os trabalhadores dos C.T.T. (...) é a greve».

No que respeita ao Contrato Colectivo Vertical para a Hotelaria, a respectiva Comissão Negociadora Sindical, divulgou um comunicado em que afirma que a contraproposta patronal «não passa de uma grave provocação aos mais elementares direitos dos trabalhadores».

Acrescenta-se nesse comunicado que a C.N.S., «usando dos poderes que lhe foram conferidos ao longo dos plênários realizados em todo o País, irá estudar e encetar formas de luta que poderão ir até à paralisação do sector».

Entretanto, o jornal «A Luta» publicava, ontem, uma notícia baseada em informações de C.N.S., segundo as quais as conversações realizadas de manhã no Ministério do Trabalho estariam bem encaminhadas, tendo a Comissão Negociadora aceite a redução dos aumentos salariais de 25 para 15 por cento. Não nos foi possível confirmar esta informação.

METALÚRGICOS

A Comissão Negociadora Sindical do C.C.T.V. dos Metalúrgicos publicou, entretanto, um comunicado informando que a primeira reunião da Comissão Técnica encarregada de elaborar a Portaria de Regulamentação de Trabalho para o sector, se efectuou no dia 25.

Garantindo que os representantes dos trabalhadores exigirão que as reivindicações fundamentais venham consagradas na P.R.T. a C.N.S. do contrato dos metalúrgicos afirma: «O Governo tem uma grande responsabilidade neste momento, e a C.N.S. espera que os Ministérios intervenientes não se ponham ao lado do patronato nas decisões que tomarem, tal como fazia o extinto Ministério das Corporações que para isso mesmo havia sido criado».

Sobre o decurso das negociações deste contrato, afirma-se naquele documento:

«O objectivo fundamental do patronato é tentar ganhar tempo. Por um lado, apola-se na legislação que na prática provoca o congelamento dos salários e aguarda com esperança mais legislação a seu favor e medidas que permitam o regresso dos patrões sabotadores das empresas e a recuperação capitalista ultimamente encetada. Por outro lado, e talvez comovidos e encorajados pela benevolência dos tribunais no julgamento dos «pides» suspiram por um juiz que anule a Portaria de 1975».

MADEIRA: GREVE DE CAIXEIROS E ESCRITURÁRIOS

Face à intransigência das entidades patronais, que «não querem sequer ouvir falar em aumentos salariais», o Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros poderá decidir-se por uma greve geral do sector.

Recorde-se que as tabelas de salários deveriam ter sido revogadas em Janeiro de 1976 (para os empregados de escritório) e em Junho do mesmo ano (para os caixeiros).

As circunstâncias levaram já a comissão negociadora a informar os trabalhadores, através do seu sindicato, que «os patrões a bem não dão nada» e que «a classe se deve preparar para a greve geral a curto prazo».

TRANSITÁRIOS

Prossegue entretanto a gre-

ve ontem desencadeada pelos trabalhadores da Marinha Mercante Aeronavegação e Pescas da ilha da Madeira, que pretendem ver publicada uma portaria de extensão àquela região do C.C.T. em vigor na metrópole e negociado a nível nacional.

Além de afectar o fornecimento de mercadorias àquela arquipélago, esta greve está a perturbar o turismo, uma vez que ontem um navio, o «Black Hodge», com poucos passageiros embora, foi desviado para as Canárias. Apesar disso,

atracou esta manhã no porto do Funchal um navio cheio de turistas, o «Royal Viking Sea», com muitos turistas a bordo.

Enquanto na Metrópole se efectuam plênários em alguns sindicatos para apoio da luta dos transitários da Madeira, os grevistas aguardam um telex do Ministério do Trabalho com o compromisso de que a extensão será publicada.

Com um prejuízo de milhares de contos, os agentes de viagem têm enviado mensagens desviando os turistas do arquipélago.

PUB

SINDICATO DE GARAGENS POSTOS DE ABASTECIMENTO TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal
AVENIDA ALMIRANTE REIS, 45, 1.º
Telefs. 83 93 18 / 84 86 33 — LISBOA-1

COMUNICADO SECTOR DOS TRANSPORTES

PRT do Sector Rodoviário

CAMARADAS:

Realizou-se hoje, 29-3-77, a última reunião da Comissão Técnica para a PRT do Sector Rodoviário de que a Direcção deste Sindicato faz parte.

Reconhecendo a justeza da luta dos trabalhadores, os representantes dos Ministérios do Trabalho e dos Transportes e Comunicações naquela Comissão, garantiram formalmente, perante os sindicatos e as associações patronais, que:

- 1.º — A PRT será publicada o mais tardar até 30 de Abril próximo;
- 2.º — A PRT integrará, sem qualquer modificação significativa, todo o clausulado essencial do ACT da Rodoviária Nacional publicado no boletim n.º 3 de 22-1-77 do Ministério do Trabalho, ficando assim uniformizadas as condições de trabalho e de retribuição, em todo o sector rodoviário, nacionalizado ou privado.

Lisboa, 29 de Março de 1977

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO
José Eduardo M. Borges

Solucionado o conflito na Sampaio Ferreira (Braga)

Foi solucionado ontem na delegação do M. T. de Braga, o conflito surgido há dias na empresa têxtil Sampaio Ferreira, de Riba D'Ave, Braga, tendo sido acordado que os quatro operários suspensos voltarão ao trabalho dentro de dois me-

ses, sem perda de qualquer re-galia.

Aqueles operários haviam sido alvo de processos de despedimento na sequência da greve desencadeada há tempos em luta pelo C. C. T. V.

PUB

UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

A União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal, convoca todos os delegados sindicais, comissões de trabalhadores e todos os trabalhadores em geral, a fim de participarem nos seguintes plênários concelhios:

	DATA	HORA	LOCAL
BARREIRO SETÚBAL MONTUO	30-3-77 30-3-77 30-3-77	20.30 20.30 20.30	Sindic. dos Ferroviários INATEL Centro Paroquial Rua Serpa Pinto
SEIXAL ALMADA	30-3-77 30-3-77	20.30 20.30	Sind. dos Corticeiros S.F.U.A. Piedense

Os temas a tratar são os seguintes:

- CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO
- AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
- EMPRESAS INTERVENZIONADAS
- DESPEDIMENTOS E DESEMPREGO
- REFORMA AGRÁRIA
- VEM E PARTICIPA
- REFORÇA A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES
- ESTES PROBLEMAS SÃO TEUS, DEBATE-OS!

Setúbal, 28 de Março de 1977

O SECRETARIADO

Governo britânico enfrenta duras negociações com sindicatos

Depois de propor ontem reduções nos impostos em troca de restrições salariais no orçamento, o Governo trabalhista da Grã-Bretanha enfrenta agora um duro período de negociações com os sindicatos do país para chegar a um novo pacto anti-inflacionário.

O Governo está a tentar persuadir os sindicatos a aceitarem um terceiro ano de restrições sobre os aumentos de salários enquanto a Grã-Bretanha luta para reduzir a sua elevada taxa de inflação. Os limites mantêm-se há dois anos e a taxa de inflação anual foi reduzida para metade — para cerca de 15 por cento.

Os indícios, após o orçamento, mostravam que a tarefa de persuasão não será fácil desta vez. Os preços têm estado a subir de modo alarmante nas lojas. Dirigentes sindicais avisaram que estão a sofrer pressões dos seus membros para

quebrem o pacto com o Governo.

No seu discurso de apresentação do orçamento, o chanceler do Tesouro, Denis Healey, fez algumas reduções imediatas nos impostos e disse que, se for acordada uma nova série de limites salariais, serão feitas novas reduções, diminuindo o encargo de impostos sobre receitas num total de 2,25 biliões de libras num ano completo.

Cerca de 850 000 trabalhadores de menor salário seriam totalmente isentos de impostos directos ao abrigo do novo projecto, e as pessoas com maior salário, tais como directores médios, seriam também contemplados. Cerca de 800 000 evitariam o pagamento de impostos pelas elevadas taxas anteriores para directores.

Cerca de 36 por cento do total de planeadas reduções de impostos foram concedidos

imediatamente e incondicionalmente. O restante terá seguimento se for alcançado um acordo de restrições salariais.

FRANÇA: A PROCURA DE GOVERNO

O primeiro-ministro francês, Raymond Barre, anunciará hoje um novo gabinete destinado a pôr termo, às rivalidades políticas que têm afectado a coligação governamental de três partidos nos últimos meses.

Espera-se que três importantes ministros — o republicano independente Michel Poniatowski, o centrista Jean Lecanuet e o gaullista Olivier Guichard — percam os seus influentes cargos ministeriais.

As mudanças no gabinete foram provocadas pela significativa vitória da esquerda nas recentes eleições municipais, geralmente consideradas como um ensaio para as eleições

parlamentares do próximo ano. Mas as alterações sublinham também a crescente influência do dirigente gaullista na direita francesa.

Chirac, que se demitiu como primeiro-ministro após uma profunda divergência política com Giscard d'Estaing no Verão passado, foi eleito presidente da Câmara de Paris, após uma campanha contra o próprio candidato do presidente ao cargo.

A sua campanha foi ferozmente atacada por Poniatowski e Lecanuet e a aparente disposição do presidente em afastar os dois ministros indicava que desejava acalmar Chirac.

Barre não deu ontem qualquer indicação sobre a composição do seu novo gabinete depois de deixar o Palácio presidencial do Eliseu, onde Giscard d'Estaing lhe pediu formalmente que se mantivesse como primeiro-ministro.



Esta foto constitui um documento histórico. Trata-se da última em público, numa cerimónia oficial, investido ainda da sua condição de presidente Mao, podemos ver a sr.^a Chiang Ching (a segunda da direita) Chun Chiao (o terceiro a contar da esquerda) e Wang Kuo-feng. Segundo notícias vindas da Assembleia Plenária do 11.º Congresso do PCC, esperandose um comunicado. A notícia, veiculada pelo jornal «Ming Pao», e relatos dum viajante, informa ainda que desta Assembleia sairá cargos actuais, a destituição dos «quatro» e a denúncia dos oficiais dos incidentes da Praça de Tien An Mien, ocorridos em Política (Foto SIPA Press)

REVELADO POR "THE NEW YORK TIMES"

Cuba e E.U.A. iniciaram

As actuais conversações cubano-norte-americanas, das quais se sabe unicamente que «houve algum progresso», são na realidade, uma segunda volta de contactos directos entre Havana e Washington, afirma o diário «New York Times», citado pela A.N.P./E.F.E.

Segundo o jornal, desde fins de 1974 e durante todo o 1975, representantes dos Estados Unidos e Cuba realizaram conversações de aproximação.

O periódico desmente ainda que a interrupção de tais conversações se tenha devido à intervenção cubana em Angola.

O antigo subsecretário de Estado para os Assuntos Inter-americanos, William Rogers, confirmou a sua participação nessas negociações, devidas a iniciativas dos Estados Unidos, e que Cuba deixou em suspenso, segundo foi então sugerido, devido às divergências que surgiram entre os dirigentes cubanos acerca da oportunidade e conveniência de iniciar

então o processo de normalização de relações. Entre os temas que os representantes dos países qualificaram como fundamentais para se chegar a um acordo, encontrava-se o boicote comercial norte-americano, as compensações pelas propriedades norte-americanas confiscadas em Cuba (cujo valor está calculado em 1800 milhões de dólares), o congelamento dos fundos cubanos nos Estados Unidos (3 milhões de dólares), os presos políticos cubanos, a possível reunião de famílias separadas pelo exílio e o futuro da base naval norte-americana de Guantánamo.

Mas, depois do próprio Rogers, em 23 de Setembro de 1975, ter declarado publicamente que os Estados Unidos estavam «dispostos a iniciar um diálogo com Cuba, a fim de melhorar as relações, não voltaram a repetir-se os encontros com os cubanos.

O subsecretário esclareceu ainda que, quando da última reunião, expressou ao enviado

CHILE

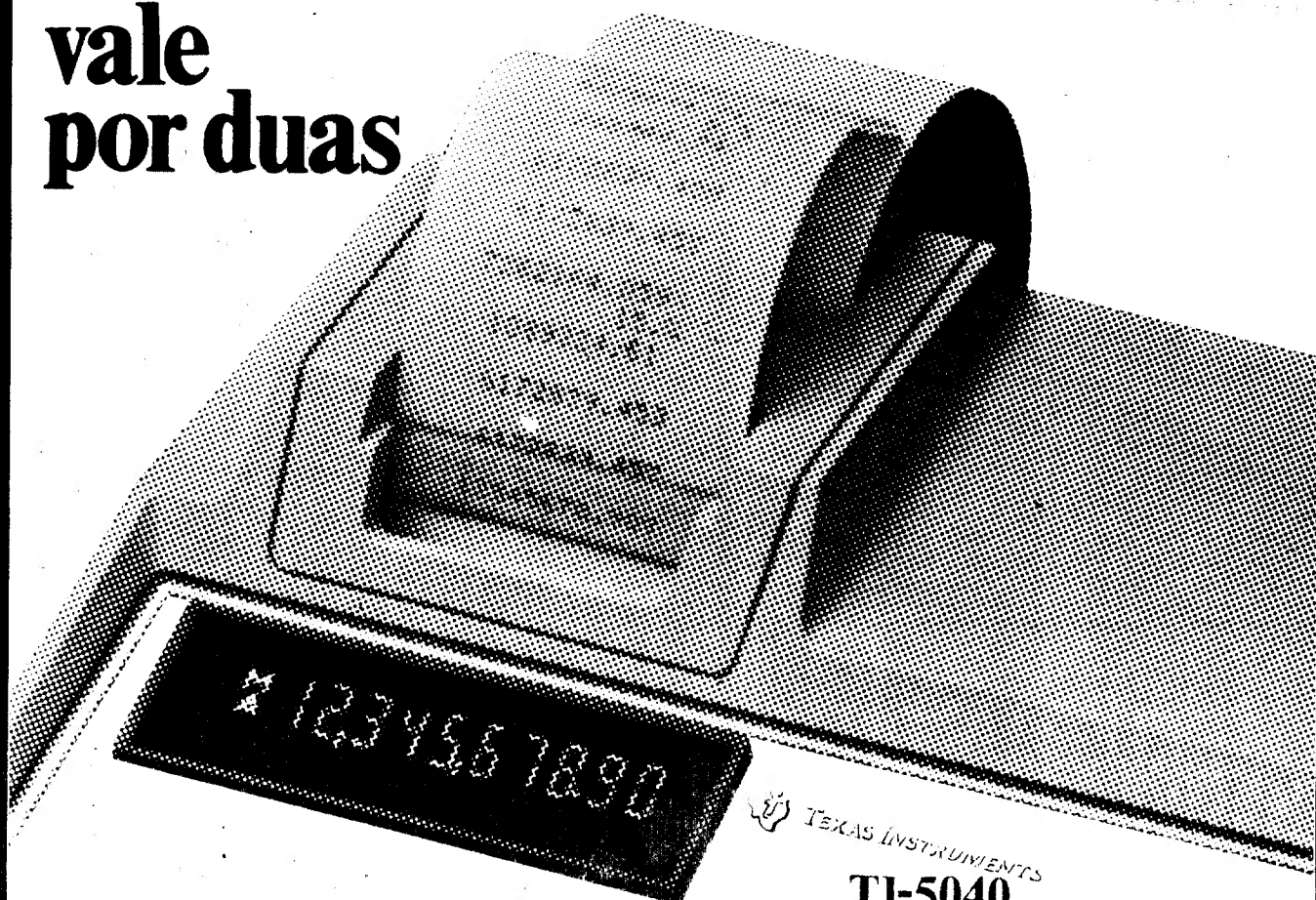
Amnesty International pro

Um documento preciso e aterrador relativo ao «desaparecimento» de opositores do regime de Pinochet, classificado como «sórdido e cruel», foi ontem apresentado em Bruxelas pela Amnesty International. Apesar das «libertações» anunciadas pelo Governo chileno, continuam presas milhares de pessoas: 1500 prisioneiros políticos, 500 dos quais em 1976, foram detidos clandestinamente e desapareceram sem deixar vestígios. Para a Amnesty, isto prova que a ditadura de Pinochet mantém o seu regime de terror graças à família DINA, que insiste em afirmar que «os desaparecidos nunca existiram». O documento mostra as fotogra-

fias de 176 desaparecidos e inclui uma lista parcial de 487 nomes. Um chileno que conseguiu fugir do seu país, mas cuja esposa continua no Chile, confirmou as denúncias da Amnesty que, uma vez mais, destacou as flagrantes violações dos Direitos Humanos, o uso generalizado da tortura e a chantagem exercida sobre as famílias dos presos e antigos detidos.

Ironicamente, um membro da Junta Militar do Chile, o general da Força Aérea Gustavo Leigh, discursando ontem numa cimeira fascista denominada «III Congresso Anticomunista da América Latina», em realização em Assunción, no Paraguai, sob a presidência do ditador deste país, Alfredo

Esta calculadora vale por duas



É silenciosa!

Com uma manutenção muitíssimo económica.

É um instrumento de trabalho indispensável no seu escritório.

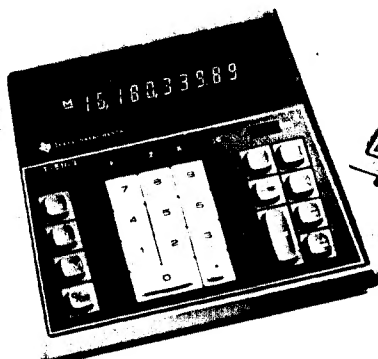
Diariamente. Para executar cálculos e simultaneamente conservar a escrita de todas as operações efectuadas. O registo de adição independente duplica a capacidade da memória. E ainda mais. A TI-5040 pode armazenar novas informações antes de terminar os cálculos em curso. É uma calculadora de secretária clássica, com todas as vantagens de uma impressora silenciosa.

Experimente uma TI-5040.

Ou, se preferir para o seu escritório uma calculadora mais simples, experimente a TI-5100. É uma ajuda eficaz. Adiciona. Subtrai. Multiplica. Divide. Efectua percentagens. Taxas. Descontos.

É uma calculadora de fácil utilização.

A TI assegura-lhe um excelente serviço a partir das suas modernas instalações do Porto.



TI-5040
6.980s00

TI-5100
2.980s00

A TEXAS INSTRUMENTS (PORTUGAL), LDA.

Apartado 3173 - Lisboa 3

Agradeço que me enviem mais informações sobre os modelos TI-5040 e/ou TI-5100

NOME _____

MORADA _____

LOCALIDADE _____



TEXAS INSTRUMENTS
(PORTUGAL), LDA.

Divisão de Calculadoras:
Av. Eng.º Frederico Ulrich, 2650
Moreira da Maia — PORTUGAL

O DESASTRE DE TENERIFE

Jumbo da KLM partiu sem ordem da torre

Os representantes da Comissão Tripartida encarregada do inquérito às circunstâncias da catástrofe aérea ocorrida, domingo, em Tenerife, são unânimes num ponto: o «Boeing» holandês não recebera autorização para levantar voo, na altura em que arrancou, provocando assim a colisão.

Com efeito, as três declarações separadas feitas nas últimas 24 horas, tanto por espanhóis como por holandeses e americanos, são convergentes a este respeito. Um comunicado oficial espanhol afirmava,

na segunda-feira, que a torre de controlo, não era responsável pelo acidente e, portanto, que não ordenara ao «Jumbo» da KLM que levantasse voo. Por outro lado, o vice-presidente das operações para a Panam, Bill Waltrit, indicou, ontem, que o avião da KLM arrancara sem o consentimento da torre.

Finalmente, Call Westerning, falando, na noite de ontem, em nome da aviação civil holandesa, mostrava-se também de acordo quanto a este ponto. Em contrapartida, divergem

as opiniões entre as duas companhias quanto à posição do avião americano, na altura em que se deu a catástrofe. Segundo Westerning, o avião encontrava-se nessa altura «numa posição correcta. O avião, recebera autorização para se instalar na intersecção número três, o que ia fazer no momento em que se deu a catástrofe».

Por seu turno, o delegado

holandês considerou «que tinha havido má compreensão no posto de pilotagem do avião da KLM quanto à posição exacta do avião americano».

De facto, o problema que se levanta agora é o de saber se o avião americano tinha ou não direito a encontrar-se onde estava na altura em que se deu o acidente e se tinha autorização para tal da torre de controlo.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter



na fotografia em que o chamado «bando dos quatro» apareceu qualidade dirigente. Na foto, tirada no dia do elogio fúnebre dada a partir da esquerda), Yao Wen-yuan (o quarto a contar Vang Hung-wen (o quarto a contar da esquerda). Ao microfone, de Hong Kong, está actualmente a decorrer em Pequim a 3.ª se que antes do próximo dia 7 de Abril seja tornado público, geralmente digno de crédito, e que se baseou neste caso em grandes decisões: a confirmação de Hua Kuo-feng nos seus seus «crimes»; a reabilitação de Teng Hsiao-ping; a versão em 7 de Abril do ano passado e a eleição duma nova Comissão

em contactos em 1974

subano o desagrado com que o Governo norte-americano via a crescente intervenção cubana em Angola.

Algumas propostas, acrescentou, ficaram sobre a mesa à espera de resposta do Governo de Havana, a qual, ao que parece, nunca chegou.

Em 21 de Dezembro, o presidente Gerald Ford declarou então que a intervenção cubana em Angola «destrói qualquer oportunidade de melhoria nas relações com os Estados Unidos».

CONVERSACÕES DE MOSCOVO

O secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, inicia hoje em Moscovo o seu terceiro (e provavelmente último) dia de conversações com os dirigentes soviéticos. Segundo agência Reuter, as conversações poderão ter chegado ao seu derradeiro dia sem que se tenha debatido o tema fulcral: a redução de armas estratégicas.

Vance declarou ontem à noite a jornalistas que estivera durante cinco horas a discutir numerosas questões mundiais com Andrei Gromyko, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros.

Ao que parece, os soviéticos estarão ainda a estudar as propostas norte-americanas sobre desarmamento nuclear, o que justifica a não inclusão do tema nas discussões de hoje.

Vance espera que os soviéticos respondam hoje às suas propostas. Se a resposta for animadora, Vance poderá permanecer mais tempo em Moscovo.

O secretário-geral, do PCUS, Leonid Brejnev, só assistiu à primeira sessão das conversações, não se esperando que hoje participe nelas. Ainda segundo a Reuter, Brejnev terá criticado veementemente e ingerência do presidente Carter na vida interna da U.R.S.S., a pretexto de alegadas violações de direitos humanos naquele país.

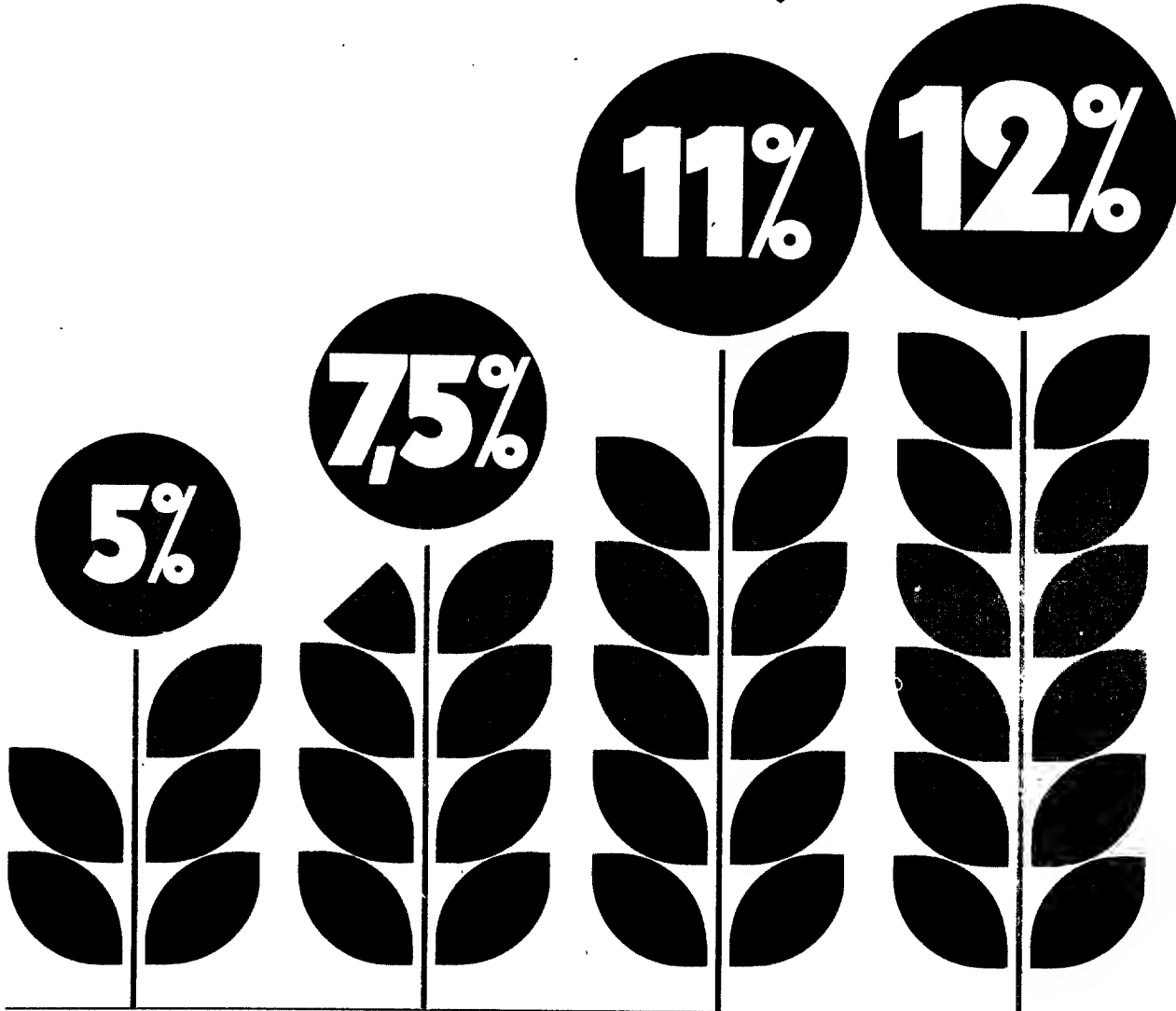
prova "desaparecimentos"

Stroessner, declarou que «as grandes potências mundiais estão demasiadamente cegas para verem que o seu país tinha lançado uma cruzada para defender os Direitos Humanos. Este encontro representa, segundo os observadores, uma tentativa para dar vida ao velho sonho de uma aliança institucional entre as forças mais reacionárias do continente. Entre os seus participantes estão: o vice-presidente da Guatemala, Mario Sandoval Alarcon, o deputado norte-americano, Robert Dornan, o ex-ministro da Justiça brasileiro do Governo Médici, Alfredo Buzaid, além do presidente da Liga Internacional Anticomunista, Ku Cheng Kang, do Par-

lamento da Formosa.

Por outro lado, nos Estados Unidos, o conhecido jornalista Jack Anderson, revelou que a DINA contratou um grupo de terroristas treinados pela CIA que assassinaram em Washington, o antigo ministro chileno Orlando Letelier. Dizendo que os verdadeiros culpados são os militares do Chile, Anderson declarou que tem uma lista dos dez principais suspeitos. Faziam parte do grupo terrorista, um dos participantes da fracassada invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, um ex-gangster de Havana, no tempo de Fulgência Batista, um químico perito em explosivos e um comando que lutou no Congo.

DEPÓSITOS A PRAZO* dão mais juros



PRÉ-AVISO E
A MAIS DE
30
DIAS

A MAIS DE
90
DIAS

A MAIS DE
180
DIAS

A MAIS DE
1 ANO

Só nas Instituições Especiais de Crédito

* Agora pode levantar o seu dinheiro com facilidade. Em qualquer altura.
* Imposto de Capitais a cargo do depositante.



Consulte o seu Banco



COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

De acordo com o Art.º 12.º do Decreto 135A/75, de 15 de Março, a Comissão Administrativa Provisória da Companhia de Seguros Açoreana, que terminou o seu mandato em 31 de Dezembro de 1975, vem submeter à esclarecida apreciação de V.ª Ex.ª o relatório sobre a sua actividade.

Cumpre-nos comentar como se processou a actividade seguradora da «Açoreana» no ano findo, focando, evidentemente, além dos principais factores ocorridos as medidas tomadas mais importantes.

1. ANÁLISE DA EXPLORAÇÃO TÉCNICA

1.1. Produção

Em relação ao ano anterior obtivemos uma mais equilibrada proporção de prémios, em termos de constituição de carteira e, um aumento de produção de 27,5%, em todos os Ramos.

1.2. Indemnizações

Em função dos prémios e seus adicionais a percentagem foi de 50,17%, quando no ano anterior havia sido de 51,7%. Consideramos demasiadamente elevada a percentagem obtida em 1975, para a qual muito contribuiu a sinistralidade ocorrida em automóvel, de 74,3%.

1.3. Despesas Gerais

Vimos baixar para 31,25% a percentagem que no ano de 1974 era de 31,92%, em relação à produção. Reputamos de muito elevada a percentagem registada.

1.4. Comissões

Verificamos em 1975 a percentagem de 11,55%. No ano anterior obtivemos 12,55%. A variação registada, para menos, deveu-se à eliminação das comissões de contratos de Empresas e ao desaparecimento de diversos colaboradores que não legalizaram a sua situação como mediadores de seguros.

1.5. Reservas

Reserva de Garantia — 1975

Corresponde a 2,52% da produção, tendo aumentado 10,4% em relação ao ano anterior.

Reserva Matemática

Devido a diversas correcções e ao aumento de pensões, vimos elevar a percentagem do ano anterior de 4,79% para 6,73%.

1.6. Outras Apreciações

1.6.1. Receita de Resseguro Cedido — Comissões e Indemnizações:

Em função dos prémios e adicionais obtiveram-se as seguintes percentagens:

1973	9,86%
1974	13,41%
1975	10,63%

1.6.2. Encargos de Resseguro Cedido — Prémios e Juros:

Nesta conta, utilizando o mesmo critério, as percentagens foram:

1973	13,06%
1974	15,86%
1975	16,58%

Conclui-se ter havido aumento do encargo de resseguro cedido.

1.6.3. Provisão para Prémios em Cobrança

Verificamos um expressivo aumento da nossa Provisão, em consequência das dificuldades que se nos depararam, relativamente à cobrança de prémios, durante a anuidade finda.

Percentagens alcançadas em função da produção:

1973	0,52%
1974	0,59%
1975	4,69%

2. RESULTADOS DA EXPLORAÇÃO

O resultado da exploração foi consequência, principalmente, da elevada sinistralidade de automóvel, do aumento da Reserva Matemática e do aumento da Provisão para Prémios em Cobrança.

3. MEDIDAS TOMADAS EM CURSO

A nossa acção foi orientada de acordo com as normas emanadas da CCRIS, as quais procuramos cumprir integralmente. Todavia, parece-nos, que o problema da actividade seguradora, pelo menos no que respeita a resultados de exploração, deverá ser resolvido a nível nacional e não através de acções isoladas de determinada Companhia.

Além do cumprimento das normas, torna-se necessário que se estabeleçam princípios disciplinadores capazes de reduzir, o mais possível, a sinistralidade.

4. ESTRUTURAS E ORGANIZAÇÃO

4.1. Serviços Comerciais

Dentro dos quadros que dispomos neste Sector, tem-se procurado que a sua actividade seja dirigida, principalmente, para os locais para onde ainda não foi possível a instalação de serviços próprios da Companhia, numa tentativa de melhor servir as populações.

A inclusão nos serviços específicos deste Sector de outros como sejam as vistorias do Ramo Marítimo, tem contribuído para que por vezes se não obtenham os resultados que seriam para desejar. Estamos, contudo, elaborando estudo para que sejam eliminadas as deficiências, para que o Sector Comercial passe a exercer a sua verdadeira função: Apoio e formação dos nossos colaboradores.

4.2. Ramo Vida e Seguro de Desportistas

Considerando o início da sua exploração, houve necessidade de proceder à estruturação dos respectivos serviços, o que implicou:

- Formação de quadros técnicos;
- Organização dos serviços das Secções;
- Formação das unidades adstritas ao sector Comercial e colaboradores.

4.3. Mecanização dos Serviços

A falta de recursos humanos que se verifica, impeliu-nos para a efectivação do estudo da mecanização dos serviços, o que naturalmente conduz à substituição de parte dos actuais meios de que dispomos.

Tal medida, julgamos que se impõe pelo melhor aproveitamento dos recursos humanos e ainda pela possibilidade que se nos oferece de promovermos uma melhor prestação de serviços e ainda evitar, tanto quanto possível, a admissão de novas unidades.

5. Considerações Finais

O elevado prejuízo que se verificou neste exercício, é motivo que traz a esta Comissão graves apreensões, principalmente, quanto ao futuro da Empresa.

É pensando nesse futuro, que apelamos para a promoção do estudo e aplicação de normas disciplinadoras, que conduzam à normalização da actividade seguradora.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA PROVISÓRIA

BALANÇO GERAL

ACTIVO	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	RESTANTES RAMOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS	PASSIVO	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	RESTANTES RAMOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
RESERVA MATEMÁTICA (RESSEGURO CEDIDO)	123.848\$40	-	-	-	-	123.848\$40	RESERVA MATEMÁTICA	228.990\$90	48.256.736\$96	-	-	48.484.727\$86	48.484.727\$86
RESERVA DE GARANTIA (IDBM)	-	-	7.021.508\$32	-	-	7.021.508\$32	De Seguros Directos	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE SEGUROS VENCIDOS (IDBM)	-	-	2.905.554\$70	-	-	2.905.554\$70	De Resseguros Aceites	-	-	-	-	-	-
VALOR DE EMPREGO DAS RESERVAS: —	-	-	-	48.349.424\$10	48.349.424\$10	-	RESERVA DE GARANTIA	-	-	31.612.635\$29	-	31.612.635\$29	31.612.635\$29
Títulos de Crédito e Numeração	-	-	-	-	-	-	De Seguros Directos	-	-	740.477\$28	-	740.477\$28	740.477\$28
Próprios	-	-	-	-	-	-	De Resseguros Aceites	-	-	-	-	-	-
De Resseguradores	-	-	-	-	-	-	RESERVAS DE SEGUROS VENCIDOS	-	-	15.945.688\$20	-	15.945.688\$20	15.945.688\$20
Imóveis	-	-	-	34.594.272\$00	34.594.272\$00	-	De Seguros Directos	-	-	507.920\$00	-	507.920\$00	507.920\$00
Empréstimos Hipotecários	-	-	-	86.532\$60	86.532\$60	-	D E Resseguros Aceites	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Títulos	-	-	-	-	-	-	CREDORES POR VALORES EM DEPÓSITO	-	-	-	-	-	-
Valores em Depósito	-	-	-	-	-	-	Vários	-	-	-	-	-	-
De Vários	-	-	-	-	-	-	Resseguradores	-	-	5.681.040\$50	-	5.681.040\$50	5.681.040\$50
De Resseguradores	-	-	-	-	-	-	CREDORES GERAIS	-	-	-	-	-	-
DEVEDORES POR VALORES EM DEPÓSITO	-	-	-	660\$00	660\$00	-	Segurados, Corresp. e Angariadores	-	-	-	-	-	-
Vários	-	-	-	-	-	-	Ressegurados	-	-	-	-	-	-
Resseguradores	-	-	-	538.635\$70	538.635\$70	-	Resseguradores	-	-	-	-	-	-
IMÓVEIS	-	-	-	1.508.160\$00	1.508.160\$00	-	Outros	-	-	-	-	-	-
MOBILIÁRIO E MATERIAL	-	-	-	9.372.581\$50	9.372.581\$50	-	INDENIZACÕES A PAGAR	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE MOB. E MATERIAL	-	-	-	3.448.788\$50	3.448.788\$50	-	De Seguros Directos	-	-	14.179.437\$70	-	14.179.437\$70	14.179.437\$70
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS	-	-	-	600.000\$00	600.000\$00	-	De Resseguros Aceites	-	-	76.980\$60	-	76.980\$60	76.980\$60
EMPRÉSTIMOS S/TÍTULOS	-	-	-	-	-	-	COMISSÕES A PAGAR	48.744\$60	1.614.368\$80	2.385.041\$10	-	-	-
ACCIONISTAS	-	-	-	-	-	-	PROVISÕES	-	-	-	-	-	-
DEVEDORES GERAIS	-	-	-	17.788.518\$06	17.788.518\$06	-	Para Incapac. Temp. de Acid. Trabalho	-	-	5.173.760\$47	-	5.173.760\$47	5.173.760\$47
Segurados, Corresp. e Angariadores	-	-	-	-	-	-	Para Prémios em Cobrança	11.822\$30	6.180.709\$30	5.340.588\$30	-	-	-
Ressegurados	-	-	-	1.603.425\$30	1.603.425\$30	-	Diversas	7.054\$30	758.111\$30	2.485.567\$60	2.630.562\$20	5.881.295\$40	22.588.156\$77
Resseguradores	-	-	-	181.964\$60	181.964\$60	-	SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA	-	-	-	30.000.000\$00	30.000.000\$00	-
Outros	-	-	-	2.468.132\$55	2.468.132\$55	-	CAPITAL	-	-	-	-	-	-
QUOTAS PARTES DE IDBM A RECEBER	-	614.951\$50	2.548.614\$90	-	-	3.163.566\$40	FUNDO DE RESERVA LEGAL	-	-	-	400.000\$00	400.000\$00	-
PRÉMIOS EM COBRANÇA	-	-	-	-	-	-	FUNDOS DE RESERVA LIVRES	-	-	-	16.400.000\$00	16.400.000\$00	-
Na Sede	111.768\$40	5.252.241\$10	6.953.542\$90	-	12.317.552\$40	43.412.373\$10	FUNDO PARA FLUTUAÇÃO DE VALORES	-	-	-	-	-	-
Nos Correspondentes	53.882\$10	13.037.901\$00	18.003.037\$60	-	31.094.820\$70	773.740\$30	FLUTUAÇÃO DE VALORES	-	-	-	7.832.494\$50	7.832.494\$50	-
LETRAS A RECEBER	-	-	-	773.740\$30	-	-	De Imóveis	-	-	-	-	-	-
TÍTULOS DE CRÉDITO	-	-	-	314.000\$00	-	-	De Títulos	-	-	-	-	-	-
DEPÓSITOS EM BANCOS	-	-	-	20.880.297\$36	-	20.880.297\$36	GANHOS E PERDAS	-	-	-	-	-	-
CAIXA	-	-	-	218.679\$90	-	218.679\$90	SUB-TOTAL	296.612\$10	67.635.240\$27	73.274.317\$07	81.263.015\$13	-	222.469.184\$57
SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA	-	-	-	-	-	-	CONTAS DE ORDEM	-	-	-	-	-	-
FLUTUAÇÃO DE VALORES:	-	-	-	1.595.926\$71	-	1.595.926\$71	RESPONS. P/ LETRAS DESCONTADAS	-	-	-	3.084.682\$10	-	3.084.682\$10
De Títulos	-	-	-	258.216\$60	-	258.216\$60	TOTAL	296.612\$10	67.635.240\$27	73.274.317\$07	84.347.697\$23	-	225.553.866\$67
CONTAS A AMORTIZAR	-	-	-	9.515.473\$73	-	9.515.473\$73							
GANHOS E PERDAS: De Ex. Anteriores	-	-	-	18.642.479\$14	-	18.642.479\$14							
De Exercício	-	-	-	-	-	-							
SUB-TOTAL	289.486\$30	18.905.093\$60	37.432.258\$42	165.842.333\$65	-	222.469.184\$57							
CONTAS DE ORDEM	-	-	-	-	-	-							
LETRAS DESCONTADAS	-	-	-	3.084.682\$10	-	3.084.682\$10							
TOTAL	289.486\$30	18.905.093\$60	37.432.258\$42	168.927.015\$75	-	225.553.866\$67							

O TÉCNICO DE CONTAS

DIONÍSIO CABRAL DE LIMA ALBERGARIA

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA PROVISÓRIA



COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA

CONTA DE "GANHOS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

DÉBITO

CONTAS	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	FOGO	AGRÍCOLA E PECUÁRIO	AUTOMÓVEIS E RESPONSABILIDADE CIVIL	MARÍTIMO	TRANSPORTES TERRESTRES	AÉREO	DIVERSOS	CONTAS GER.	SUBTOTAIS	TOTAIS
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	9.515.473\$73	\$	9.515.473\$73
RESERVA MATEMÁTICA													
De seguros directos	228.990\$90	10.287.128\$54	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	10.516.119\$44	10.516.119\$44
De resseguros aceites	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$
RESERVA DE GARANTIA													
De seguros directos	-\$	-\$	343.517\$13	1.329.418\$13	-\$	2.880.379\$67	77.648\$89	9.423\$35	458.938\$57	495.863\$65	-\$	5.595.189\$39	5.595.189\$39
De resseguros aceites	-\$	-\$	105\$00	32.450\$99	-\$	-\$	3.153\$39	516\$65	17\$55	144.809\$56	-\$	181.053\$14	181.053\$14
De resseguros cedidos	-\$	-\$	-\$	-\$	20.631\$99	50.665\$80	152.071\$27	-\$	-\$	2.776\$14	-\$	226.145\$20	226.145\$20
PROVISÕES													
Para Inc. Temp. de acidentes de trabalho	-\$	1.538.762\$63	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	1.538.762\$63	1.538.762\$63
Para prémios em cobrança	11.822\$30	4.970.246\$10	245.684\$00	658.103\$00	33.985\$20	439.312\$50	194.481\$80	28.254\$00	373.473\$60	282.536\$60	-\$	7.237.899\$10	7.237.899\$10
AMORTIZAÇÕES													
COMISSÕES													
De seguros directos	141.606\$70	5.044.664\$50	504.914\$70	2.641.559\$18	51.443\$50	5.914.486\$50	685.506\$60	82.975\$70	75.001\$40	387.634\$70	-\$	15.529.793\$40	15.529.793\$40
De resseguros aceites	-\$	-\$	173\$40	402.444\$10	-\$	-\$	90.482\$70	3.121\$60	11.309\$20	256.755\$30	-\$	764.286\$30	764.286\$30
Despesas de aquisição	2.319\$00	653.547\$60	55.570\$70	455.430\$60	15.403\$30	226.706\$80	40.622\$70	15.442\$20	566\$20	60.346\$00	-\$	1.525.955\$10	1.525.955\$10
INDEMNIZAÇÕES													
De seguros directos	-\$	19.173.688\$79	1.104.201\$60	2.842.243\$35	65.425\$00	46.390.842\$10	1.515.944\$70	184.301\$10	106.519\$20	2.590.333\$30	-\$	73.973.499\$14	73.973.499\$14
Do exercício	-\$	-\$	153.636\$90	43.890\$80	-\$	2.050.749\$00	13.695\$30	-\$	-\$	48.084\$90	-\$	2.186.496\$50	2.186.496\$50
De Exerc. Anteriores (reajust.)	-\$	19.173.688\$79	1.257.838\$50	2.886.134\$15	65.425\$00	48.441.591\$10	1.502.249\$40	184.301\$10	106.519\$20	2.542.248\$40	-\$	76.159.995\$64	76.159.995\$64
De resseguros aceites	-\$	-\$	-\$	174.371\$10	175.787\$70	-\$	212.051\$00	3.325\$30	6.756\$20	562.935\$00	-\$	1.135.226\$30	1.135.226\$30
ENCARGOS DE RESSEGUROS CEDIDOS													
PRÉMIOS	184.469\$20	1.388.283\$40	2.476.270\$10	11.675.879\$70	256.656\$20	955.857\$10	4.450.832\$60	418.374\$60	1.644.633\$00	1.996.201\$40	-\$	25.447.457\$30	25.447.457\$30
Juros	1.285\$50	-\$	18.604\$40	81.790\$60	-\$	18.040\$80	-\$	-\$	-\$	6.533\$90	-\$	126.255\$20	126.255\$20
DESPESAS GERAIS													
Órgãos sociais	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	274.700\$00	274.700\$00	274.700\$00
Pessoal	320.552\$80	2.554.855\$10	227.930\$80	1.742.810\$20	-\$	3.283.258\$60	643.897\$40	-\$	-\$	-\$	19.400.650\$50	28.173.955\$40	28.173.955\$40
Publicidade	1.488\$80	-\$	-\$	6.050\$80	-\$	-\$	13.937\$50	-\$	-\$	10.140\$60	-\$	517.128\$70	517.128\$70
Outras despesas de administração	357.752\$80	207.543\$80	38.170\$80	70.474\$10	5.348\$90	327.890\$30	25.649\$30	4.849\$60	111\$30	61.216\$20	6.262.283\$00	7.361.289\$90	7.361.289\$90
Encargos fiscais	8.786\$50	1.350.122\$60	105.058\$70	1.546.997\$40	14.589\$60	1.772.765\$00	185.872\$80	16.906\$80	48.803\$10	95.850\$60	-\$	93.795\$30	93.795\$30
Encargos paraíscais	51.441\$20	590.726\$30	52.714\$80	385.042\$60	527\$40	1.236.865\$80	147.650\$50	501\$90	242\$10	891\$20	4.127.547\$50	6.594.151\$30	6.594.151\$30
ENCARGOS DIVERSOS	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	15.329\$06	-\$	15.329\$06
SALDO	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$
	1.310.515\$50	47.759.569\$36	5.326.553\$03	24.088.956\$65	639.798\$79	65.547.819\$97	8.426.107\$85	767.992\$80	2.726.371\$42	6.906.739\$25	41.533.292\$70	-\$	205.033.717\$32

CRÉDITO

CONTAS	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	FOGO	AGRÍCOLA E PECUÁRIO	AUTOMÓVEIS E RESPONSABILIDADE CIVIL	MARÍTIMO	TRANSPORTES TERRESTRES	AÉREO	DIVERSOS	CONTAS GERAIS	SUBTOTAIS	TOTAIS
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$
RESERVA MATEMÁTICA	123.848\$40	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	123.848\$40
De resseguros cedidos	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$
RESERVA DE GARANTIA													
De seguros directos	-\$	-\$	-\$	-\$	26.327\$12	-\$	108.754\$33	-\$	-\$	813\$10	-\$	135.894\$55	135.894\$55
De resseguros aceites	-\$	-\$	-\$	-\$	21.445\$96	-\$	32.789\$10	-\$	2.112\$83	39.866\$13	-\$	96.214\$02	96.214\$02
De resseguros cedidos	-\$	-\$	186.599\$56	822.723\$60	-\$	-\$	49.715\$48	9.824\$65	417.441\$92	398.201\$17	-\$	1.884.506\$38	1.884.506\$38
PROVISÕES													
Para inc. temp. de acidentes de trabalho	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	150\$30	-\$	-\$	150\$30	150\$30
Para prémios em cobrança	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$
PRÉMIOS E ADICIONAIS													
De seguros directos	337.536\$70	51.737.604\$70	4.031.374\$00	17.661.746\$30	291.621\$00	65.193.845\$40	7.105.417\$50	648.898\$20	1.927.357\$50	2.862.829\$00	-\$	151.798.230\$30	151.798.230\$30
De resseguros aceites	-\$	-\$	315\$00	1.054.106\$10	244.428\$40	372.803\$20	14.734\$40	45.243\$30	55.243\$30	659.455\$90	-\$	2.391.086\$50	2.391.086\$50
RECEITA DE RESSEGUROS CEDIDOS													
Comissões	176.355\$50	-\$	739.695\$20	5.687.441\$70	-\$	-\$	1.217.939\$70	127.906\$40	75.468\$50	934.435\$50	-\$	8.959.242\$50	8.959.242\$50
Indemnizações	-\$	226.043\$05	903.791\$90	2.202.761\$80	62.153\$70	464.610\$10	1.213.453\$60	146.382\$90	104.291\$00	2.150.142\$80	-\$	7.473.631\$35	7.473.631\$35
RENDIMENTOS													
Das reservas tec. de seg. directos	-\$	1.574.093\$20	50.853\$10	170.784\$00	3.233\$40	1.069.971\$90	43.504\$30	4.703\$20	6.760\$80	15.579\$30	-\$	2.939.483\$20	2.939.483\$20
Das reservas tec. de resseg. aceites	-\$	-\$	-\$	4.793\$70	-\$	-\$	2.842\$60	9\$50	417\$90	288\$50	-\$	8.352\$30	8.352\$30
De valores livres	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	704.772\$40	704.772\$40	704.772\$40
RECEITAS DIVERSAS													
Cargos em outras sociedades	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	360.352\$25	360.352\$25	360.352\$25
Outras	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$
SALDO	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	-\$	28.157.952\$87	-\$	28.157.952\$87
	637.740\$60	53.537.741\$55	5.912.628\$76	27.604.357\$20	649.209\$58	66.728.427\$40	10.147.219\$81	952.459\$25	2.579.244\$25	7.061.611\$40	29.223.077\$52	-\$	205.033.717\$32

O TÉCNICO DE CONTAS

DIONÍSIO CABRAL DE LIMA ALBERGARIA

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA PROVISÓRIA

IMÓVEIS

LOCALIZAÇÃO	RENDIMENTO COLECTÁVEL	VALOR DE COMPRA	VALOR DE INVENTÁRIO	FLUTUAÇÃO
AFFECTOS ÀS RESERVAS				
1 Largo da Matriz, 45/47 — Ponta Delgada	16.200\$00	162.550\$32	259.200\$00	+ 96.649\$68
2 Largo da Matriz, 48/52 e Rua dos Mercadores, 1/5 — Ponta Delgada	25.920\$00	400.019\$08	414.720\$00	+ 14.700\$92
3 Rua Marciano H. Silva, 3 — P. Delgada	14.580\$00	121.567\$00	233.280\$00	+ 111.713\$00
4 Rua Marciano H. Silva, 5 — P. Delgada	16.200\$00	121.567\$00	259.200\$00	+ 137.633\$00
5 Av. Almirante Reis, 60/D a 60/G — Lisboa	107.620\$00	750.000\$00	1.721.920\$00	+ 971.920\$00
6 Rua da Victória, 36-D — Ponta Delgada	14.040\$00	134.862\$30	224.640\$00	+ 89.777\$70
7 Rua da Victória, 36-F — Ponta Delgada	10.800\$00	132.956\$40	172.800\$00	+ 39.843\$60
8 Rua Alexandre Herculano, 27/27-A — Lisboa	350.414\$00	4.442.679\$10	5.606.624\$00	+ 1.163.944\$90
9 Rua da Victória, 36-A e 36-C e Rua Marciano H. Silva, 1 — Ponta Delgada	43.200\$00	745.901\$20	691.200\$00	- 54.701\$20
10 Avenida 5 de Outubro, 47, 47-A e 49 — Setúbal	437.883\$00	5.221.770\$60	7.006.128\$00	+ 1.784.357\$40
11 Avenida Almeida Garrett — Alfragide	302.780\$00	4.973.756\$00	4.844.480\$00	- 129.276\$00
12 Praceta Frei António das Chagas — Setúbal	793.225\$00	8.850.058\$00	12.691.600\$00	+ 3.841.542\$00
13 Rua de S. João, 97 — Angra do Heroísmo	29.280\$00	654.566\$00	468.480\$00	- 186.086\$00
Total	2.162.142\$00	26.712.253\$00	34.594.272\$00	+ 7.882.019\$00
LIVRES				
14 Travessa da Rua do Peru, 17 — P. Delgada	8.640\$00	163.011\$60	138.240\$00	- 24.771\$60
15 Rua Nossa Senhora da Conceição, 36 — Ribeira Grande	32.080\$00	1.198.320\$90	1.313.280\$00	+ 114.959\$10
16 Rua D. Maria do Rosário — Nordeste	3.540\$00	196.352\$00	56.640\$00	- 139.712\$00
Total	94.260\$00	1.557.684\$50	1.508.160\$00	- 49.524\$50
Total Geral	2.256.402\$00	28.269.937\$50	36.102.432\$00	+ 7.832.494\$50

COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA



INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS EM 31/12/75

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE COMPRA	COTAÇÃO EM BOLSA (quando exista)	VALOR DE BALANÇO		VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	FLUTUAÇÃO DE VALORES
					UNITÁRIO	TOTAL		
1. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS:								
1.1. Quotas								
1.2. Acções								
1.9. Total								
2. OUTRAS APLICAÇÕES								
2.1. Títulos Nacionais:								
2.1.1. Títulos de dívida pública e obrigações com garantia do Estado:								
Obrigações do Fundo Consolidado dos Centenários 4% 1940	2040	4.080.000\$00	1.832\$10		1.340\$00	2.733.600\$00	3.737.486\$91	- 1.003.886\$91
Obrigações do Tesouro 3 1/2% 1963 1.ª Emissão	600	600.000\$00	1.010\$00		1.000\$00	600.000\$00	606.000\$00	+ 6.000\$00
Obrigações do Tesouro 5% 1967 1.ª Emissão	527	527.000\$00	1.002\$81		1.004\$00	529.108\$00	528.495\$35	+ 612\$65
Obrigações do Tesouro 5% 1967 2.ª Emissão	1180	1.180.000\$00	1.002\$30		1.004\$00	1.184.720\$00	1.182.716\$60	+ 2.003\$40
Obrigações do Tesouro 5% 1967 3.ª Emissão	300	300.000\$00	996\$66		1.004\$00	301.200\$00	299.000\$00	+ 2.200\$00
Obrigações do Tesouro 5% 1969	500	500.000\$00	1.005\$00		1.004\$00	502.000\$00	502.500\$00	+ 500\$00
Obrigações do Tesouro 5% 1969 1.ª Emissão	290	290.000\$00	1.000\$00		1.004\$00	291.160\$00	290.000\$00	+ 1.160\$00
Obrigações do Tesouro 5% 1971 1.ª Emissão	3080	3.080.000\$00	1.000\$00		1.004\$00	3.092.320\$00	3.080.000\$00	+ 12.320\$00
Obrigações do Tesouro 5% 1971 III Plano do Fomento	3000	3.000.000\$00	1.001\$00		1.004\$00	3.012.000\$00	3.003.000\$00	+ 9.000\$00
2.ª Emissão	14000	7.000.000\$00	500\$00			7.000.000\$00	7.000.000\$00	- \$-
Obrigações do Tesouro 10% 1975	310	310.000\$00	1.000\$00		1.000\$00	310.000\$00	310.000\$00	- \$-
Obrigações do Empréstimo de Renovação e de Apetrechamento da Indústria de Pesca 4% 7.ª Série	80	80.000\$00	1.000\$00		1.000\$00	80.000\$00	80.000\$00	- \$-
Obrigações do Empréstimo de Renovação e de Apetrechamento da Indústria de Pesca 5 3/8% 1.ª Série	407	895.400\$00	1.087\$44		720\$00	293.040\$00	442.589\$54	- 149.549\$54
Obrigações do Fundo Externo Português 3% 3.ª Série Simples (Títulos de Uma)	90	198.000\$00	1.087\$44		720\$00	64.800\$00	97.869\$92	- 33.069\$92
Obrigações do Fundo Externo Português 3% 3.ª Série Simples (Títulos de Cinco)	212	466.400\$00	1.089\$93		730\$00	154.760\$00	231.066\$50	- 76.306\$50
Obrigações do Fundo Externo Português 5 3/4% 1.ª Série	330	330.000\$00	1.034\$77		1.005\$00	331.650\$00	341.476\$80	- 9.826\$80
Obrigações do Empréstimo para Fomento do Turismo 5 3/4% 2.ª Série	300	300.000\$00	1.016\$51		1.005\$00	301.500\$00	304.953\$50	- 3.453\$50
Obrigações do Banco do Fomento Nacional 6,5% 1.ª Fase	8	8.000\$00	1.000\$00		1.000\$00	8.000\$00	8.000\$00	- \$-
Obrigações do Banco do Fomento Nacional 6,5% 2.ª Fase	1655	1.655.000\$00	1.000\$00		1.000\$00	1.655.000\$00	1.655.000\$00	- \$-
Obrigações da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses 4 1/2% 1959	1080	1.080.000\$00	1.000\$15		716\$00	773.280\$00	1.080.172\$05	- 306.892\$05
Obrigações da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses 4 1/2% 1965	2020	2.020.000\$00	1.000\$37		700\$00	1.414.000\$00	2.020.759\$13	- 606.759\$13
Obrigações do Metropolitano de Lisboa S.A.R.L. 7,5% 1974	1500	1.500.000\$00	1.000\$00		1.000\$00	1.500.000\$00	1.500.000\$00	- \$-
Acções da Companhia de Seguros de Créditos, S.A.R.L. (Nomin)	610	610.000\$00	1.000\$00		1.000\$00	610.000\$00	610.000\$00	- \$-
2.1.2. OUTRAS OBRIGAÇÕES:								
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo 5% 1953 (Ao Portador)	70	70.000\$00	833\$94		693\$00	48.510\$00	58.376\$55	- 9.866\$55
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo 5% 1955 (Ao Portador)	67	67.000\$00	841\$47		693\$00	46.431\$00	56.379\$04	- 9.948\$04
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo 5% 1957 (Ao Portador)	128	128.000\$00	825\$69		693\$00	88.704\$00	105.688\$46	- 16.984\$46
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Cávado 5% 1953 (Ao Portador)	30	30.000\$00	845\$97		724\$00	21.720\$00	25.379\$20	- 3.659\$20
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Cávado 5% 1953 4.ª Emissão (Ao Portador)	5	5.000\$00	852\$16		724\$00	3.620\$00	4.260\$80	- 640\$80
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Cávado 5% 1953 5.ª Emissão (Ao Portador)	31	31.000\$00	852\$16		724\$00	22.444\$00	26.416\$96	- 3.972\$96
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Cávado 5% 1955 (Ao Portador)	4	4.000\$00	844\$34		724\$00	2.896\$00	3.377\$36	- 481\$36
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Cávado 5% 1956 (Ao Portador)	20	20.000\$00	835\$81		724\$00	14.480\$00	16.716\$35	- 2.236\$35
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Cávado 5% 1957 (Ao Portador)	10	10.000\$00	830\$00		724\$00	7.240\$00	8.300\$00	- 1.060\$00
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Cávado 5% 1959 (Ao Portador)	13	13.000\$00	837\$43		724\$00	9.412\$00	10.886\$77	- 1.474\$77
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Cávado 5% 1960 (Ao Portador)	60	60.000\$00	832\$88		724\$00	43.440\$00	49.971\$60	- 6.531\$60
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Cávado 5% 1963 (Ao Portador)	70	70.000\$00	814\$00		724\$00	50.880\$00	56.980\$80	- 6300\$80
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Douro 5% 1957 (Ao Portador)	28	28.000\$00	850\$44		708\$00	19.824\$00	23.812\$50	- 3.988\$50
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Douro 5% 1959 (Ao Portador)	40	40.000\$00	843\$00		708\$00	28.320\$00	33.720\$00	- 5.400\$00
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Douro 5% 1960 7.ª Emissão (Ao Portador)	44	44.000\$00	834\$77		708\$00	31.152\$00	36.730\$23	- 5.578\$23
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Douro 5% 1960 8.ª Emissão (Ao Portador)	160	160.000\$00	828\$99		708\$00	113.280\$00	132.639\$35	- 19.359\$35
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Zêzere 5% 1955 (Ao Portador)	30	30.000\$00	831\$03		800\$00	24.000\$00	24.931\$30	- 931\$30
Obrigações da Hidro-Eléctrica do Zêzere 5% 1957 (Ao Portador)	10	10.000\$00	858\$85		800\$00	8.000\$00	8.588\$50	- 588\$50
Obrigações da Companhia Nacional de Electricidade 5% 1954 (Ao Portador)	1	1.000\$00	816\$46		695\$00	695\$00	816\$46	- 121\$46
Obrigações da Companhia Nacional de Electricidade 5% 1955 (Ao Portador)	56	56.000\$00	847\$27		695\$00	38.920\$00	47.447\$24	- 8.527\$24
Obrigações da Companhia Nacional de Electricidade 5% 1956 (Ao Portador)	11	11.000\$00	833\$00		695\$00	7.645\$00	9.163\$06	- 1.518\$06
Obrigações da Companhia Nacional de Electricidade 5% 1957 (Ao Portador)	33	33.000\$00	831\$11		695\$00	22.935\$00	27.426\$99	- 4.491\$99
Obrigações da Companhia Nacional de Electricidade 5% 1959 (Ao Portador)	43	43.000\$00	834\$13		695\$00	29.885\$00	35.867\$95	- 5.982\$95
Obrigações da Companhia Nacional de Electricidade 5% 1960 (Ao Portador)	43	43.000\$00	834\$03		695\$00	29.885\$00	35.863\$70	- 5.978\$70
Obrigações da Empresa Termoeléctrica Portuguesa 5% 1956 (Ao Portador)	10	10.000\$00	852\$16		680\$00	6.800\$00	8.521\$60	- 1.721\$60
Obrigações da Empresa Termoeléctrica Portuguesa 5% 1957 (Ao Portador)	67	67.000\$00	836\$06		680\$00	45.560\$00	56.018\$10	- 10.456\$10
Obrigações da Empresa Termoeléctrica Portuguesa 5% 1959 3.ª Emissão (Ao Portador)	10	10.000\$00	834\$08		680\$00	6.800\$00	8.340\$80	- 1.540\$80
Obrigações da Empresa Termoeléctrica Portuguesa 5% 1960 1.ª Série (Ao Portador)	21	21.000\$00	825\$09		680\$00	14.280\$00	17.327\$07	- 3.047\$07
Obrigações da União Eléctrica Portuguesa 5% 1951 (1/7/1951) (Ao Portador)	20	2.000\$00	82\$52		76\$00	1.520\$00	1.650\$80	- 130\$80
Obrigações da União Eléctrica Portuguesa 5% 1952 (21/7/1952) (Ao Portador)	30	3.000\$00	83\$06		76\$00	2.280\$00	2.491\$90	- 211\$90
Obrigações da União Eléctrica Portuguesa 5% 1954 (Ao Portador)	685	68.500\$00	81\$23		76\$00	52.080\$00	55.650\$25	- 3.590\$25
Obrigações da União Eléctrica Portuguesa 5% 1957 (Ao Portador)	900	90.000\$00	81\$46		76\$00	68.400\$00	73.311\$30	- 4.914\$30
Obrigações da União Eléctrica Portuguesa 5% 1958 (20/10/1958) (Ao Portador)	1220	122.000\$00	83\$00		76\$00	92.720\$00	101.289\$55	- 8.569\$55
Obrigações da União Eléctrica Portuguesa 7% 1974 1.ª Fase	800	600.000\$00	1.000\$00		1.000\$00 (a)	600.000\$00	600.000\$00	- \$-
2.1.3. ACCÕES								
Acções do Bando do Alentejo (Ao Portador)	600	90.000\$00	841\$84		936\$00	561.600\$00	505.107\$00	+ 56.493\$00
Acções do Banco Borges & Irmão (Ao Portador)	60	60.000\$00	11.500\$00		4.025\$00	241.500\$00	690.000\$00	+ 448.500\$00
Acções do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (Ao Portador)	36	36.000\$00	1038\$88		4.850\$00	174.600\$00	37.400\$00	+ 137.200\$00
Acções do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (Nominativas)	64	64.000\$00	77\$66		4.850\$00	310.400\$00	4.970\$77	+ 305.429\$23
Acções do Banco Português do Atlântico (Ao Portador)	230	230.000\$00	6.022\$85		6.285\$00	1.446.240\$00	1.385.257\$50	+ 60.982\$50
Acções do Banco Totta & Açores (Ao Portador)	358	358.000\$00	2.719\$21		5.275\$00	1.888.450\$00	973.479\$00	+ 914.971\$00
Acções da Companhia Portuguesa de Electricidade C.P.E. (da Extinta Hidro-Eléctrica do Cávado)	497	497.000\$00	1.240\$75		1.173\$00	582.981\$00	616.654\$40	- 33.673\$40
Acções da Companhia Portuguesa de Electricidade C.P.E. (da Extinta Hidro-Eléctrica do Douro) (Ao Portador)	260	260.000\$00	1.217\$68		1.173\$00	304.980\$00	316.597\$00	- 11.617\$00
A Transportar		33.605.300\$00				33.857.427\$00	35.204.875\$31	- 1.347.448\$31

(a) — Por não haver cotação, foi imputado o valor nominal respectivo.

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

D. S. T. E.

DIVISÃO DE VIAÇÃO E TRÁNSITO

5.ª Repartição — Viação e Ocupação de Via Pública

PARQUES

Inserido na campanha de disciplina do estacionamento, está a C.M.L. a proceder a um levantamento de todos os Parques existentes na Cidade.

Assim convidam-se todos os proprietários de Parques de Estacionamento Públicos pagos, para enviar para a D.V.T. — 5.ª Repartição — R. 1.º de Dezembro n.º 120 — Lisboa, os elementos seguintes:

- Localização do Parque
- Lotação
- Taxas

A C. M. L. dará então público conhecimento, através dos Órgãos de Informação, dos locais onde será possível apcarar.

PUB

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO DISTRITO DE SETÚBAL

ADMISSÃO DE UM JARDINEIRO

Informa-se que de harmonia com o art.º 9.º da C. C. T. dos Trabalhadores da Previdência, e da Circular n.º 231/3/77 a 4/4/77, para preenchimento da seguinte vaga existente nesta Instituição (Segurança Social):

— JARDINEIRO

Ao referido lugar poderão concorrer indivíduos com conhecimentos comprovados do respectivo ofício e com carteira profissional.

Os interessados deverão dirigir-se à Sede desta Caixa de Previdência, Praça da República, Setúbal, Secção de Pessoal onde lhes serão prestados todos os esclarecimentos necessários.

Esclarece-se que a admissão do trabalhador ficará condicionada ao visto da Direcção-Geral da Previdência, quanto à criação do lugar em causa.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

NÃO SÃO SALDOS

SÃO VENDAS A PREÇOS DE OCASIÃO

Rádios c/ reproduzidor e GIRA-DISCOS, de sala, a preços sensacionais

Rádios e Whiskys de todas as marcas a preços de sensação

FERREIRA ALVES & ALVES

Praça da Figueira, 11-3.º Dt.º — Lisboa

EXTERNATO CICLO PREPARATÓRIO CURSO LICEAL NOCTURNO

— ABERTAS AS INSCRIÇÕES —
CURSOS INTENSIVOS — TRABALHADORES ESTU-
DANTES

(das 18 às 23 horas)
Av. Duque de Loulé, 71, 2.º — Telef. 40345

De 1 a 7 de Abril na F.I.L.

"O Livro e o Disco na Luta pela Paz e pelo Progresso"

Subordinado ao lema «O Livro e o Disco na Luta pela Paz e o Progresso», decorre em Lisboa, nas instalações da F. I. L., entre 1 e 7 de Abril, o «Mercado popular do livro e do disco», iniciativa de um amplo leque de intelectuais e artistas progressistas, numa perspectiva unitária e antifascista.

Segundo os promotores da iniciativa, esta inspira-se nos «elevados ideais proclamados na Conferência de Helsínquia» e aponta para uma efectiva aproximação entre o grande público e as diferentes manifestações da cultura.

Paralelamente à exposição e venda de livros e discos («em condições até agora inéditas em Portugal», anuncia-se), realizar-se-ão, ao longo de uma semana, diversas actividades culturais, nomeadamente no campo do cinema, do teatro, da literatura, das artes plásticas e do circo.

No mercado popular do livro e do disco, que ocupará uma área aproximada de 10 mil metros quadrados, estarão montados 4 auditórios e representadas cerca de 60 editoras, nacionais e estrangeiras, que apresentarão ao público cerca de 8 mil títulos de livros e cerca de 1500 títulos de discos. Prevê-se que 50 novidades em livros e discos sejam apresentadas no decurso do «Mercado».

No campo das artes plásticas realizar-se-ão quatro exposições, nomeadamente de Manuel Ribeiro de Pavia, de Ernest Willard, de Ortega e de vários artistas portugueses. No campo do cinema serão exibidas sete obras de realizadores como Andrei Mikhalkov-Kowt-

chalovski, Fernando Lopes, Mark Donskoi, Walerian Borowczyk, Pier Paolo Pasolini, Arnaldo Jabor e Bernardo Bertolucci. Haverá ainda debates conduzidos por diversas personalidades do nosso meio cultural versando temas como «A Literatura e a resistência», «A literatura, a revolução e o futuro», a «Oficina do escritor», a «Situação do teatro português», «Portugal: uma economia em debate» e a «Informação». No sector da música, para além da participação do coro da Academia dos Amadores de Música sob a direcção de Fernando Lopes Graça e de dois concertos pelo grupo contemporâneo de jazz «Plexus», participarão 37 cantores e conjuntos portugueses. Finalmente, no sector do teatro, colaborarão os grupos «A Barraca», «Adoque» e «Seivatrupo», além dos actores Armando Caldas, Dora Leal, José Viana, Maria Dulce e Rogério Paulo.



FILMES KODAK

Super 8, incluída a revelação agora a preço SENSACIONAL

Esc. 250\$00

Av. Almirante Reis, 13-E
Metro do Intendente

COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA



INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS EM 31/12/75

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE CUMPR.	COTAÇÃO EM BOLSA (quando existe)	VALOR DE BALANÇO		VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	FLUTUAÇÃO DE VALORES
					UNITÁRIO	TOTAL		
Transporte		33.605.300\$00				33.857.427\$00	35.204.875\$31	— 1.347.448\$31
Acções da Companhia Portuguesa de Electricidade — C.P.E. (da Extinta Hidro-Eléctrica do Zêzere — ao portador) (Ao Portador)	155	155.000\$00	1.247\$41		1.173\$00	181.815\$00	193.350\$00	— 11.535\$00
Acções da Companhia Portuguesa de Electricidade — C.P.E. (da Extinta Companhia Portuguesa de Electricidade — ao portador) (Ao Portador)	100	100.000\$00	1.473\$30		1.173\$00	117.300\$00	147.330\$40	— 30.030\$40
Acções da Companhia Portuguesa de Electricidade — C.P.E. (da Extinta Empresa Termoelectrica Portuguesa — nominativas) (Nominativas)	11	11.000\$00	1.426\$89		1.173\$00	12.903\$00	15.693\$60	— 2.790\$60
Acções da Companhia Portuguesa de Electricidade — C.P.E. (da Extinta Empresa Termoelectrica Portuguesa — ao portador) (Ao Portador)	278	278.000\$00	1.391\$89		1.173\$00	326.094\$00	386.892\$40	— 60.798\$40
Acções da Companhia Portuguesa de Electricidade — C.P.E. — S.A.R.L. (Ao Portador)	78	78.000\$00	1.000\$00		1.173\$00	91.494\$00	78.000\$00	+ 13.494\$00
Acções das Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade (Ao Portador)	800	140.000\$00	384\$11		352\$00	281.600\$00	307.290\$60	— 25.690\$60
Acções da Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo (Ao Portador)	330	33.000\$00	153\$03		165\$00	54.450\$00	50.500\$00	+ 3.950\$00
Acções da Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal (CHENOP) (Ao Portador)	387	38.700\$00	268\$18		280\$00	108.360\$00	103.788\$40	+ 4.571\$60
Acções da União Eléctrica Portuguesa (Ao Portador)	275	27.500\$00	187\$18		191\$00	52.525\$00	51.475\$00	+ 1.050\$00
Acções de «A Taboqueira» (Ao Portador)	35	35.000\$00	8.471\$42		8.563\$00	299.705\$00	296.500\$00	+ 3.205\$00
Acções da Companhia de Transportes Aéreos Portugueses (Nominativas)	4988	4.988.000\$00	1.420\$85		1.393\$00	6.948.284\$00	7.087.228\$00	— 138.944\$00
Acções da União Fabril de Azoto (Ao Portador)	100	50.000\$00	819\$80		770\$00	77.000\$00	81.960\$00	— 4.960\$00
Acções da Sociedade Agro-Pecuária Açoreana, S.A.R.L.								
— AGRAÇOR	250	250.000\$00	1.000\$00		1.000\$00 (a)	250.000\$00	250.000\$00	— \$ —
2.1.9. — Soma		39.789.500\$00				42.658.957\$00	44.254.883\$71	— 1.595.926\$71
2.2. — TÍTULOS ESTRANGEIROS:								
2.2.1. — Bilhetes do Tesouro e outras Obrigações emitidas por Estados Estrangeiros	—	—	—	—	—	—	—	—
2.2.2. — Outras Obrigações	—	—	—	—	—	—	—	—
2.2.3. — Acções	—	—	—	—	—	—	—	—
2.2.9. — Soma	—	—	—	—	—	—	—	—
2.3. — Total	—	39.789.500\$00	—	—	—	42.658.957\$00	44.254.883\$71	— 1.595.926\$71
3. — Total Geral	—	39.789.500\$00	—	—	—	42.658.957\$00	44.254.883\$71	— 1.595.926\$71

O TÉCNICO DE CONTAS

DIONÍSIO CABRAL DE LIMA ALBERGARIA

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA PROVISÓRIA

ANTÓNIO CARLOS RIBEIRO
CARLOS FIGUEIREDO CARDOSO
FRANCISCO MANUEL PACHECO
JOÃO DIONÍSIO DA SILVA
VÍTOR MANUEL GOMES DA SILVA LEAN

Canal da Crítica

ELLERY: MAIS UM ENIGMA

EU — Ellery Queen?
ELLERY — Hello, dear Mário!

EU — Podemos conversar?
ELLERY — Quando quiseres. Aliás, ansiava há muito por esta oportunidade.

EU — Porquê?
PAI QUEEN — Eu digo. Consta-nos... ó Ellery, quantos Estados tem o estado a que chegaram os Estados Unidos?
ELLERY — Tem 52. Ficará com 53 se Porto Rico não for obrigado a aderir voluntariamente.

PAI QUEEN — Exacto. Pois consta nos 52 Estados que não aprecias muito o trabalho aqui do meu boy.

EU — Quer dizer... Acho que ele não dá chance nenhuma aos telespectadores.

ELLERY — Era o que faltava! Façam como eu: adivinhem primeiro... e pensem depois, se for preciso.

EU — Isso não é correcto.
ELLERY — Ké lá saber! Estávamos bem governados, no meu país, se nos ficassemos na correcção.

PAI QUEEN — A struggle for life, filho, a strugglezinha!

EU — Bom. Mas a verdade é esta: cinco minutos antes da história acabar, tu perguntas se nós já descobrimos. Para quê?

ELLERY — Pra ver se alguém me diz. Se soubesses como eu nessas alturas, estou aflito!

EU — Sempre?

ELLERY — Sempre, não. Às vezes já sei quem vai ser o assassino. Mas quando não sei, ou quando me esqueço, ou quando troco os nomes, é um sarilho!

EU — Bom. Vejamos o caso de hoje. Faltam cinco minutos. Quem é o assassino?

PAI QUEEN — É a Cooperativa Salvador Pomar.

ELLERY — Calma, pai. O assassino? É fácil...

EU — Fácil? Podem ser tantos...

ELLERY — Desses tantos tira um que não seja.

EU — Já está.

ELLERY — Tira outro.

EU — Pronto.

ELLERY — Tira outro ainda. Está?

EU — Está. E agora?

ELLERY — Quantos ficaram?

EU — Ficou um.

ELLERY — O criminoso é esse.

EU — Fantástico!

ELLERY — Simples, simples, simples.

EU — Qual foi o processo que seguiste?

ELLERY — Repara. Que horas são?

EU — Três horas.

ELLERY — A que horas se deu o crime?

EU — Às duas.

ELLERY — Quem de três tira duas...

EU — ...fica uma.

ELLERY — Percebeste?

EU — Formidável!

PAI QUEEN — Tretas, meu rapaz. Para mim, ninguém me tira da ideia que o criminoso foi a Cooperativa Salvador Pomar.

EU — O Manley foi portanto o criminoso.

ELLERY — Foi, não. Vai ser.

EU — Porquê?

ELLERY — Porque eu ainda não o disse. Tens de aguardar mais uns minutos.

EU — Mas podia ter sido a Florence.

ELLERY — Tonto! No meu país, consideramos as mulheres capazes de todos os crimes. Até mesmo do maior.

EU — Qual é?

ELLERY — O de educadora do «americano médio». Apesar disso, ninguém apresentaria uma mulher como criminosa.

EU — Porquê?

ELLERY — Por causa do «americano médio». No meu país só há uma coisa pior do que o «americano médio».

EU — Qual é?

ELLERY — É a «americana média». Além disso, convém não fazer zangar as mulheres. As mulheres são a grande maioria da população. São tão importantes como os banqueiros.

EU — Por causa da massa...

ELLERY — Espertinho, heim? Viste, pai?

PAI QUEEN — Conversas! Pra mim o grande criminoso foi a Cooperativa Salvador Pomar. Daqui não saio.

EU — Mas vejamos. Max podia ter morto...

ELLERY — Podia.

EU — Mas não matou. Porquê?

ELLERY — Porque tinha ordens, homem! Hoje cabia a vez ao Manley. A vez dele chegará. No meu país há oportunidades para todos. Nos Estados Unidos cada cidadão é um criminoso potencial.

EU — Vantagens da liberdade...

ELLERY — Nem mais.

EU — Qual a razão por que os teus crimes nunca reponsabilizam a sociedade americana?

ELLERY — Um enigma, é um enigma. Entende bem isto. Quer seja em Tebas, em Boston, em Xangai, um enigma é um enigma. Mas além disso, responde se puderes: por que é que eu tenho esta fábrica de enigmas?

EU — Pra ganhares dinheiro.

ELLERY — Qual o país onde há mais crimes por metro quadrado?

EU — O teu.

ELLERY — De que poderia eu falar, para ter público na América?

EU — De crimes.

ELLERY — Então agora já

Por MARIO CASTRIM

Hoje



Fidélío — ópera em 1 acto de Beethoven

I PROGRAMA

- 18.30 Abertura e O Saltimbanco de Nossa Senhora
- 18.55 Abre-te Sésamo
- 19.25 Ligeiríssimo — União Musifalense, Paco Bandeira, O Encoberto (A Música).
- 19.40 Vamos Jogar no Totobola
- 19.55 Descida na Escuridão — Um filme onde se relata a exploração que um grupo de jovens espeleólogos realizou numa localidade dos Alpes Carniche. Telejornal — 1.ª edição.
- 20.30 Programa do Estado-Maior-General das Forças Armadas
- 21.35 Corações na Penumbra. Intérpretes: Paul Newman, Geraldine Page, Shirley Knight, Ed Begley, Rip Torn, Mildred Nunnock. Realização: Richard Brooks
- 23.45 Fecho.

TUDOR BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA

- 21.02 Inédito ou Quasi — Os Muros de Verona. Um inédito de António Cabral interpretado por Cecília Guimarães, Madalena Souto e António Reis.
- 21.30 Fidélío — Ópera em 1 acto de Beethoven. Direcção de Orquestra de Karl Böhm.
- 23.20 Telejornal
- 23.50 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

- 18.30: Abertura e «A Magia dos Animais»; 19.00: Faz de conta; 19.30: As Viagens de Gulliver; 20.00: Cientificamente; 20.30: Telejornal — 1.ª edição; 21.00: O Homem e a Terra; 21.35: Programa musical com José Cid; 22.00: Criança Previnda vale por Dois; 23.15: Fecho

II PROGRAMA

- 20.30: Telejornal; 21.00: A Pedra lançada realizado em 1970 por Sandor Sara com interpretações de Lajos Belaszovite, Todor Todorov, Banhid Lazov; 22.35: Telejornal; 23.10: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Todas as noites às 21.30
matinheiras: sábados e domingos às 16 h.

TEATRO LAURA ALVES

Tel. 86 47 56

Uma comédia de JOSÉ VILHENA

CALCINHAS AMARELAS

com: IRENE SIDIRO • BARROSO LOPES • MANUELA MARIA • LUIS HORTA • CARLOS MIGUEL • TERESA ZILCO • MARIA JOÃO • PAULA LIMA • ...

A mais divertida comédia portuguesa dos últimos 54 anos.

Apresenta na

ACADEMIA ALMADENSE

Rua Capitão Leitão, 64
Tel. f. 275 21 27 — Almada

4.º MÊS

ÚLTIMAS REPRESENTAÇÕES

A GRANDE JOGADA!

uma divertida comédia musicalizada

de JOSÉ VIANA ROGERIO PAULO DORA LEAL

QUE A INTERPRETA AO LADO DE

MARIA DULCE

Sessões às 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª, às 21.30 — Sábados, às 20.30 e 23 horas — Domingos, às 16 e 21.30

EM LISBOA BILHETES À VENDA NA A. B. E. P. — RESTAURADORES

As marcações de bilhetes só se respeitam 1 hora antes do início do espectáculo.

A SENSACÃO DO FESTIVAL DE CANNES NA PÁSCOA EM LISBOA

SÃO JORGE ESTREIA AMANHÃ ÀS 21.15 MUNDAL

OS LOUCOS ANOS 30 NUM FILME DE "GANGSTERS" MUITO ESPECIAL!

Boulevard

MALONE

DE ALAN PARKER
COM SCOTT BAIO • JODIE FOSTER
FLORIE DUGGER • JOHN CASSISI
MÚSICA DE PAUL WILLIAMS

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS • COLORIDO

RECOMENDADO pela revista música & som

PORTUGAL

BADMINTON

Numa realização da delegação em Évora da Direcção-Geral dos Desportos, da Pró-Associação de Desportos Amadores e da Federação de Badminton, está disputar-se o «Torneio de Inverno de Badminton», daquele distrito, com a participação de atletas de 14 colectividades da região. Prevê-se o encerramento do torneio no próximo dia 2 de Abril o que incluirá uma competição entre as duas equipas mais classificadas e representações do Benfica e Cascais.

CICLISMO

Corridas «Mário Nunes Ferreira» (seniores e juniores) e «Aristides Martins» (aspirantes e juvenis) a 3 de Abril, respectivamente entre Belas e Manique, e na zona da Brandosa.

ESTAGIO

Entre 5 e 18 de Abril estagiaria, em Portugal, juniores da Federação Alemã de Atletismo

GINÁSTICA

Ginastas portugueses, que o ano passado se exibiram em Moscovo, voltam a actuar na União Soviética: Filomena Palma e Avelina Alvarez (do Lisboa Ginásio) e que ostentam o título de campeã e vice-campeã de ginástica, de primeiras categorias, partiram para a capital soviética.

As melhores atletas portuguesas do momento (ambas de 15 anos) vão participar em provas que se realizam em Moscovo (organizadas por um jornal) e em Riga (promovidas pela Câmara Municipal).

Acompanham as ginastas o dirigente João Justiniano e a professora Maria Helena Cunha Carvalho.

RÂGUEBI

Jogos de rãguebi para hoje, incluídos no programa do 25.º aniversário do Grupo Desportivo de Direito: Portugal (juniores)-Surrey Colts, às 16 horas; C. D. U. L. (seniores)-Guilford, às 18, ambos no Estádio Universitário de Lisboa.

XADREZ

Em Portalegre, prosseguiu a disputa do campeonato nacional de xadrez (juniores). Eis os resultados mais salientes:

Luis Quaresma (Académica de Coimbra), José Pereira dos Santos (Atlético de Alvalade), 0-1; João Sequeira (Belenenses), Alberto Fernandes (Benfica), 0,5-0,5; Pedro Palhares (Famalicense), Silvio Santos (CDUP), 1-0; António Fernandes (Benfica), Arlindo Vieira (F.C. Porto), 0,5-0,5; José Abruñosa (F.C. Porto), Rui Silva Pereira (Benfica), 0-1; Jorge Guimarães (CDUP), José Veríssimo (Grupo de Xadrez do Porto), 1-0; Henrique Pereira (Viana Taurino Clube), Fernando Castro (Vilanovense), 1-0; Fernando Sequeira (Belenenses), Amadeu Loureiro (Académica de Espinho), 1-0; José Azevedo (Académica de Espinho), António Baptista (Atlético de Alvalade), 0,5-0,5; João Rafael (Rio-Maiorense), António Ferreira (Grupo de Xadrez da Guarda), 0,5-0,5; Fernando Martins (Círculo de Arte e Recreio de Guimarães), Mamede Diogo (Stella Maris de Penche), 0,5-0,5; José Fonte Santa (Incrível Almadense), João Assunção (Atlético de Alvalade), 0-1.

José Pereira dos Santos, Rui Silva Pereira, Jorge Guimarães, Fernando Sequeira, Pedro Palhares e Henrique Pereira comandam a classificação.

Suíça na Madeira: corte de fita nos Barreiros

Logo à noite (21 e 30), no Estádio dos Barreiros (Funchal) uma selecção portuguesa efectua confronto particular com a Suíça, em jogo aprasado pela Federação para inaugurar um ciclo de realizações internacionais na Madeira.

Vários elementos considerados com largas possibilidades de estarem com a camisola nacional foram arredados do «onze» que excursionou até à ilha: casos dos portistas Oliveira e Murça, do bracarense Marinho, do belenense João Cardoso, de Humberto Coelho, do benfiquista Chalana. O próprio seleccionador-treinador principal do comité federativo (José Maria Pedrote) também entendeu que não valia a pena a sua viagem. Daí que o comando do «onze» da Federação tenha sido entregue ao adjunto Juca, que já anunciou como formam inicialmente os seus rapazes: Bento; Gabriel, Laranjeira, Carolino e Pietra; Octávio, Alves e Baltasar; Francisco Mário, Gomes e Nenê, contando ainda com vários suplentes aptos a entrarem no relvado (Nelinho, Inácio, Teixeira, Artur Jorge e Fonseca).

direcção federativa (eng.º Abílio Rodrigues, César Grácio, Ribeiro Magalhães e dr. António Marques).

O espectáculo será dirigido pelo árbitro britânico Kew Jordan Cecil e será transmitido pela RDP.

Nos jogos efectuados com a Suíça, Portugal venceu dois, empatou outros dois e perdeu seis.

AVEIRO

Apenas 30 pessoas participaram na Assembleia geral do Beira-Mar, onde se ficaram a conhecer números bem curiosos e significativos na análise à situação da generalidade dos clubes portugueses com futebol profissional: prejuízo de 2217 contos, durante a última temporada, avultando entre outros défices (138 contos no basquetebol, 108 no andebol, 81 no atletismo, 246 no futebol amador).

DESFALQUE

Foi remetido ao tribunal de S. João Novo (Porto) um processo relativo a abuso de confiança e falsificação de documentos, praticados por uma ex-funcionária do Sindicato

dos. Quando se descobriram as irregularidades, a acusada mostrou-se arrependida e na disposição de indemnizar o sindicato. Porém, deixou de comparecer ao trabalho, verificando-se mais tarde que se tinha ausentado para o Brasil.

FRAUDE

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Apostas Mútuas Desportivas) apresentou queixa na subdirectoria da P. J. do Porto contra uma organização ilegal de concursos de apostas mútuas ou prognósticos, denominada «Totopavilhão» de Arcozelo (Gaia).

Segundo a queixosa, os boletins desta organização são distribuídos e recolhidos através de estabelecimentos comerciais destinando-se os lucros às obras de ampliação das instalações desportivas do Sporting Clube de Arcozelo. Tal prática é considerada delituosa, nos termos dos Artigos 1, 2 e 19, do Decreto-Lei n.º 43777 de 1961.

OLIVEIRA

Informação vinda do Brasil (através do «Mundo Desportivo» de hoje) garante que o portista Oliveira será, dentro de dois meses, jogador do Vasco da Gama, do Rio de Janeiro.

PORTIMÃO

Brinde aos algarvios: esta noite (21 e 30), o «team» dirigido por José Augusto confronta-se com suecos do Malmö que, encontrando-se a estagiar no Algarve, acederam a um jogo-treino com o Portimonense. Antes, em estilo de aperitivo, defrontam-se juniores: Portimonense e Paços de Ferreira.

PORTE

O «axadrezado» Carolino é pretendido pelo F.C. Porto.

RESERVAS

O lisboeta de reservas tem hoje mais alguns jogos: Estoril-Atlético (16 horas), Benfica-Sintense, Odivelas-Oriental e Torreense-Sporting (21).

VARZIM

Depois de Tibi, outro «portista» (Júlio) firmou contrato com o Varzim, em relação à época próxima.



Sem qualquer alarido em seu redor, encontra-se em Portugal uma turma futebolística norte-americana: a do «Bicentenário», de New Haven (Estado de Connecticut) que ontem efectuou um jogo-treino com sportinguistas, em Alvalade. O «team» norte-americano é dirigido pelo «manager» Bill Cox e já conta, entre os seus elementos, com o dianteiro Moia (ao lado esquerdo do «dono da bola», na imagem) depois de rescindido o seu compromisso com o Estoril Praia, de onde também vai sair João Carlos, igualmente para viajar até Connecticut. O estágio do «Bicentenário» decorrerá até 13 de Abril, na zona do Estoril.

Basquetebol «ianque» em Portugal

A equipa norte-americana Classics Basquetebol Team, da Universidade de Harvard, desloca-se a Portugal para efectuar alguns jogos e realizar palestras com jogadores, treinadores e árbitros — revelou à ANOP o patrocinador da viagem, Alberto Corneil, que conta com a colaboração da Embaixada dos E. U. A., no nosso país. Constituída por 17 pessoas, a delegação americana chegou a Lisboa, vinha de

Boston, no próximo dia 1, permanecendo em Portugal durante cerca de uma semana.

A equipa americana da Universidade de Harvard cumprirá em Portugal o seguinte programa:

Dia 2, em Coimbra, no Pavilhão ginnodesportivo: jogo selecção de Coimbra-Universidade de Harvard, pelas 21 e 30. O jogo será antecedido por uma palestra com jogadores, treinadores e árbitros.

Dia 3, no Porto, no pavilhão do Estádio das Antas: F. C. do Porto-Universidade de Harvard.

Antes do jogo, palestras com os jogadores, árbitros e treinadores.

Dia 5, a embaixada do basquetebol dos E. U. A. visitará algumas escolas, onde distribuirá material da modalidade e proferirá palestras sobre basquetebol. A noite deste mesmo dia, no pavilhão ginnodesportivo da Ajuda, começa a disputar-se o Torneio Internacional de Basquetebol, no qual, além da equipa de Harvard, participam também as do Benfica Atlético e Algés. Com início às 21 horas, disputam-se os encontros Atlético-Benfica e Harvard-Algés.

Dia 6, a partir das 21 horas defrontam-se as equipas vencedoras, para o 3.º e 4.º lugares e os finalistas.

No dia 7, pelas 21 e 30, Bairense defronta o Harvard, e Barreiro, em encontro solicitado por aquele clube.

LÁ FORA

ATLETISMO

A campeã olímpica, Annegret Richter igualou dois «records» femininos (um mundial, outro europeu), em pista coberta, durante o torneio de atletismo realizado em Dortmund. Annegret Richter, medalha de ouro nos 100 metros femininos (em Montreal), registou sete segundos com cronometragem manual, nos 60 metros, o que iguala o «record» europeu e, mais tarde, correu os 50 metros em seis segundos, igualando o máximo mundial. As outras detentoras deste «record» mundial são Annie Alize (França), Barbara Ferrell (Estados Unidos) e Renate Stecher (R.D.A.). Annegret Richter compartilha o «record» europeu dos 60 metros com Linda Haglund (Suécia).

DROGAGEM

Os halterofilistas soviéticos Piotr Korol e Yuri Zaitsev foram designados campeões olímpicos de 1976, pela comissão executiva do Comité Olímpico Internacional. O C.I.O. teve em linha de conta os regulamentos da Federação Internacional, que prevêem o preenchimento dos vazios provocados pela desqualificação de um concorrente. O «palmarés» para as categorias 67,5 kg, 82,5 kg e 110 kg foi (portanto) alterado, após as desqualificações que, em Montreal, foram aplicadas a três halterofilistas reconhecidos culpados de utilização de esteróides anabolizantes. Trata-se do polaco Kaczmarek (67,5 kg) e do búlgaro Khristov (110 kg), ambos campeões olímpicos, tal como de um outro búlgaro, Balgoiev, medalha de prata nos 82,5 kg. O francês Daniel Senet, 3.º nos 67,5, torna-se por isso medalha de prata. O Comité Olímpico pedirá as medalhas aos desqualificados a fim de as entregar aos novos campeões.

Uma questão de etiqueta

FUNCHAL, 30 — O delegado da Direcção-Geral de Desportos no Funchal, abandonou, ontem, o jantar de homenagem aos dirigentes da Federação Suíça de Futebol, numa atitude de protesto contra a falta de consideração pelos madeirenses presentes.

O jantar era oferecido pela Federação Portuguesa de Futebol e a atitude do prof. Fernando Ferreira explica-se no facto de, por altura da distribuição de lugares à mesa, terem sido dadas as «melhores» posições aos helvéticos e metropolitanos, enquanto os madeirenses se deveriam sentar «onde calhasse».

Os anfitriões levaram a «coisa» a pecto: e, pelo menos o prof. Fernando Ferreira, não jantou numa «tal» companhia...

Enfim: com um grupo de rapazes que jamais fizeram um treino em comum, a Federação (exclua-se o sentido puro de «selecção nacional») vai tentar amellar mais uns cobres. Bom proveito lhe faça.

Além do técnico e dos 16 jogadores, a comitiva que foi até à Madeira inclui o médico dr. Camacho Vieira, o massagista João Silva, o roupeiro Telmo, o preparador físico José Falcão e vários elementos da

dos Treinadores de Futebol,

A arguida (Maria José Magalhães Teixeira, de 20 anos) residia no n.º 79 da Rua dos Açores, e trabalhou no referido sindicato entre Junho de 1974 e Outubro de 1975. Durante esse período falsificou a escrita e apoderou-se de 182 890\$00.

Exemplo: numa altura em que lhe foi pedido para levantar um choque de 400 escudos Maria José Teixeira alterou a importância para 40 900 escu-

Olimpismo em ponto quente

A assembleia geral dos Comités Olímpicos Nacionais (C.O.N.) debateu ontem, em Abidjan (Costa do Marfim) a recomendação sueca que permitirá aos Jogos Olímpicos serem espalhados por várias cidades. Funcionários declararam que os C.O.N., reunidos antes de efectuarem sessões com a Junta Executiva do Comité Olímpico Internacional (C.O.I.) ainda não tomaram uma decisão acerca da proposta. Entre os partidários dessa remodelação, esclareceram, contam-se Jean-Claude Ganga, secretário-geral do Conselho Supremo Desportivo na África (S.C.S.A.), e a delegação finlandesa. A Argentina figura entre os que se opõem. A Suécia apresentará, formalmente, a sua candidatura à organização dos Jogos de Inverno de 1984 se a ideia for aceite.

A Assembleia aprovou, por unanimidade, a resolução nigeriana de que a palavra «cor» fosse adicionada à regra olímpica que proíbe a discriminação.

A Nigéria fez uma primeira tentativa para excluir oficialmente, dos Jogos Olímpicos, a Nova Zelândia e outros países que mantêm relações desportivas com a África do Sul. Anteriormente, a Nigéria e outros países africanos utilizavam a tática de boicotar os acontecimentos desportivos em que participassem neozelandeses, a que foi dada grande publicidade durante os Jogos Olímpicos de 1976, em Montreal. A mudança de estratégia foi anunciada nesta reunião de mais de 80 Comissões Olímpicas Nacionais, em Abidjan, capital da Costa do Marfim.

A África do Sul já não é reconhecida pela Comissão Olímpica Internacional (I.O.C.), devido à sua política de «apartheid». A proposta nigeriana afectaria, no caso de ser aprovada, a Nova Zelândia, os Estados Unidos, o Canadá, Grã-Bretanha e o Japão, entre outros países.

Entretanto, segundo vários delegados participantes na reunião, existem poucas possibilidades de que as Comissões Olímpicas Nacionais aceitem a ideia, sendo «virtualmente nulas» as probabilidades de que a I.O.C. adopte tal procedimento.

Por outro lado, «lord» Killanin (presidente da I.O.C.) anunciou que se desloca à China Popular esta Primavera ou no princípio do Verão, para tentar resolver o impasse da participação desportiva daquele país nas competições olímpicas.

Vá ao TEATRO

Hoje e todas as noites

2 — SESSÕES — 2
Às 20.30 e 22.45 h.

• Aos domingos

«MATINHEIS»
Às 16 horas

MARIA VITÓRIA

Ver a Sensacional PLURAL REVISTA

O BOMBO DA FESTA!

AVISO
Na 2.ª-feira há espectáculos às 20.30 e 22.45 h.
O descanso será na 6.ª-feira Santa

SALVADOR e IVONE SILVA
HENRIQUE SANTANA
LYGIA TELLES
CARLOS GONÇALVES
HERMAN JOSÉ
IGOR SAMPAIO

PASCOA
EM
LONDRES

Partidas:
9 a 14/Abril

6 dias

Preços excepcionais desde 3750\$00

Avião especialmente fretado à TAP

Lugares ainda disponíveis

Reserve hoje mesmo

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu

Fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 - Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 267 - Telef. 37921
COIMBRA Rua da Seta, 2 - Telef. 270112
FARO Rua Cons. Bivar, 65 - Telef. 25035/6

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Juta do Bangla Desh arde no cais de Santa Apolónia

Um carregamento de juta procedente do Bangla Desh é pasto de chamas desde as 21 e 10 de ontem, altura em que um incêndio deflagrou no porão número 4 do navio inglês «Clan Graham», atracado ao cais de Santa Apolónia em Lisboa.

Na origem do incêndio parece estar uma gambiarra eléctrica que se partiu quando estava a ser descida para melhor iluminar o porão. Na circunstância, houve um curto-circuito que de imediato pegou fogo à juta, aliás o carregamento principal do navio, destinado a várias fábricas de fição portuguesas.

Ao local acorreram a 4.ª companhia do Batalhão de Sapadores Bombeiros e a 2.ª secção dos Bombeiros Voluntários da Ajuda, que iniciaram o combate ao fogo por meios

convencionais.

Cerca de vinte minutos depois, porém, o comandante do «Clan Graham» mandou fechar o porão número 4 a fim de «abafar» o fogo pela falta de oxigénio.

Por altura do fecho desta edição, desconhecia-se ainda se o fogo tinha já sido extinto. Não se tratando do convencional combate às labaredas, a intensidade do fogo é «medida» por «apalpações» e outros processos aconselhados pelas circunstâncias.

Uma notícia confiada por um porta-voz dos Sapadores, segundo a qual era aguardada a chegada a Lisboa de um técnico vinho da Alemanha, altamente especializado na extinção de fogos, foi entretanto desmentida pelos representantes do navio, a «Garland Laidley SARL».

«Corrécio» volta a tribunal

PORTO, 30 — Julgado no dia 13 de Outubro do ano passado no Tribunal do Porto e condenado em dois anos e quatro meses de prisão maior, Eduardo da Costa Oliveira, o «Corrécio», voltou esta tarde à barra daquele tribunal para novo julgamento já que o anterior foi anulado. A acusação que impende sobre o «Corrécio» é o crime de detenção de arma de guerra proibida, facto que o réu na audiência de Outubro não negou. Aliás o tribunal deu como provado que o Eduardo «Corrécio» se tornou conhecido pela sua tur-

bulância com elementos políticos daquela cidade e ainda a detenção da arma proibida.

Recorde-se que um mês depois daquele primeiro julgamento o «Corrécio» numa deslocação ao hospital de Santo António do Porto para ser radiografado tentou fugir à escolta que o acompanhava vindo já a ser apanhado no jardim do Carregal por um chefe da P. S. P.

A audiência de hoje teve lugar na sala do 2.º Tribunal Militar Territorial do Porto a que preside o coronel Machado Correia Dinis.



P.P.M. "despejado" da sede no Porto

PORTO, 30 — Instalada nas salas 96 e 97 do 6.º andar do edifício n.º 22 da Praça D. Filipa de Lencastre, a sede do Partido Popular Monárquico foi ontem despejada por sentença de um dos juizes cíveis da Comarca do Porto, e arrolados os bens ali existentes. Trata-se de um caso de sublocação ilegal uma vez que as salas foram cedidas por sublocação, por um advogado sem autorização do respectivo senhorio que, posteriormente, intentou a acção de despejo.

Mota Pinto deixa

Comissão Constitucional

Por ter assumido as funções de ministro do Comércio e Turismo, o professor Carlos Alberto da Mota Pinto renunciou ao cargo de vogal da Comissão Constitucional. Por declaração desta, publicada no suplemento do «Diário da República» de hoje, a sua renúncia foi aceite em reunião do passado dia 24 de Março.

Canal da Crítica

Continuação da pág. 16

é de Chicago?

EU — Não, é de cá.

ELLERY — Como é que ele vem agora falar de tensões com os pequenos proprietários? Será com os proprietários criados no aviário do Ministério da Agricultura?

EU — Mistério!

ELLERY — Mistério apaixonante.

PAI QUEEN — Não me digam que o culpado não é a Cooperativa Salvador Pomar... Não me digam que falho mais uma vez.

ELLERY — Creio bem que sim, paizinho. De qualquer modo, há aqui um enigma, compreendes?

EU — Compreendo. Como é que se perturbam os trabalhadores e depois se acusam os trabalhadores de perturbarem...

ELLERY — Nem mais. Vou pensar nisso.

EU — Tens uma vida terrível, sempre a decifrar enigmas, a descobrir os autores dos crimes. Não gostarias de ter uma vida como a minha?

ELLERY — Como a tua? Livra! Sempre a ver Televisão? Nunca.

EU — Não percebo...

ELLERY — Não percebes? Palerma! Uma coisa é imaginar crimes, outra coisa, e bem pior é ter constantemente um crime diante dos olhos. Safa!



1.º Programa
16.00 Noticiário: «Musivária»; 17.00: Teatro: «A Família Improvisada», de Henri Monier, tradução e adaptação de Eduardo Jacques. 17.30: Música Popular; 18.00: Resumo do programa «Música Portuguesa»; 18.30: Temas de saúde — «Música Portuguesa»; 19.00: Orquestras; 19.15: «O mundo é a nossa casa» — Música variada; 20.00: «Jornal da Noite»; 20.30: Melodias; 21.00: 23.º episódio do folhetim «Mário», de Silva Gaio, numa adaptação de Ema Paul; 21.24: «Contraponto»; 00.00: «Último jornal»; 00.15: «Jazz»; 00.30: «Música Portuguesa»; 01.00: Programa «Música na Noite».

2.º Programa
15.40: Sinfonia n.º 9 de Mahler; 17.05: Canções de Beethoven; 17.30: «Feméride Musical» — Pietro Lacatelli: Sonata, em sol menor, pviolino.

Continua na pág. 19

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava limpo e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	7º
PENHAS DOU ...	2º
PORTALEGRE ...	4º
LISBOA	7º
FARO	11º
FUNCHAL	14º

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA

Máxima..... 17º

ENHAS DA SAÚDE

Mínima 0,65º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
11.41 3,2 m	4.57 1,7 m
12.35 3,4 m	17.17 1,7 m
Dia 31	
0.04 3,4 m	5.54 1,4 m
12.35 3,4 m	18.10 1,4 m
Dia 1	
0.55 3,7 m	6.40 1,2 m
13.21 3,7 m	18.56 1,1 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo; possível aumento de nebulosidade nas regiões do Nordeste do território a partir da manhã.

AMANHÃ
NASCER ÀS 7.24
OCASO ÀS 19.59

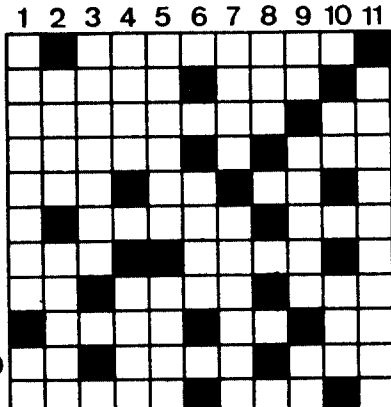


palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 11707

HORIZONTAIS

- Artigo definido. Lida.
- Rostos. Esteiro.
- Amalgama. Berilo (s.q.).
- Amassou. Óxido de cálcio.
- Cólera. Miriara. Seguiu.
- Impera. Tomba (inv.).
- Dá aviso de alguma coisa em voz alta. Califa quem mandou incendiar a biblioteca de Alexandria.
- Apelido. Morada. Doutora (inv.).
- Oferece. Apelido. Madeira (abrev.).
- Báus. Extremidade do braço.



VERTICAIS

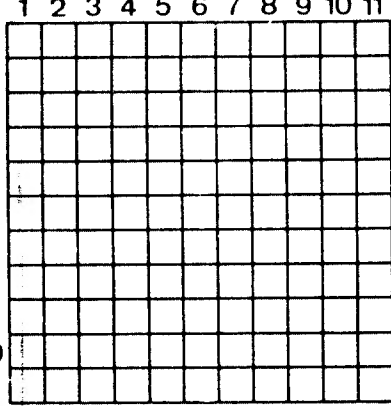
- Tempos. Oferece.
- Grande afeição. Escavar.
- Prendera.
- Cabo da costa de Portugal. Leito.
- Arroquei. Patrões.
- Artigo definido. Aniversário.
- Apelido. Estimavam.
- Liga.
- Tempo do verbo haver. Desabara. Moderato.
- Bário (s.q.). Arteria.
- Ventura.

Resolheu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 7767

HORIZONTAIS

- Refilariam.
- Mete em mala. Corta com serra.
- Igual (fig.). Magnete natural.
- Rio de Itália. Amónio (s.q.).
- Língua que antigamente se falava no N. da França. Oceano. Venda a crédito.
- Enrubesço. Prender com elos.
- Inércia. Aniversário.
- Fúteis.
- Meretriz.
- Parietal. Fechara as asas para descer mais depressa.
- Camareiras. Rio a Alemanha que nasce no Tirol.



VERTICAIS

- Cidade de Itália. Salvo erro (abrev.). Cânhamo de Manilla.
- Nome de letra. Levanto. Cidade de Espanha.
- Cidade da Colômbia. Batráquio.
- Líquido gorduroso. Letra grega. Chefe etíope.
- Recusa. Moderato. Forma apocópica e proclítica de vale.
- Bário (s.q.). Familiar.
- Agarrei. Ilha francesa do oceano Atlântico. Catedrais.
- Move os remos. Nota musical. Terceiro.
- Cólera. Murcharas.
- Alteza Real. Freguesia do concelho de Barcelos. Altar cristão.
- Fundador do islamismo. Sentidas condolências. Aparência.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11706

HORIZONTAIS:

- Anual. Calde.
- Mais. Cear.
- Oval. Taco.
- Arenosa.
- Ar. Rama. Ur.
- QUEM. Liga.
- Si. Gata.
- Se. Aira.
- Es. Magra. Te.
- Vós. NAO. Sem.
- Elado. Surre.

VERTICAIS:

- Am. DEVE.
- Não. Sua. Sol.
- Uvareis. Sa.
- Asar. Em.
- Ler. Ano.
- NAO. Agá.
- Tom. Giros.
- Acassalara.
- Leca. Ita. Sr.
- Dão. Uga. Ter.
- Er. Gra. TME.

Provérbio: QUEM NÃO DEVE, NÃO TEME.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7766

HORIZONTAIS:

- Rande. Praga.
- Ariel. Reler.
- Troça. Ira.
- Aa. Oraís. Am.
- Gra. Aas.
- Sra. Ora.
- Coa. Aia. Dá.
- In. Adoramos.
- Dado. Arias.
- La. Mari.
- Arcois. Moras.

VERTICAIS:

- Ratão. Cl. La.
- Arro. Sendar.
- Nio. Grá.
- Decora. Adão.
- Elara. Ado.
- Pio.
- Praia. Ara.
- Re. São. Armo.
- Ali. Sr. Miar.
- Gera. Adoara.
- Aramá. Assis.

PUB.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL COMUNICADO

A Câmara Municipal do Seixal, eleita, num concelho operário para defender os legítimos interesses dos trabalhadores, jamais pactuará com interesses estranhos aos das classes trabalhadoras, jamais entrará em esquemas de política conciliatória entre classes antagónicas.

A Câmara Municipal do Seixal, regozija-se pela passagem, no próximo dia 2 de Abril, do primeiro Aniversário da promulgação da Constituição da República Portuguesa, e lutará, fortalecida com a vontade popular, pelo seu cumprimento.

A Câmara Municipal do Seixal, conhecedora do levantar cabeça dos organizadores e organizações fascistas e seus suportes capitalistas no País, adverte todos os reacçãoários que, os trabalhadores não adormecem, não desmobilizam nem desencorajam as suas forças, pelo que estarão sempre e cada vez mais, dispostos, a defender a sua unidade revolucionária e a sua organização, pela defesa da Democracia, das Liberdades fundamentais, das conquistas alcançadas.

Que os próximos dias 2 e 25 de Abril, sejam dias de unidade entre os trabalhadores, dias de manifestação popular inequívoca de repúdio ao fascismo e ao capitalismo — que os chaimites e os canhões sejam sempre menos importantes que as alfaías, as charruas e todos os instrumentos de produção.

Que se convoque para o dia 30 de Março, nos Paços do Concelho, uma reunião com todas as Juntas de Freguesia e mesas das Assembleias de Freguesia e Municipal, para a criação de uma Comissão Coordenadora Concelhia que dinamizará e organizará as comemorações do 25 de Abril no Concelho.

APROVADO POR UNANIMIDADE NA SESSÃO PÚBLICA DA CÂMARA EM 25/3

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Eufrazio Filipe Garcez José

Caminhos de Ferro Portugueses

ENFERMEIRO

A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses pretende admitir um Enfermeiro do sexo masculino com o Curso Geral de Enfermagem (remuneração mensal de 9.450\$00) para prestar serviço no Porto.

Os interessados poderão contactar, até 31 de Março corrente, directamente o Sector de Recrutamento, no átrio inferior da estação de Lisboa (Rossio), nas horas normais de expediente, ou dirigir-se por escrito ao mesmo Sector, Calçado do Duque, 20 — Lisboa 2 — ou pelo telefone 36 31 81, extensão 251, ou ainda o Centro de Recrutamento Norte, estação do Porto (Campanhã).

farmácias de serviço

LISBOA ATÉ ÀS 22 HORAS

TURNADO 64 — Rua Alecrim, 125. Tel. 322328-323443.
ASCENSO — P. Norte, 11-A (B. Encarnação). Tel. 311216.
BENFILUZ — Est. de Benfica, 44-A. Tel. 782608.
CARRONDO — Rua Padre Sena de Freitas, 10-A. Tel. 842518.
CONCEIÇÃO — C. D. Gas. Tel. 30-32. Tel. 381279.
DOURO — Alameda, Linhas de Torres, 83-A/B. Tel. 791131.
EDUARDO A. CÉSAR — R. T. 4. Tel. 662631.
ESTEFÂNIA — R. Pascoal de Melo, 90. Tel. 44438.
FRAZÃO — R. Portas de St.º Ant.º, 70. Tel. 328180.
GOMES SUCR. — Rua Junqueira, 328. Tel. 838193.
INFANTE SANTO — Rua do Olival, 290. Tel. 661003.
MARLUZ — Calc. da Picheleira, 140-B/C. Tel. 720703-728395.
NOVA — Rua Campolide, 397-C. Tel. 687475.
NUNES — Rua Ângela Pinto, 32. Tel. 549756.
OLIVAS (dos) — R. Alves Gouveia, 19. Tel. 311237.
PINHEIRO — Rua Campo Ourique, 131-133. Tel. 686640.
RONIL — Rua Rodrigo da Fonseca, 153. Tel. 683438.
SÁ DA BANDA — Rua Marques Sá da Bandeira, 36-42. Tel. 54872.
SALUTAR — R. Conde de Redondo, 9-B. Tel. 533411.
SANTA MARIA — Av. 5 de Outubro, 283-A. Tel. 783016.
SANTO ANTONIO — Rua Leite Vasconcelos, 72-C. Tel. 862333.
S. BARTELOMEU — V.º Paulo Jorge, 1. Tel. 790969.
UNIÃO — R. Saraiva de Carvalho, 145-F. Tel. 683643.
S. MAMEDE — Rua Escola Politécnica, 82-B. Tel. 680280.
VERA CRUZ — P. Afonso Peixoto, 2-B. Tel. 724941.
ZIL — Av.ª Igreja, 9 D/E. Tel. 891780.
PERMANENTE — ASCENSO — P. Norte 11-A (B.º Encarnação). Tel. 311216-310172.
ESTEFÂNIA — Rua Pascoal de Melo, 90. Tel. 44438.
FRAZÃO — R. Portas de Santo Ant.º, 70. Tel. 328180.
GOMES SUCR. — Rua Junqueira, 328. Tel. 838193.
PINHEIRO — Rua Campo de Ourique, 131-133. Tel. 686640.
RIO DE JANEIRO — Av. Rio de Janeiro, 4-C. Tel. 721409.
RONIL — Rua Rodrigo da Fonseca, 153. Tel. 683438.
SALUTAR — Rua B. 75-A/B (B.º Liberdade). Tel. 683694.
SANTO ANTONIO — Rua Leite de Vasconcelos, 72-C. Tel. 862333.
S. MAMEDE — Rua Escola Politécnica, 82-B. Tel. 680280.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS — Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (Tel. 2112048).
ALCABEDICHE — Carvalho, Até às 21 horas.
PORTO SALVO — Ferreira Bastos. Até às 21 horas.
CAXIAS — Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (Tel. 242839). Até às 24 e das 0 às 9 horas.
CARCAVELOS — Central Até às 24 e das 0 às 9 horas.
S. DOMINGOS DE RANA — Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085). Até às 21 horas.
OEIRAS — Alcântara Guerreiro, P. Residência de Augusto de Castro Lote 10 (Tel. 2430691). Até às 22 horas.
NOVA OEIRAS — Leal Até às 21 horas.
PARDE — Almir. Av. Gago Coutinho-B.º das Caisas de Previdência (Tel. 2472948). Até às 24 e das 0 às 9 horas.
PARDE — Junqueiro Mendes Até às 21 horas.
AMOREIRA — Amoreira (T. 262313/26314). Até às 22 horas.
MONTE ESTORIL — Ostende R. de Espinho, 1 (Tel. 260391). Até às 21 horas.
CASCAIS — Cascais, R. Conde de Monte Real-B.º Caixas (Tel. 282407). Até às 21 horas.
MISERICÓRDIA — R. Regimento, 19, 41 (Tel. 281141). Até às 24 e das 0 às 9 horas.
LINHA DE SINTRA — AMADORA — S. Jorge, R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Tel. 938703). Serviço permanente.
CAMELO — R. Elias Garcia, lote 28 (Tel. 933303). Até às 22 horas.
HELÉNICA — R. Elias Garcia, 2 (Tel. 933613). Até às 22 horas.
DAMAIA — Confiança, Est. Militar, Lote D (Tel. 9710231).
MERCES — Claro Russo.
QUELUZ — Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (Tel. 951841).
CACÉM — Araújo e Sá, Est. de Paço de Arcos, lote 1-B (Tel. 2940781).
MEM MARTINS — Rodrigues Rato (Tel. 2912038).

RIO MOURO

Riomouro, Av. Oscar Monteiro Torres, 8 (Tel. 2960194).

SINTRA

Marrazes, Vila (T. 2930155) 2930155).

COLARES

Abreja (Tel. 299088).

OUTRA BANDA

ALCOCHETE — Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137).

ALHOS VEDROS — Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204250).

BAIXA DA BANHEIRA — Aliança, Est. Nacional, 178-B (Tel. 2040302).

BARREIRO — Santa Marta, R. Dr. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (T. 2072141).

ALMADA — Silva Júnior, Av. Frederico Ulrich, 9-2.º Piso E (Tel. 2788030).

COVA DA PIEDADE — Garcia Reis, R. dr. Alvaro Araújo, 15-A.

MOITA — Silva Rocha P. da República, 16 (Tel. 239029).

MONTIJO — Montepio, R. Almirante Reis, 93 (Tel. 2310035).

SESIMBRA — Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (Tel. 2233028).

SETUBAL — Oliveira, L. da Misericórdia (Tel. 22488).

SEIXAL — Louro, R. Frei António Chagas, 24-A (Tel. 24491).

SEIXAL — Godinho, L. da Igreja, 51 (Tel. 2218580).

PORTO — (de dia e só até às 22 horas).

GONDAREM — Rua de Gondare, 360-Foz.

CORREIA DE ARAÚJO — Rua de Santa Catarina, 259. Tel. 25644.

SILVA PEREIRA — Rua de Cosme Cabral, 293. Tel. 480781.

ALVES — Praça do Exército Libertador, 62. Tel. 60002.

BARROS — Rua do Loureiro, 104. Tel. 315075.

BOA HORA — Rua da Boa Hora, 80. Tel. 28783.

CAMEIRO — Rua do Heroísmo, 90. Tel. 52583.

(De dia e toda a noite).

TERREIRO — Rua da Reboleira, 21. Tel. 23576.

PINHEIRO MANSO — Rua São João de Brito, 25. Tel. 60692.

SANTA TERESA — Praça Guilherme G. Fernandes, 100. Tel. 315713.

NOVA AVENIDA — Av. Fernão Magalhães, 692. Tel. 52250.

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, 2. Tel. 22603.

cinemas

cinemas

cinemas

ALVALADE

Tel. 897480 15.30, 18.30, 21.15

Sten Cooper, Helga Liné

HISTÓRIA DE UM CRIME

um filme de Joseph Merino

Não acons. a men. de 18 anos

APOLO 70

Tel. 763319 14.15, 17.45 e 21.15

N. Acons. men. 13 anos

BARRY LYNDON

5.ª Semana

um filme de Stanley Kubrick

AVIS

Tel. 47163 15.30, 18.30 e 21.15

Para todos (M/6 anos)

uma comédia com Jean Lefebvre e Pierre Mondy

O REGRESSO DA 7.ª COMPANHIA

BERNA

Tel. 776098 15.00, 18.00 e 21.15

Um espectáculo de rara distinção

A HISTÓRIA DE CINDERELA

com Richard Chamberlain, Gemma Craven

Para todos

Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093

14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Irmãos Marx em

UMA NOITE NA ÓPERA

um filme de Sam Wood

Para todos

CASINO ESTORIL

Tel. 264521 17.00, 21.15

Não acons. men. 18 anos

LIBERDADE PARA AMAR

CASTIL

Tel. 630194 As 15, 17, 19 e 21.15h

Jane Birkin/Joe Dallesandro

4.ª Semana

AMOR MARGINAL

(Je l'aime moi non plus)

Um filme de Serge Gainsbourg

CONDES

Tel. 322523 14.00, 16.30, 18.45 e 21.15

(Para todos)

Louis de Funès

PEITO OU A PERNA

EDEN

Tel. 320768 14, 16.30, 19.00 e 21.15

Roy Scheider, Robert Shaw, Richard Dreyfuss

TUBARÃO

(JAWS)

Um filme de Steven Spielberg

Não acons. a men. de 13 anos

Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

Bilhetes à venda para a primeira semana

ESTÚDIO

Tel. 535134 15, 17, 19, 21.15

Jane Birkin, Serge Sainsbourg

SLOGAN

Não acons. m/ 13 anos

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15

Não acons. a M/ 13 anos

A MARQUESA D' O

2.ª Semana

IMPÉRIO

Tel. 555134/5 15.15, 18.30 e 21.15

Para todos

Ele ali está.

Louis de Funès em

O PEITO OU A PERNA

O grande espectáculo nas férias

LONDRES

Tel. 801313 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

CONTRUSO

c/ Laura Antonelli

um filme de Luchino Visconti

MUNDIAL

Tel. 538743 15.00, 18.15, 21.30

Não acons. a men. 18 anos

A obra-prima de Bernard Bertolucci

1900 — 2.ª parte

NIMAS

Tel. 574362 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

MISTÉRIOS DO ORGANISMO

um filme de Dusan Makavejev

(o realizador de «Filme Doce»)

Não construa monumentos que não possa derrubar

ODEON

Tel. 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Colorido

FLESH GORDON

Uma aventura fantástica num plano erótico

PATHE

Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Int. a men. 18 anos

SPERMULA

A VAMPIRA DE HOMENS

c/ dayle Maddon

POLITEAMA

Tel. 326305 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Não acons. maiores 18 anos

A LEI NÃO É PARA TODOS

(Um dilema na vida de um juiz)

c/ chis Avram, Susan Scott

RESTELO

Tel. 610375 As 21.15

Não acons. amen. de 18 anos

«1900» — 1.ª parte

7.ª semana

ROMA

Tel. 727778 14.30, 16.45, 19, 21.15

Para todos (M/6 anos)

Uma comédia com Jean Lefebvre e Pierre Mondy

O REGRESSO DA 7.ª COMPANHIA

ROXY

Tel. 48560 14.15, 17.45, 21.15

Da Índia uma bela história de amor e aventura

PASSADO INESQUECÍVEL

Um filme de Nasir Hosain

Não acons. a men. de 13 anos

S. JORGE

Tel. 554153/4 15.15, 18.15, 21.15

ASSASSINOS DE ELITE

Com James Caan e Robert Duval

Não acons. a men. de 13 anos

STADIUM (Algés)

Tel. 2112544

Não acons. men. 18 anos

As 18.00

DUELO NA POEIRA

As 21.30

Comas da Vida Conjugal

Guarda de crianças durante as sessões

TIVOLI

Tel. 570595 14.00, 17.45 e 21.45

Não acons. a men. de 13 anos

BEN-HUR

c/ Charlton Heston-Jack Hawkins, Haya Harareli

2.ª Semana

Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

UNIVERSAL

Tel. 774402

As 15 e 21 h.

O TERCEIRO HOMEM

um filme de Carol Reed

(Int. menores 18 anos)

As 17 e 23 h.

A REGRA DO JOGO

um filme de Jean Renoir

(Int. menores 18 anos)

As 19 h.

CHACAL DE HAUETTORO

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

LAURA ALVES — 21.30 (18 anos)
 «Calcinhas Amarelas»
VARIADAES — 21.30 (13 anos)
 «Isto é que me dói»
MARIA VITÓRIA — 20.30 e 22.45 (18 anos)
 «O Bombo da Festa»
MARIA MATOS — 21.30 (18 anos)
 «O Encoberto»
COLISEU — 21.30 (6 anos)
 «Circo de Moscovo»



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320211/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DÍGUA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

CONSTRUÇÕES TÉCNICAS

Governo decidiu desintervenção contra vontade dos trabalhadores

Os representantes dos trabalhadores da empresa Construções Técnicas, intervencionada desde Abril de 1975, anunciaram, ontem, em conferência de imprensa, que se opõem à desintervenção da firma e sua devolução ao capital privado, medida que lhes foi anunciada pelo ministro da Habitação, Urbanismo e Construção.

Como alternativa e baseando-se num referendo secreto efectuado na firma em Fevereiro, os elementos da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores da Empresa (C.C.T.E.), pensam que a solução para a firma, uma das maiores no ramo da construção, seria a transformação em sociedade de capitais públicos.

Aliás, na votação efectuada na empresa, em 2100 trabalhadores apenas 88 votaram na devolução da empresa ao capital privado, enquanto 28 se manifestavam por uma empresa com capitais públicos e privados, como alternativa.

Quanto às duas hipóteses de futuro para a empresa, colocadas pelo ministro no dia 25, quando anunciou a desintervenção a partir do dia 1 (ou devolução ao capital privado ou falência), os trabalhadores pensam que só haverá uma solução: transformação em empresa pública, com investimento de mais de cem mil contos.

No caso de se concretizar a devolução ao capital privado, dada a carência de capitais próprios que se faz sentir na empresa (40 mil contos de capital contra 400 mil contos investidos em equipamento) o futuro da empresa deverá também ser a falência, pensam os elementos da C.C.T.E. E, as-

sim, o ministro só apontaria uma solução.

Embora a Construções Técnicas seja uma empresa com perfeita viabilidade económica, as suas dificuldades têm vindo, até agora, da situação financeira. Assim, no ano passado, a empresa limitou-se a trabalhar para satisfazer os seus encargos com a banca, provenientes de amortizações.

Por outro lado, contra o regresso dos patrões está o facto de sobre eles impender a acusação de diversas ilegalidades, particularmente a fuga de capitais para o Brasil sob diversas formas. De resto, a intervenção na firma verificou-se na sequência de tentativas de desvio de equipamentos para o estrangeiro, feitas pelos antigos administradores.

Contudo, apesar de já ter sido feito um inquérito às actividades desses administradores, os trabalhadores consideram-no insatisfatório, por «fazer apenas uma análise económica e financeira da empresa». Enquanto isso, o inquérito ordenado pelo então ministro das Finanças, Salgado Zenha, a executar pela Polícia Judiciária, nunca chegou a ser tornado público, nem se conhecem os seus resultados.

Entretanto, além da anunciada desintervenção, a empresa debate-se neste momento com problemas respeitantes à falta de trabalho que lhes permite empregar uma parte dos seus três mil trabalhadores, muitos dos quais ficarão sem trabalho a partir de Maio, altura em que se entra na fase final da construção da Central Termoelectrica de Setúbal.

Espanha

Legalização dos partidos novamente atrasada

O processo de legalização de 26 partidos espanhóis, entre os quais está o P. C. E., sofrerá um novo atraso, pois, servindo-se de um velho direito, os juizes do Supremo Tribunal recusaram-se a homologar a nomeação do novo presidente da 4.ª Vara, que julga a legalização dos partidos, Becerril Anton-Mirallas. A nomeação havia sido anunciada na semana passada, para preencher a vaga deixada pela morte do seu antigo titular, mas para a posse era necessário o acordo do Supremo Tribunal. Numa votação, que proporcionou o

resultado de 23 votos contra 18 a favor, Becerril Anton-Mirallas foi impedido de ocupar o cargo para o qual o Governo o designou. Por esta razão, dizia-se ontem nos meios judiciais de Madrid que a resposta sobre a legalização dos 26 partidos só poderá ser anunciada depois da Páscoa.

Por outro lado, depois das medidas de amnistia anunciadas no último dia 14, já foram agraciados com a medida 111 presos políticos espanhóis, dos quais 39 já abandonaram a prisão. Dos 2046 presos de

delito comum que beneficiaram das medidas de clemência anunciadas no mesmo dia, já foram soltos 1237.

Entretanto, apesar do seu partido ainda não ter uma resposta definitiva quanto à sua legalidade, Dolores Ibarruri, «La Pasionaria», presidente do P. C. E. exilada na U. R. S. S. desde 1939, será candidata às próximas eleições legislativas, concorrendo pelo círculo basco de Sestao, a encabeçar uma lista de 12 candidatos do partido. O seu regresso está previsto para breve.

História dos tribunais fascistas

Continuação da pag. 1

des» e julgadores nos perseguiram nos tribunais e hoje andam a ser exaltados na literatura fascista que anda por aí. Será também ocasião para desmistificar muitos dos que hoje se arrogam como tendo passado por esses tribunais».

Manuel João da Palma Carlos havia pertencido, em 1945, à Comissão de Juristas Democráticos que colaborou com o M. U. D. (Movimento de Unidade Democrática) tendo concentrado nas suas mãos a distribuição dos advogados para a defesa dos presos políticos. Esta é uma questão que ele pode, como ninguém, trazer à luz do dia.

Embora não venha muito a propósito, convirá referir que o dr. Manuel João da Palma Carlos nos desmentiu a notícia que andou por aí em alguns jornais segundo a qual teria ido recentemente a Cuba antes de ser confirmado no cargo de Embaixador de Portugal em Havana. «É lamentável que se publiquem notícias dessas sem

o mínimo fundamento. Acho estúpido mas não me interessa fazer muito barulho à volta do caso. Estive em Cuba, sim, em 1972 mas fui lá clandestinamente e numa altura em que era muito arriscado. Além disso, tenho um convite pessoal para me deslocar àquele país e ali estudar a Organização Judiciária. Simplesmente, num momento em que estive quase

a partir fui nomeado procurador-geral interino e tive de adiar a viagem».

Entretanto o dr. Manuel João da Palma Carlos não nos confirmou nem desmentiu a sua nomeação como embaixador em Havana, o que é aliás natural pois só o poderia fazer depois de ser tornado público o eventual «agrément» do Governo cubano.

Novos C.J.M. e R.D.M. devem ser aprovados hoje

Devem ser aprovados hoje pelo Conselho da Revolução, que está reunido desde as 15 e 30, o novo Regulamento de Disciplina Militar e o Código de Justiça Militar que foram objecto de pormenorizada discussão nas três últimas reuniões do C.R.

De acordo com informações recolhidas em fontes militares o novo Código de Justiça Militar harmoniza as disposições do Código anterior com a

Constituição da República.

Quanto ao R.D.M., foi remodelado e modernizado nos seus conceitos e bases de disciplina, embora sem modificar essas bases. Como modificação mais importante há a considerar agora a possibilidade de recurso contencioso confiado ao Supremo Tribunal Militar. Isto obriga a que o tipo de argumentação utilizada nos processos tenha carácter jurídico.

Oficiais recebem notas de culpa

Alguns dos oficiais do Exército, que vão ser ouvidos pelo Conselho Superior de Disciplina, recebem, hoje e amanhã, as respectivas notas de culpa, referentes aos processos disciplinares ordenados pelo Estado Maior do Exército.

São 28 os oficiais, que desde esta manhã começaram a receber, directamente do Conselho

Superior de Disciplina, instalada na Avenida de Berna, as citadas notas de culpa.

No prazo de dez dias, aqueles militares poderão apresentar a sua defesa por escrito. Entretanto o novo Regulamento de Disciplina Militar a publicar até 10 de Abril, deverá ser já aplicado à situação destes oficiais.

Comemorações do 25 de Abril

Continuação da pag. 1

Roque Lino, dr. Medina, director-geral da Divulgação e Capitão Afonso, membro coordenador da Comissão, salientou que desde essa data vem o Povo Português «desenvolvendo um processo de emancipação no sentido de consolidar um regime democrático».

«Face ao significado que esse dia assumiu na libertação do povo português e na possibilidade que a partir daí vem tendo de construir uma sociedade democrática como factor determinante de afirmação das suas qualidades e da sua vontade, o 25 de Abril tornou-se verdadeiramente o dia de Portugal».

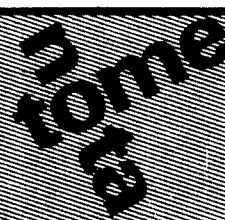
O ministro Costa Brás referiu depois que o M.A.I. participa nestas comemorações não só através dos meios de que as

forças de segurança dispõem como através das suas bandas de músicas e outros.

Foi especialmente sublinhada a importância do não aproveitamento partidário das comemorações que devem reflectir «um dia de unidade e de liberdade pela democracia e justiça social».

Nesse sentido foram estabelecidos contacto com todos os partidos representados na Assembleia da República cuja sensibilização para esse facto foi total, segundo revelou o capitão Marques Junior e o ministro Costa Brás.

Acerca da cerimónia na Assembleia da República foi dito que não está confirmada a presença do Presidente da república nem está de momento anunciada qualquer discurso.



FUNCIONÁRIOS «ESPECIALIZADOS»...

Estão a ser contactados ex-comandos para entrarem imediatamente na fábrica Corli (Espinho), do conhecido Manuel Violas. Os salários propostos são de 5 000\$00 para os dois primeiros meses e 7 000\$00 para os seguintes. Os futuros «funcionários» terão ainda como regalias: casa da própria empresa, cantina e infantriário.

Entretanto os operários especializados recebem actualmente naquela empresa 5 900\$00 e 6 000\$00. O pessoal não especializado recebe 5 800\$00 (homens) e 4 600\$00 (mulheres).

Para quem se recorda que Manuel Violas, no tempo do fascismo, contratava «bufos» para as suas empresas não causa qualquer espanto a contratação daqueles ex-comandos....

QUEM APOIA?

O nosso colega «Jornal de Notícias», do Porto inseriu uma notícia do Alto-Minho intitulada: «Surto de construções na Marginal de Caminha». O seu correspondente naquela linda região minhota informa que «tem aumentado o número de construções particulares» pelo que a marginal «ganha uma perspectiva mais condizente com o progresso urbanístico desta vila». Estamos em crer que será mesmo assim: um grande «progresso urbanístico». Mas, perguntamos: que tipo de progresso é esse? É que, há menos de um ano, um membro do Governo do dr. Mário Soares, falando aos jornalistas do Porto, chamou a atenção para as edificações em curso e previstas para a Marginal de Caminha, o que constituía a destruição de todo o equilíbrio arquitectónico e paisagístico da encosta sobranceira à foz do Minho. O «D. L.» publicou em Setembro, uma reportagem sobre o assunto. Além do mais os problemas de quem lá vive não são resolvidos e as novas edificações são de rendas altas e especulativas. Hoje a pergunta repete-se: se um membro do Governo condena o projecto, quem apoia aquele «progresso urbanístico»?

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA
EM FEVEREIRO: 46.233
(Hoje 20 páginas)

as viagens da EUROPEIA

PASCOA
NOS
AÇORES.

8 a 12 de Abril
desde Esc. 4550\$00
incluindo avião, transfers, hotel, excursão, guia e taxas

consulte-nos:



APENAS 10 DIAS
50% OU MAIS
DE DESCONTO
NA COMPRA DE
MÓVEIS E MAPLES

PARA RECONVERSÃO
DE «STOCKS»



AVENIDA ALMIRANTE REIS, 89-A — LISBOA
ABERTO ATÉ AS 20 HORAS

Jovem matou-se

na ponte da Arrábida

PORTO, 30 — «Se não me atirar da ponte, logo tenho remorsos», esta foi a mensagem deixada por um jovem de 19 anos que ontem, pelas 18 horas, se lançou da Ponte da Arrábida ao rio Douro.

O jovem, Manuel José Cardoso Monteiro, morreu a caminho do Hospital de Santo António, encontrando-se o cadáver na casa mortuária.